

JORNADA DE

MOBILIZAÇÃO POPULAR
CULTURA E EMANCIPAÇÃO

ALFABETIZAÇÃO DO MARANHÃO



Isaac Giribet BERNAT
Lizandra GUEDES

Joaquim Bezerra LIMA
Simone Silva PEREIRA (orgs.)

**ISAAC GIRIBET BERNAT
JOAQUIM BEZERRA LIMA
LIZANDRA GUEDES
& SIMONE SILVA PEREIRA**

**JORNADA DE ALFABETIZAÇÃO DO MARANHÃO:
MOBILIZAÇÃO POPULAR, CULTURA E EMANCIPAÇÃO**

**EDUEMA
2019**

© copyright 2019 by UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.
Todos os direitos desta edição reservados à EDITORA UEMA.

**JORNADA DE ALFABETIZAÇÃO DO MARANHÃO:
MOBILIZAÇÃO POPULAR, CULTURA E EMANCIPAÇÃO**

EDITOR RESPONSÁVEL

Claudio Eduardo de Castro

CONSELHO EDITORIAL

Alan Kardec Gomes Pachêco Filho
Ana Lucia Abreu Silva
Ana Lúcia Cunha Duarte
Cynthia Carvalho Martins
Eduardo Aurélio Barros Aguiar
Emanoel Gomes de Moura
Fabiola Oliveira Aguiar
Helciane de Fátima Abreu Araújo
Helidacy Maria Muniz Corrêa
Jackson Ronie Sá da Silva

José Roberto Pereira de Sousa
José Sampaio de Mattos Jr
Luiz Carlos Araújo dos Santos
Marcelo Cheche Galves
Marcos Aurélio Saquet
Maria Medianeira de Souza
Maria Claudene Barros
Maria Sílvia Antunes Furtado
Rosa Elizabeth Acevedo Marin
Wilma Peres Costa

Editoração: Flávia Silva
CAPA: Eugênia Marques de Castro

BERNAT, Isaac Giribet; LIMA, Joaquim Bezerra; GUEDES, Lizandra & Pereira; PEREIRA, Simone Silva. Jornada de Alfabetização do Maranhão: Mobilização Popular, Cultura e Emancipação. São Luís: Eduema, 2019.

p.132

ISBN: 978-85-8227-230-5

I. Isaac Giribet Bernat; II. Joaquim Bezerra Lima; III. Lizandra & Pereira Guedes; IV Simone Silva. Alfabetização do Maranhão. 2. Mobilização Cultural. 3. Emancipação. Jornada de Alfabetização do Maranhão: Mobilização Popular, Cultura e Emancipação.

CDU 37.014.22(812.1)

*Agradecemos a Tings Chak pela belíssima ilustração feita especialmente para a capa deste livro.



Cidade Universitária Paulo VI – C.P. 09
CEP: 65055-970 – São Luís/MA
www.uema.br – editorauema@gmail.com

SUMÁRIO

ALFABETIZAR, UM ATO REVOLUCIONÁRIO!	07
João Pedro Stedile	
<i>SIM, EU POSSO!:</i> A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NO MARANHÃO	09
Felipe Camarão Francisco Gonçalves	
APRESENTAÇÃO OU SOBRE COMO ALFABETIZAR PARA LER O MUNDO E TRANSFORMAR A REALIDADE	12
Jonas Borges e Zaira Sabry Azar	
ALFABETIZAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA: DO PÃO À POESIA ALFABETIZAR, UM ATO REVOLUCIONÁRIO!	17
Jade Percassi Lizandra Guedes	
MARANHÃO E O DESAFIO DA ALFABETIZAÇÃO	30
Isaac Giribet Bernat	
DO LIMITE DO POSSÍVEL AO INÉDITO EM CONSTRUÇÃO: EXPERIÊNCIA DAS BRIGADAS DE ALFABETIZAÇÃO NO MST	48
Maria Divina Lopes e Maria Cristina Vargas	
A ORGANIZAÇÃO DAS TURMAS E O PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO	63
Fábio Accardo de Freitas	
FORMAÇÃO DE EDUCADORAS E EDUCADORES COMO INSTRUMENTO DE EMANCIPAÇÃO E IDENTIDADE DE CLASSE NA JORNADA DE ALFABETIZAÇÃO DO MARANHÃO	82
Lenilde Alencar Araújo Joaquim Bezerra Lima Simone Silva Pereira	

**UM ENCONTRO NA HISTÓRIA DE EMANCIPAÇÃO: SIM,
EU POSSO! E CÍRCULOS DE CULTURA** **100**

Maria Raimunda César
Júlia Iara de Alencar Araújo

**DO QUE PODEM NOS DIZER OS NÚMEROS DA PRIMEIRA
FASE DA JORNADA DE ALFABETIZAÇÃO DO
MARANHÃO** **120**

Lizandra Guedes
Maria Inez Pinheiro
Ronaldo Batista

SIM! PODEMOS! **133**

Carlos Rodrigues Brandão

Posfácio por Roseli Salette Caldart **138**



ALFABETIZAÇÃO
MOBILIZAÇÃO POPULAR, CULTURA E EMANCIPAÇÃO

O direito roubado reclama por justiça, explode em rebeldia coletiva e coloca em movimento uma multidão de mãos calejadas, histórias intercruzadas e uma bagagem repleta de sonhos. Este livro é dedicado ao povo maranhense, à capacidade criativa da classe trabalhadora e a esta multidão que está envolvida por inteira na Jornada de Alfabetização do Maranhão



ALFABETIZAÇÃO
MOBILIZAÇÃO POPULAR, CULTURA E EMANCIPAÇÃO

Mas o negócio não é bem eu, é Mané, Pedro e Romão,
que também foram meus colegas, e continuam no sertão
não puderam estudar, e nem sabem fazer baião.

João do Vale, Minha história

ALFABETIZAR, UM ATO REVOLUCIONÁRIO!

Você pode imaginar que existem brasileiros adultos, trabalhadores, que contribuem com seu esforço, pagam impostos, produzem riquezas e alimentos, e ainda não tiveram o direito de conhecer as letras?

Pois no Brasil, mais de 12% da população está nessa condição. A maioria mora no interior e nas periferias das cidades. Mas está em toda a sociedade brasileira. Ainda que invisível. Ninguém quer saber dela porque, além de tudo, é constituída de pobres e, em geral, negros e mulatos.

Em São Paulo, onde moro, estivemos uma vez com o prefeito de então, para saber se ele nos ajudaria a alfabetizar os adultos da cidade. E ele afirmou que, em São Paulo, todo mundo tinha estudado. Entretanto, há ainda mais de 300 mil analfabetos no município!

O povo brasileiro alfabetizado, os educadores, as escolas e, sobretudo, as universidades brasileiras estão em dívida com os 12% que não tiveram o direito de apreender a escrever e a ler. Infelizmente a educação pública brasileira nunca se preocupou com eles.

E os governos menos ainda. Desde a década de 1980, há programas oficiais para resolver o problema. Começamos, ainda na ditadura militar, com o velho Mobral. E até agora tivemos vários programas, como o “Alfabetiza Brasil”. Tudo enrolação. Em geral, se transformam em projetos-fantasia de escolas ou entidades que querem somente acessar os recursos públicos e falseiam os resultados. E nada mais.

Resultado: nas últimas décadas, o número de analfabetos entre os adultos tem diminuído percentualmente por causa da mortalidade, ou simplesmente as pessoas ficam com vergonha de se declararem analfabetas quando pesquisadas pelo IBGE.

Por tudo isso, o esforço que o MST e centenas de jovens, centenas de educadores da rede pública e o governo do estado do Maranhão estão fazendo para enfrentar os problemas nos municípios de IDH mais baixo, nas comunidades mais longínquas do estado, tem sido um ato revolucionário. Vocês estão ajudando a libertar as pessoas da cegueira da ignorância. Vocês estão devolvendo dignidade a elas.

Diversas vezes fiquei emocionado ao ouvir os relatos dos educandos e dos educadores sobre suas vivências na experiência de alfabetizar as pessoas. Lá no mais longínquo interior aonde, como diz o ditado popular, só chega notícia ruim!

E como dizia Jose Martí: "só o conhecimento liberta verdadeiramente as pessoas!". Por isso, todos os processos revolucionários verdadeiros em nossa América se dedicaram com prioridade nos seus primeiros anos a erradicar esse mal do analfabetismo. Foi assim em Cuba, com jovens idealistas – a maioria secundarista – que, em alguns meses, universalizaram o acesso à escola. Depois, na Nicarágua, e mais recentemente na Venezuela, Bolívia e Equador, países que zeraram o analfabetismo em suas sociedades.

O império dos Estados Unidos, com toda sua riqueza e prepotência, ainda possui analfabetos, moradores de rua, e o maior percentual de população carcerária de todo mundo, cerca de 4% de toda população.

Seremos sempre muito gratos ao povo de Cuba e seus educadores, que nos cederam seus conhecimentos, com o método *Sim, eu posso!*, para acelerarmos nossa missão de ajudar aos pobres do Brasil.

Por tudo isso, estou muito feliz de poder escrever estas linhas introdutórias a este verdadeiro diário de campo maravilhoso da experiência de alfabetização de adultos no Maranhão. Tenho absoluta certeza de que todos os leitores ficarão também felizes ao lerem este testemunho de libertação.

Cumprimentos a todos os que se envolvem neste projeto maravilhoso. E, oxalá, em pouco tempo possamos estender o programa a todo o estado, libertando e garantindo a todo o povo do Maranhão o direito constitucional de, finalmente, ser cidadão pleno.

Salve Paulo Freire!

Salve cada educador anônimo que está dando sua contribuição por um Brasil mais justo e igualitário!

Um forte abraço

João Pedro Stedile
São Paulo, 28 de setembro de 2017.

SIM, EU POSSO!: A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NO MARANHÃO

Milhares de maranhenses que tiveram suas histórias marcadas por uma realidade social injusta, sem oportunidades profissionais e pessoais, já estão experimentando uma mudança profunda em suas vidas após serem alfabetizadas pela Jornada de Alfabetização do Maranhão, fruto da ação conjunta do Governo do Estado e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

O percentual crítico de 19,31% (IBGE, 2010) de pessoas jovens, adultas e idosas sem saber ler e escrever em todo o estado impulsiona o atual governo a lutar pela alfabetização de todos os maranhenses, no sentido de fazer justiça a um povo que foi, por décadas, condenado a viver excluído do sistema escolar.

A Jornada de Alfabetização *Sim, eu posso!* é uma das ações estratégicas do Plano Mais IDH, instituído pelo Governador Flávio Dino logo nos primeiros dias da gestão, com o objetivo de promover a superação da extrema pobreza e das desigualdades sociais no meio urbano e rural, a partir da articulação políticas públicas, com foco inicial nos 30 municípios de menor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Por muitos anos, nesses municípios, e em outros do Maranhão, o analfabetismo serviu a vários interesses, maquiando uma negação de direitos.

Através do Plano Mais IDH, o Governo do Estado constrói, nesses municípios, redes de políticas públicas, com o propósito estratégico de mudar os indicadores de desenvolvimento humano nas áreas de educação, saúde e renda. Para tanto, o Governo do Estado, além de mobilizar as mais diversas secretarias e órgãos, articula também parcerias com a sociedade civil, a exemplo de movimentos como o MST, e incentiva a formação de comitês municipais de participação e controle social.

O Governador acreditou no *Sim, eu posso!*, método que aliado aos Círculos de Cultura da pedagogia freireana, que já possibilitou a alfabetização de mais de 8 milhões de pessoas em mais de 15 países, de acordo com parâmetros da UNESCO. A Venezuela, por exemplo, foi

declarada território livre do analfabetismo, graças ao *Sim, eu posso!*. O Brasil foi o primeiro país no qual esse modelo foi adaptado para outro idioma e, através do MST, está em desenvolvimento desde o início dos anos 2000, com exitosas experiências em assentamentos e em parcerias com gestões estaduais.

Muitos maranhenses ainda não possuem qualquer nível de alfabetização, pois nunca frequentaram a escola. São pessoas à margem da sociedade, sem oportunidades, entretanto, em 2016, primeira fase da Jornada, o governo estabeleceu como meta alfabetizar 14.040 pessoas, desse total, 9.482 foram enturmadas e 7.119 alfabetizadas, em oito municípios com baixo IDH no Maranhão: Governador Newton Bello, Santana do Maranhão, Aldeias Altas, São João do Caru, Água Doce do Maranhão, Itaipava do Grajaú, Jenipapo dos Vieiras e São Raimundo do Doca Bezerra, envolvendo mais de 700 profissionais entre coordenadores e alfabetizadores. Em 2017, a meta foi ampliada para 20 mil pessoas e, destas, mais de 19 mil já estão enturmados pelo programa em 15 municípios maranhenses.

À alfabetização se articulam outras ações. Por exemplo, todos os alunos e alunas matriculadas na Jornada de Alfabetização passaram por triagens oftalmológicas. Foram realizadas na primeira etapa 6.332 consultas e distribuídos 5.620 óculos. Ao final da primeira Jornada, a pedido dos próprios alunos, foram emitidas novas carreiras de identidade. E novas turmas de Educação de Jovens e Adultos criadas nos municípios para contemplar os egressos da Jornada de Alfabetização. Essa metodologia do Plano Mais IDH fortalece e amplia os efeitos da Alfabetização.

A Jornada de Alfabetização que o Governo vem desenvolvendo no estado vai além do ensino da leitura e da escrita, é acompanhada de mudanças sociais profundas, que estão perpassando por questões sociais e econômicas sem as quais a alfabetização não teria o menor significado para quem esperou por décadas por esse momento. O que o Governo Flávio Dino está fazendo é transformar a vida desses irmãos maranhenses,



erradicando o analfabetismo a partir daqueles municípios com os menores IDHs.

Tanto a alfabetização quanto a substituição de escolas de taipa, barro e palha, por estruturas de alvenaria, nesses mesmos municípios, representam a construção de maneira sólida de um Maranhão livre na perspectiva da justiça social e com dignidade e qualidade de vida a todos.

Felipe Camarão¹

Francisco Gonçalves²

¹ Professor, Secretário de Estado da Educação, membro da Academia Ludovicense de Letras e sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão.

² Professor do Departamento de Comunicação Social da UFMA e secretário de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular.

APRESENTAÇÃO OU SOBRE COMO ALFABETIZAR PARA LER O MUNDO E TRANSFORMAR A REALIDADE

Jonas Borges e Zaira Sabry Azar¹

O livro: “Jornada de Alfabetização do Maranhão: mobilização popular, cultura e emancipação” expressa, de forma contundente, a importância da educação, assim como evidencia de maneira indubitável a grandeza humana e política da ação de alfabetizar.

Os artigos que compõem a obra mostram, como dizia Paulo Freire, que não basta saber ler e escrever, mas que é preciso o ato de alfabetizar estar comprometido com a emancipação do sujeito. É com este sentido que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra assumiu o compromisso de, junto com o governo do estado do Maranhão, trabalhar a alfabetização em municípios que apresentam os mais baixos índices sociais e humanos.

O livro apresenta-se como uma denúncia. Organizado em artigos que, somente por questão metodológica, abordam aspectos específicos da Jornada e apresentam em comum, ainda que de forma implícita, determinações sócio-históricas que fazem do Maranhão, um estado prenhe de riquezas e potencialidades, compor os piores indicadores do país. Destaca como o analfabetismo constitui, historicamente, estratégia política, social, econômica e cultural de domínio e controle da população mais pobre e, de forma especial, da população camponesa, representada pelos indígenas, quilombolas, trabalhadores rurais, extrativistas e sem terra e a população mais pobre que vive nas cidades.

¹ Jonas Borges é bacharel em Geografia pela UNESP e militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, foi responsável pelo acompanhamento político à Jornada de Alfabetização do Maranhão. Zaira Sabry Azar é doutora em Políticas Públicas pela UFMA e professora da UFMA.

Mas o livro também apresenta esperança. Mostra como é possível a garantia da educação como direito humano básico, com compromisso, responsabilidade e solidariedade de classe. Os artigos fazem uma recuperação histórica, observando aspectos socioeconômicos do estado, evidenciando o elemento desigualdade social e econômica que o caracteriza, sendo a educação o mais importante desafio a ser superado para a transformação da realidade.

Neste sentido, é apresentada pelo governo do estado do Maranhão, a Jornada de Alfabetização, como uma ação estatal que compõe o Programa Mais IDH², destacando sua importância para as demais ações, as parcerias para sua realização, as metas estabelecidas, as parcerias construídas, os municípios alcançados, os avanços, mas também os desafios para sua consolidação.

Para se pensar a alfabetização de uma população pobre como a que compõe a Jornada, o método é de fundamental importância e, por isso, tem destaque neste livro a apresentação do método *Sim, eu posso!*, método de alfabetização cubano, grande referência internacional. Na experiência apresentada, quem cumpre o papel de coordenar política e pedagogicamente a Jornada é a Brigada Nacional Saete Moreno, organizada pelo MST e apresentada aqui com sua história, composição, tarefas e referências teóricas e políticas.

De forma muito específica também é mostrado o processo de organização da Jornada nos municípios, coordenado pelos brigadistas, aos quais coube a tarefa de garantir a efetivação dos princípios políticos, pedagógicos e metodológicos da Jornada, ou seja, de garantir o cumprimento das metas estabelecidas para além de dados e indicadores, e que o processo de mobilização e organização das turmas, assim como a realização das aulas fossem pautadas na articulação e compromisso de

² O Plano Mais IDH é um programa criado pelo atual governo estadual voltado para a elevação dos indicadores sociais e humanos nos trinta municípios de menor IDHM do Maranhão.

todos os sujeitos responsáveis pelo processo, entenda-se aqui, os gestores municipais, organizações políticas dos trabalhadores, educadores e educandos em geral.

O texto sobre esses processos tem como base relatos do cotidiano do trabalho de sensibilização e mobilização dos gestores, organizações e lideranças locais, para a articulação com os grupos e comunidades urbanas e rurais. Descreve as estratégias adotadas na educação e o método de organização popular como um trabalho diário que permeia a vida.

Para tanto, também discute as dimensões política e cultural da Jornada, no que se refere à formação dos coordenadores e educadores de turmas envolvidos nos municípios, através de relatos sobre conteúdos, estratégias adotadas, tanto nas formações gerais quanto nas formações continuadas e o que isto representa para o efetivo trabalho realizado nas salas de aula, ou sobre os resultados da alfabetização. Claro, trazendo, além disso, os desafios a serem superados no aspecto da formação.

Muito importante, ainda, é o artigo que narra experiências vivenciadas pelas educandas e educandos, refletindo sobre as implicações que o ato de ler e escrever, para além do letramento, tem nas vidas destes sujeitos, que passam a interpretar de maneira mais consistente as suas realidades e a perceberem melhor seu papel como sujeitos históricos.

Como métodos, a Jornada adota estrategicamente a articulação do *Sim, eu posso!* com os Círculos de Cultura, como duas referências internacionais de educação emancipatória. A reflexão feita é de como a metodologia cubana de alfabetização e os Círculos de Cultura freiriano, mediadas pela concepção política do MST, possibilitam a educação libertadora em um contexto de tantas adversidades sociais, políticas e econômicas como as realidades vivenciadas pelos educandos, apontando potencialidades e desafios.

Objetivando reflexões que apontem para o futuro, o livro dá voz aos sujeitos que participam da empreitada, envolvidos diretamente no ato

de ensino e aprendizagem. Assim, coordenadores, educadores, educandos e brigadistas abordam, através de depoimentos, os principais resultados do processo, sendo a partir daí, relacionados os elementos de valor quantitativo e qualitativo que ajudem na reflexão sobre os resultados, perspectivas e desafios da Jornada.

Além de tudo, para finalizar, o livro brinda o leitor com um posfácio do grande educador popular Carlos Rodrigues Brandão, que se fez presente no Seminário Final da primeira fase da Jornada e com arquivo fotográfico que lhe dá uma visão geral dos processos e ações que mostram a grandeza e importância da alfabetização para populações da cidade e do campo, historicamente negligenciadas pelo Estado em direitos básicos como a educação.

A Jornada apresenta-se, portanto, como uma esperança para o Maranhão. Esperança esta abraçada pelo compromisso político assumido pelo governo Flávio Dino, em implementar ações de combate à pobreza no estado, priorizando os municípios com menores índices de desenvolvimento humano tendo, para isso, clareza da imprescindibilidade do combate ao analfabetismo.

Na construção da esperança, o MST assume o compromisso histórico da emancipação humana, tendo na alfabetização uma intencionalidade de classe e de direitos. Sua participação nesta jornada deve-se ao acúmulo político, pedagógico e metodológico adquirido na construção de processos educativos articulados à luta pela terra no Brasil. Reconhecido nacional e internacionalmente por sua dedicação à luta pela educação emancipatória, desenvolveu experiências em acampamentos e assentamentos, mobilizou famílias e educadores sem terra em torno desta causa, contribuindo para a construção de políticas e conceitos importantes para a educação do campo.

No Maranhão, especificamente, o MST acumulou com experiências de alfabetização de jovens e adultos nos acampamentos e assentamentos, em parceria com a Universidade Federal do Maranhão

(UFMA) e com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, em 1999; e em parceria com o Movimento de Educação de Base, com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e com o Incra, também através do Pronera, em 2015 e 2016. Outra importante experiência foi a alfabetização de jovens e adultos já utilizando o método cubano de alfabetização, articulado aos Círculos de Cultura, através de um projeto realizado pelo então governo Jackson Lago, em 2007 e 2008, que contou com a participação de educadores cubanos em áreas de reforma agrária no estado, quando o assentamento Palmares, em Nina Rodrigues, foi declarado território livre de analfabetismo.

Para a jornada em debate neste livro, a Brigada Nacional Salete Moreno, compondo as missões nacionais e internacionais organizadas pelo MST para atuarem em várias frentes político-sociais dos trabalhadores, assume no Maranhão a missão de contribuir com o processo de alfabetização nos municípios atendidos pelo Plano Mais IDH. É este grupo de militantes do MST, comprometido com as lutas sociais e políticas da classe trabalhadora, em especial, com a luta pela educação, que tem a responsabilidade de manter a chama da solidariedade, fazendo com que cada sujeito envolvido na dinâmica da alfabetização tenha o sentimento de pertença à classe trabalhadora e o compromisso pela transformação social.

É então, com o sentimento de construção de um projeto político e social que apresentamos a obra.

ALFABETIZAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA: DO PÃO À POESIA

Jade Percassi e Lizandra Guedes³

Poeta é aquele que tira de onde não tem, e bota onde não cabe.
Pinto do Monteiro (Paraíba – 1895/1990)

Civilização, barbárie e direitos humanos

Seguindo a tradição do pensamento social de orientação marxista, partimos da compreensão de que os seres humanos fazem a sua própria história, mas em circunstâncias que não são de sua escolha (Marx, 2006). Este pressuposto nos traz pelo menos duas reflexões: há determinações materiais que limitam as possibilidades da ação humana, e, dentro destas limitações, é a luta viva das mulheres e homens que determina o caminho que será seguido. Sob o ponto de vista da ciência e das relações com a natureza, a humanidade chegou a um nível de complexidade que permitiria a resolução de todos os seus problemas materiais, quantitativa e qualitativamente. No entanto, toda interação com a natureza neste processo de produção da vida implica no estabelecimento de determinadas relações, em cada determinada forma de produzir. A história nos mostra que a promessa de felicidade contida na ideia de desenvolvimento do modo capitalista de produção não se cumpriu; a injusta partilha da riqueza, dos bens produzidos pela força do trabalho, revela um quadro de profundas desigualdades sociais que atingem milhões e milhões de pessoas.

³ Jade Percassi é cientista social, mestre e doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP) e militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Lizandra Guedes é pedagoga, mestre em Psicologia e doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP) e militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, integra a Brigada Nacional de Alfabetização Salete Moreno como Coordenadora Político Pedagógica da Jornada de Alfabetização do Maranhão.

Ao longo de uma história marcada pela luta entre os proprietários das terras, bens da natureza e meios de produção e os que foram por eles oprimidos, foram conquistados e pactuados direitos, a serem considerados pelas sociedades nas relações sociais humanas, constituindo uma base ética e moral para preservar a dignidade das pessoas. A primeira forma conhecida de declaração de direitos é o Cilindro de Ciro, contendo os princípios do rei da antiga Pérsia que, ao conquistar a cidade da Babilônia, em 539 a.C., libertou os escravos, declarou que as pessoas poderiam escolher a sua própria religião e estabeleceu a igualdade racial. Outros momentos, como a Petição de Direito do Parlamento Inglês, em 1628 e, posteriormente, as declarações do processo de independência dos Estados Unidos, em 1776, e da Revolução Francesa, em 1789, apresentavam a vida, a liberdade e a busca pela felicidade como direitos de todos. Tais documentos são considerados importantes precursores escritos para muitos dos documentos de direitos humanos atuais, entre eles a Declaração Universal, de 1948, adotada pelas Nações Unidas, que compila os direitos inalienáveis dos seres humanos. A união desta declaração e os pactos internacionais celebrados entre os países recebe o nome de Carta Internacional dos Direitos Humanos. Em que pese que sejam signatários 192 países, muitos desses direitos são sistematicamente desrespeitados em muitas partes do mundo, especialmente nos países mais pobres ou “em desenvolvimento”.

A permanência de processos bárbaros de opressão e miséria na atualidade é motivo de constrangimento internacionalmente, o que nos traz a necessidade da reflexão sobre um franco processo de embrutecimento, simultâneo ao avanço de ideais conservadores e reacionários, de indiferença diante do sofrimento causado pelas injustiças sociais. Mais ainda, das possíveis relações de causalidade entre este retrocesso e os processos de negação sistemática a direitos fundamentais como o direito à educação.

O direito de ler e escrever no Brasil: a cidadania negada

O direito de ler e escrever é pauta antiga em terras brasileiras, já que desde os primórdios, à exceção da educação jesuíta, dominar estes códigos era privilégio das classes mais abastadas. Fazendo um breve percorrido na história mais recente do país, remontando ao nosso processo de independência, já podemos ver delineado na Constituição de 1824 o fantasma que assombra a alfabetização das classes populares, em que a um só tempo torna gratuita a educação básica e proíbe o ensino aos escravos.

Passados mais de 40 anos da primeira Constituição, mesmo para a população livre, o acesso à educação não passa de uma quimera, já que apenas a décima parte dos brasileiros livres em idade escolar tinham acesso ao ensino primário (PERES, 2005). O final do século XIX e o início do XX foram marcados por uma intensa reconfiguração das classes populares e, por consequência, da correlação de forças nas lutas políticas e sociais do país. Após a libertação dos escravos, dois milhões de negros foram abandonados à própria sorte por todo território nacional, enquanto milhares de imigrantes, vindos principalmente da Europa, afluíam para o país em busca de dias melhores e logo passaram de promessa de civilização a perigo social, pela consciência política que carregavam em sua bagagem.

Assim, às vésperas da Segunda República o cenário era de grande instabilidade social e de acirramento da luta de classes: cidades inchadas e repletas de “marginalidade”, pequenos delitos, crianças vagando pelas ruas, greves, comícios e o “perigo vermelho” à espreita para tirar a paz destas terras verdejantes e ordeiras.

O leitor desatento ou apressado poderia nos perguntar pelos motivos que nos levaram a percorrer este breve, mas tortuoso, caminho sobre a formação das classes populares brasileiras, já que nosso tema é o analfabetismo. Poderia mesmo parecer que estamos nos desviando de nossa tarefa se não compreendermos que as raízes da negação ao direito à

educação estão fincadas num processo de dominação social e que o analfabetismo é um de seus frutos mais perversos.

Esta vinculação entre analfabetismo e dominação social fica evidente no acalorado debate que mobilizou os poderes públicos e intelectuais de todas as formações nas primeiras décadas do século XX, em que a questão central era a alfabetização e a necessidade de civilizar os pobres brasileiros, a fim de integrá-los à nação “moderna” que despontava. O analfabetismo se torna, então, uma questão nacional por excelência, como consta na célebre carta circular de Oscar Thompson, Diretor Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo, em que indaga “que fazer para educar esses milhares de menores⁴ que, crescendo analfabetos, constituirão elementos negativos do nosso progresso?” (THOMPSON, 1918, apud BEISEIGEL, 1975).

No entanto, este debate trazia em seu bojo um revelador dilema: se a educação passava a ter um caráter de integração nacional, de disciplinarização para o trabalho e redenção moral, a alfabetização aligeirada e massiva, desprovida de uma educação moral e cívica, não poderia se constituir num risco à ordem e ao progresso? Ecoaram vozes de todos os cantos do país a alertar sobre os riscos que a alfabetização das classes populares poderia oferecer. Exemplar é Goes Calmo, governador da Bahia, que fez um apelo, em 1925, para que uma “instrução incompleta” fosse evitada, pois “esta só daria ao homem inculto e primitivo um instrumento cujo uso não lhe foi ensinado, transformando-se em elemento de desequilíbrio, ao preparar, de modo eficaz, um ambiente propício à explosão socialista ou bolchevista” (apud CARVALHO, 1998, p.151).

Dentre tantas opiniões, planos de ação, cartas abertas e campanhas, a síntese do pensamento político e educacional do período foi

⁴ Segundo o próprio Thompson mais da metade das crianças em idade escolar estava fora da escola em 1918 (apud Beisiegel, op. cit.).

a de que a alfabetização massiva, desacompanhada de uma formação moral e cívica - de crianças, jovens ou adultos - era um perigoso fetiche que, em vez de solucionar os problemas do país, criava-lhe outro, pois como dizia Azevedo Sodré, recuperado por Carvalho (op. cit. p.150), *os analfabetos eram obreiros, pacíficos e conformados ao progresso nacional e era preferível que assim fossem a que se tornassem adultos letrados que fazem revoltas, perturbam, e anarquizam o meio em que vivem.*

Mais que uma síntese do espírito de um tempo, este pensamento se perpetua como um triste legado para a realidade social brasileira, estampado nos mais de 14 milhões de adultos analfabetos por todo o país. Em terras tupiniquins, de capitalismo dependente, marcadas por um desenvolvimento desigual e combinado, pode-se prescindir de alfabetizar todo seu povo para manter certo nível de “desenvolvimento”. A aposta parece ter sido investir na formação de uma elite dirigente e relegar ao povo uma formação quando muito rebaixada, deixando uma grande massa de jovens, adultos e idosos analfabetos, afeita ao trabalho bruto e a uma suposta cordialidade.

No Maranhão, as cores da dominação parecem ainda mais fortes, num estado rico em biodiversidade, cultura e recursos naturais, sua violência se expressa por uma política histórica e sistemática de negação de direitos, entre eles o direito de ler e escrever, negado a quase 20% da sua população. Francisco Campos, renomado professor e jurista, que dentre seus feitos elaborou a Constituição de 1937 e o AI-1, do golpe civil militar de 1964, costumava afirmar que *saber ler e escrever não são títulos suficientes à cidadania*, quando queria justificar a morosidade do governo em solucionar a questão do analfabetismo.

Conquanto ler e escrever não confira cidadania a ninguém, este não seria um passo fundamental na conquista da dignidade humana?

Nem de carro, nem de dinheiro. Eu tenho é inveja de quem sabe ler e escrever

O que justificaria a segregação de parte significativa da população, e sua alienação do direito de apropriar-se de todo o conhecimento construído e sistematizado historicamente pela humanidade, se não uma ideologia profundamente marcada pelos traços entranhados de uma dominação escravocrata? Numa sociedade letrada, não saber ler e escrever impõe aos homens e mulheres um estado de subjugação, não apenas moral, mas também corpórea, definindo e restringindo seu lugar e função na sociedade, arrastando com brutalidade os resquícios de nossa desumanidade. Traz para a atualidade abordagens da Escola Sociológica Paulista, como a de Florestan Fernandes, sobre o processo de “coisificação” subjetiva e/ou social dos escravos no Brasil, tornando-os seres viventes “à margem da vida nacional” (FERNANDES, 1965), pois apesar de possuírem identidades e culturas próprias, eram apartados de ferramentas de compreensão da sociedade e, portanto, restringidas suas possibilidades de libertação. Era, e ainda é, disso que se trata.

Numa sociedade letrada não saber ler e escrever impõe ao sujeito diversas dificuldades que podem ser vividas como situações de humilhação social, de dominação pura e simples. A vida cotidiana é repleta de atividades que exigem a leitura desses códigos o que faz com que, aqueles que não os dominam, vivam muitos dissabores e criem formas de superar os entraves que se apresentam. São situações corriqueiras como fazer compras, pegar um transporte, ver o que a médica receitou ou ler o bilhete enviado pela professora do filho, que muitas vezes são evitadas para não terem que passar pelo constrangimento de revelar a marca do analfabetismo.

Quando o assunto fica mais “sério”, a conta bancária, as burocracias para acessar políticas públicas – moradia, saúde, crédito rural ou bolsas de mitigação da miséria – aí as coisas se complicam e, não raro, há que se apelar para um terceiro, às vezes um parente “mais sabido”, às vezes alguém não tão bem-intencionado, que cobrará alguns cobres pela “assinatura”, ou mesmo para simples leitura de uma carta do governo. E

quando vem a eleição... analfabeto vota, não vota? Vota, sim, é cidadão! Direito conquistado pela EC n. 25/85 e referendado pela Constituição de 1988, a “Constituição Cidadã”, exercido desde que queira, tenha boa memória fotográfica e seu(a) candidato(a) esteja tal qual naquela foto, que “alguém” anotou o número num papelzinho, ou lhe entregou na porta do colégio eleitoral, ou em casa mesmo, prometendo de caixa d’água, a vaga no hospital para sogra doente, passando pela cesta básica ou uma camisa e um boné.

É... dizer que *ler e escrever não é título suficiente à cidadania* é, no mínimo, cinismo de nossa classe dominante, justificativa infame para seguir subjugando, infantilizando e desqualificando as classes populares. Contudo, nosso povo não se rende e, certamente, muitos daqueles a quem este direito foi negado não se deixaram subjugar, ao contrário, deram e dão belos exemplos de vida, deixando legados que povoam nossa história e inspiram nossa luta. Mas sua narrativa não raro vem acompanhada de uma falta, a falta que faz saber ler e escrever, entrelaçada a um misto de fatalismo e auto culpabilização, em que a brutalidade das condições materiais da vida carrega, também, os sonhos de como ela seria se tivessem estudado, ou se não tivessem que abandonar a escola tão cedo.

“Moça, vou te dizer uma coisa. Não tenho inveja de quem tem carro, terra, dinheiro, casa própria, eu tenho inveja é de quem sabe ler e escrever” – dizem Doquinha, Adão, Mocinha, Chico Preto, Irene, Dica, Aroeira, Benê, Idalina, Adelmo, Maria Pereira, Zeca da Luz, Tião, Aurora e outros tantos com quem conversamos nesta Jornada de Alfabetização, e que hoje já não têm inveja de nada nem ninguém.

Foram oito meses, um grão de areia no punhado de vida que temos, que desdisseram a sina do analfabetismo e, empunhando um lápis na mão, forjaram uma nova história, vivenciada, contada e agora escrita por estes sujeitos. No fim da tarde, depois do dia de lida na roça, no terreiro, quebrando coco-babaçu, torrando a farinha, banho tomado, farda vestida, material na sacola, afluíam às escolas, às igrejas, aos salões

comunitários, aos quintais e às casas vizinhas milhares de jovens, adultos e idosos com o propósito de aprender a ler e escrever.

Alguma coisa sempre era familiar, talvez aquela letra ali, da qual me lembro, uns números e, sim, os meus muitos vizinhos, parentes, amigos e até mesmo esta nossa professora, que mora colada ali na mercearia da Dinda e que conheço desde menina. Essa familiaridade, associando a letra a um número, é que fez com que, dia após dia, ao final de quatro meses, num clima de muita amizade e solidariedade, todos estivessem prontos para escrever sua carta. A primeira de muitas de suas vidas. Endereçada à professora que os acompanhou, ao companheiro de toda uma vida de luta, ao filho que foi tentar a vida em terras distantes.

Reunidos em roda, os olhos embotados pela emoção, leram aos camaradas suas bem traçadas linhas que demarcavam a linha imaginária entre ser e não ser, rememorando a jornada e projetando a nova caminhada. Os meses que se seguiram foram tempos de novas conquistas, de tirar um novo documento de identidade, trocar o polegar tingido pela tinta da caneta nos documentos do banco, decifrar as letras nos anúncios, nas cartas, nos bilhetes e no certificado que estampava seus nomes e uma mensagem de Cora Coralina, que não os deixaria esquecer da força que têm: “O saber a gente aprende com os mestres e os livros. A sabedoria se aprende é com a vida e os humildes”.

Alfabetização e emancipação

A alfabetização em sociedades letradas humaniza porque torna mais compreensível a natureza, a sociedade e o outro. Contribui para a humanização no sentido mais amplo, de ampliação das possibilidades de exercício da expressão e da criatividade artística.

Mas também, e não menos importante, para a apropriação e utilização de códigos anteriormente exclusivos das classes dominantes, como armas para enfrentamento das desigualdades e injustiças. Exemplos clássicos de processos dessa natureza podem ser encontrados em diferentes

períodos da história recente. Entre eles, destacam-se as experiências de auto-organização de trabalhadores e trabalhadoras para socialização de saberes referentes ao mundo do trabalho, como é o caso da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, associação formada em 1841 por mestres e aprendizes de ofícios específicos (carpinteiros, pedreiros, marceneiros e tanoeiros). No Maranhão, consta que Negro Cosme, uma das mais importantes lideranças da Balaiada (1838 a 1841), além da preparação para o combate armado criou uma escola de primeiras letras para os aquilombados da Fazenda da Lagoa Amarela. A Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP), criada em 1954, por 1.200 trabalhadores rurais, no Engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão, e que daria origem ao movimento das Ligas Camponesas, iniciou suas atividades como sociedade mortuária e classes de primeiras letras. Foram centenas de experiências de organização e estudos coletivos que resultaram em conscientização e atuação política de enfrentamento de inequidades e injustiças, que inspiraram a intensificação dos movimentos de educação popular e cultura popular nos anos de 1960, forjando a intencionalidade da atuação pedagógica para a conscientização e a participação política dos homens e mulheres oprimidos.

Das experiências paradigmáticas da educação popular dos anos que precederam o golpe civil militar de 1964 – e daquelas que resistiram enquanto puderam, antes de serem totalmente dizimadas – herdamos a convicção na potencialidade da valorização dos saberes do povo em suas múltiplas expressões. O Movimento de Cultura Popular (Recife- 1960); a Campanha “De pé no chão também se aprende a ler” (Natal - 1961); o Movimento de Educação de Base (1961); o Centro Popular de Cultura (Rio de Janeiro - 1961); a Campanha de Educação Popular da Paraíba (João Pessoa - 1962) são alguns dos processos históricos em que, além de assumir um compromisso explícito com as classes populares, propunham o rompimento com as práticas usuais de alfabetização de adultos que simplesmente desenvolviam o ensino da leitura, da escrita e do contar, trazendo para as práticas pedagógicas as linguagens artísticas como o

teatro, a música, a dança, as representações visuais, o cinema; evidenciando seu potencial na realização de uma educação que se pretendia conscientizadora. Paulo Freire, ao longo de sua obra, sistematizou e propôs os fundamentos da educação popular que viemos construindo desde então, junto ao povo, buscando criar as condições coletivas para a reflexão sobre si mesmo, sobre seu tempo, sobre suas responsabilidades, sobre seu papel na sociedade (FREIRE, 1983).

Antônio Cândido é quem nos leva a atentar para o passo seguinte, ou seja, para além da apreensão das ideias sistematizadas pela linguagem escrita, a experiência revolucionária que se descortina diante da possibilidade da fruição e da produção literária após a alfabetização. Em seu ontológico artigo sobre O Direito à Literatura, nos chama a atenção para sua tripla função, a saber, de organização dos significados, forma de expressão e forma de conhecimento. Para o autor, o efeito da literatura sobre nós se dá devido à atuação simultânea de tais aspectos, que contribuem de forma significativa para nossa humanização, como conjunto articulado de traços essenciais: *o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor* (CANDIDO, 1988). Por essa constatação, defendeu por toda a vida a premissa de que a arte e a literatura são direitos inalienáveis dos seres humanos.

Outro grande educador – e também poeta, o professor Carlos Rodrigues Brandão, nos ensina sobre a beleza de encantar o mundo pela palavra, que a literatura permite ao recriar a existência das coisas. Trazer para perto o que está longe, fazer presente a memória dos acontecimentos, provocar sensações e emoções. E, ao mesmo tempo, Marildo Menegat nos lembra a partir das ideias marxistas sobre a arte, que quando um poeta faz um poema, ele ou ela o fazem a partir de uma matéria que é comum a nós, porque faz parte da sociedade, está condicionado por seu grupo social e inserido em um tempo histórico. Por isso, ao superarmos as necessidades imediatas, somos todos capazes de arte – de sua fruição, para a qual

precisamos ter acesso, e sua produção, para a qual também precisamos nos cultivar.

Vivemos tempos difíceis, de crise civilizatória, em que somos continuamente atirados às contradições e à dureza do mundo do trabalho numa sociedade de classes, que embrutece e animaliza. Mas é possível transformar a sociedade e recriar os seres humanos, porque somos inconclusos. A luta permite ao ser humano descobrir que não está sozinho no mundo, e que a opressão não é o único destino inevitável. E a literatura, assim como as outras formas de arte, pode se configurar como embarcação que nos transporta do reino da necessidade para o reino da liberdade.

Não ficarei tão só no campo da arte,
e, ânimo firme, sobranceiro e forte,
tudo farei por ti para exaltar-te,
serenamente, alheio à própria sorte.

Para que eu possa um dia contemplar-te
dominadora, em fêrvido transporte,
direi que és bela e pura em toda parte,
por maior risco em que essa audácia importe.

Queira-te eu tanto, e de tal modo em suma,
que não exista força humana alguma
que esta paixão embriagadora dome.

E que eu por ti, se torturado for,
possa feliz, indiferente à dor,
morrer sorrindo a murmurar teu nome:

LIBERDADE.
(Carlos Marighella)

REFERÊNCIAS

BEISEIGEL, Celso. A reforma e a qualidade do ensino. In: NAGLE, Jorge (Org.). **Educação brasileira: questões da atualidade**. São Paulo: EDART, 1975.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2001.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: **Vários escritos**. São Paulo: Duas Cidades, 1995, p.235-263.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde nacional e forma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)**. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MARX, Karl. **O dezoito brumário de Luis Bonaparte**. 4ª ed. São Paulo: Editora Centauro, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos sobre educação e ensino**. 2ª ed. São Paulo: Editora Centauro, 2004.



MENEGAT, Marildo. Da arte de nadar para o reino da liberdade. In: VILLAS BÔAS, Rafael L.; PEREIRA, Paola M.; (Org.). **Cultura, arte e comunicação**. 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, v. 1, 2015, p.15-35.

PERES, T. R. Educação brasileira no Império. In: PALMA FILHO, J. C. (Org.) **Pedagogia Cidadã**. Cadernos de Formação – História da Educação. São Paulo: UNESP; Santa Clara Editora, 2005.

MARANHÃO E O DESAFIO DA ALFABETIZAÇÃO

Isaac Giribet Bernat¹

O analfabetismo ainda é uma questão social não resolvida no Maranhão. Com uma população de pouco mais de 7 milhões de pessoas, o estado possui um dos mais altos índices de analfabetismo do Brasil, sendo este um dos principais entraves ao seu desenvolvimento social e, por conseguinte, à garantia da cidadania. Isto porque, segundo Censo 2010, existem 946.441 pessoas que não sabem ler e escrever e que residem, majoritariamente, no contexto rural (IBGE, 2010).

O analfabetismo é um reflexo do baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado, corolário de processos políticos, econômicos e sociais históricos que reverberam até hoje. O estado do Maranhão se caracteriza por uma alta concentração da renda e da propriedade, com frequentes situações de marginalização social que, até o momento, não haviam sido devidamente abordadas por parte dos sucessivos governos.

O Plano Mais IDH está efetivando políticas públicas que buscam reduzir a situação de extrema pobreza e de profundas desigualdades sociais nos trinta municípios que apresentam os menores índices de desenvolvimento humano do Maranhão, mediante atuações que fomentam o aumento nos padrões de saúde, renda e educação.

É neste contexto da ação governamental prioritária de combate à exclusão social que se situa a “Jornada de Alfabetização do Maranhão: *Sim, eu posso!* – Círculos de Cultura” que, em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), foi criada para mitigar os altos índices de analfabetismo presentes em oito dos municípios observados pelo Plano Mais IDH.

¹ Professor do Departamento de História e Geografia da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

Breve histórico sociopolítico e econômico do Maranhão contemporâneo

Ao longo da sua história, o Maranhão vivenciou diversos processos políticos, econômicos e sociais que contribuíram de forma decisiva para a situação de pobreza extrema, que acomete uma parte importante da sua população, marcadamente do contexto rural. Foi no campo onde, de forma mais expressiva, as relações sociais estiveram balizadas pelo uso abusivo da força, pela imposição do projeto que resultasse mais lucrativo em cada momento aos interesses das elites e pelos vínculos de dominação exercidos pelos grupos econômicos e políticos.

Desde a segunda metade do século XIX, o Maranhão conheceu a formação e preeminência de uma sequência de oligarquias que dominaram os rumos do estado nos seu viés político-administrativo e econômico (REIS, 2013). Estas oligarquias vivenciaram um processo de reformulação a partir da segunda metade da década de 1960, nos contextos da Ditadura Militar e da Nova República (COSTA, 1997).

Interessados em assegurar espaços de poder em cada oportunidade aberta pela modernização conservadora do país, grupos políticos trataram de adaptar o aparelho estatal à sua imagem e semelhança: sem compromissos com a complexa realidade do território e seus habitantes, omissos quanto aos impactos socioambientais resultantes da internacionalização da economia nacional, consolidada de forma subordinada sob a ditadura cívico-militar (BURNETT, 2015).

A partir da década de 1950, o desenvolvimentismo foi adotado como proposta econômica e social para o Maranhão; esse processo de expansão do capitalismo monopolista excludente sofreu uma importante aceleração durante a Ditadura Militar, no contexto da expansão do capitalismo monopolista em escala nacional (COSTA, 1997). O desenvolvimentismo no Maranhão se caracterizou pela funcionalidade que prestou aos interesses das oligarquias locais e do capital nacional e internacional e este modelo socialmente excludente teve seus ápices na Lei n. 2.979 de 1969 e no Programa Grande Carajás, a partir da década de 1980.

Mediante a aplicação da Lei 2.979/69, parte das terras públicas do Maranhão foi vendida em condições muito vantajosas a grupos privados, com o objetivo de serem exploradas dentro de uma racionalidade econômica capitalista (ASSELIN, 2009). Com o intuito de conseguir a expansão da modernização agrícola, os investidores foram apoiados de forma maciça por incentivos fiscais das agências governamentais para o desenvolvimento. Muitas das terras devolutas foram vendidas com os posseiros dentro das áreas o que, de fato, legitimou a grilagem de terras e provocou graves conflitos decorrentes da expulsão compulsória realizada por policiais e milícias armadas (PEDROSA, s.d.). Em decorrência da aplicação da Lei 2.979/69 gerou-se um importante êxodo rural no estado e a criação de bolsões de pobreza urbana.

Durante a década de 1980 a inserção do Maranhão à dinâmica capitalista internacional esteve marcada pelos projetos industriais de grande porte atrelados ao Programa Grande Carajás (PGC), com um modelo de desenvolvimento dependente baseado na exclusão e subordinação da população que mora na área de abrangência da Estrada de Ferro Carajás (EFC) (BARBOSA, 2015).

Mesmo que o PGC tenha sido extinto, existe uma continuidade do seu modelo de desenvolvimento excludente, através da empresa Vale. Este modelo provoca impactos socioambientais, diretos e indiretos, tanto fruto dos empreendimentos produtivos na indústria e no agronegócio, quanto consequência da criação de grandes infraestruturas, como a EFC e o Terminal Marítimo de Ponta da Madeira. Como aponta a Carta de São Luís² (SEMINÁRIO INTERNACIONAL CARAJÁS 30 ANOS, 2014), o PGC vem provocando:

Descomunal concentração de terras (a maior do país); poluição; destruição dos ecossistemas; concentração de renda; violência e assassinatos no campo e na cidade; trágicos conflitos fundiários; precarização do trabalho; trabalho escravo e infantil; desmonte da

2 Elaborada pelos movimentos sociais, organizações confessionais e universidades como documento final do “Seminário Internacional Carajás 30 anos. Resistências e mobilizações frente a projetos de desenvolvimento na Amazônia oriental”, realizado entre 05 e 09 de maio de 2014.

legislação trabalhista, ambiental e territorial; processos compulsórios de migração; aumento da miséria; genocídios de povos e comunidades tradicionais; desigualdade de gênero; marginalização da juventude e velhos.

Com efeito, o PGC possibilitou aos governos estadual e federal a oportunidade de fomentar, na esteira do conhecido como corredor Carajás, atividades econômicas voltadas para os mercados internacionais. Assim, aproveitando a estrada de ferro que escoava o mineral oriundo da Serra dos Carajás, foi promovida a produção de monoculturas agrícolas em larga escala, como soja e eucalipto (CARNEIRO, 2013).

É importante frisar que, sob o ponto de vista das economias locais e do desenvolvimento humano, estes grandes empreendimentos baseados na produção de *commodities* agrícolas para a exportação resultam em benefícios insignificantes para a população local (MESQUITA, 2011). Atualmente, o Maranhão está diante de um modelo produtivo de exportação de matérias primas baseado no uso intensivo de tecnologia para a extração mineral predatória e para a produção de monocultura agrícola em larga escala, com enormes prejuízos sociais e ambientais que são considerados apenas como externalidades por parte dos empreendedores.

Em resumo, uma minoria da população, representantes dos principais setores da economia atual, se sustenta de um processo produtivo que interfere negativamente no cotidiano da maioria da população maranhense, que desconhece o significado de bem-estar social. Dessa forma, o Maranhão se mostra como exemplo maior da própria sociedade brasileira, considerada economicamente emergente, mas com um quadro histórico de pobreza e concentração de renda.

O analfabetismo como uma das expressões das desigualdades sociais no Maranhão

A alta taxa de analfabetismo do Maranhão é uma das expressões da grande desigualdade social do estado. Desigualdade esta, resultante dos processos sociais já descritos anteriormente que tornaram o estado um espaço estigmatizado e colocaram uma parte importante da sua sociedade

em situação de extrema pobreza³, consequência do baixo desenvolvimento humano.

Para mensurar o nível de desenvolvimento humano das sociedades, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) criou os conceitos de desenvolvimento humano e de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), expostos no primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), no ano de 1990. A partir desse momento, o IDH passou a ser o instrumento para medir o nível de desenvolvimento humano de um país, em substituição à medida até então preeminente, o Produto Interno Bruto (PIB) (PNUD, 2013).

A noção de desenvolvimento humano, recomendada pelo PNUD, centra-se na esfera da pessoa, nas oportunidades que esta tem e na capacidade de escolha que se lhe apresenta.

Assim, desenvolvimento humano deve ser centrado nas pessoas e na ampliação do seu bem-estar, entendido não como o acúmulo de riqueza e o aumento da renda, mas como a ampliação do escopo das escolhas e da capacidade e da liberdade de escolher. *Nesta abordagem, a renda e a riqueza não são fins em si mesmas, mas meios para que as pessoas possam viver a vida que desejam.* O crescimento econômico de uma sociedade não se traduz automaticamente em qualidade de vida e, muitas vezes, o que se observa é o reforço das desigualdades (PNUD, 2013, p.23 – grifo nosso).

Sob a perspectiva do PNUD, ao nos referir a desenvolvimento humano, estaremos preconizando a ampliação dos direitos e oportunidades das pessoas, com o objetivo final de ampliar seu “bem-estar”. Desta forma, segundo este órgão da ONU, a qualidade de vida deve ser entendida como possibilidade de escolha das pessoas e não apenas como um crescimento de caráter econômico.

³ No ano de 2010, o Governo Federal estabeleceu uma linha de extrema pobreza no valor de R\$ 70, que correspondia a uma quarta parte do salário mínimo no ano de 2004, quando o Programa Bolsa Família foi criado – levando em consideração a atualização monetária, atualmente, corresponde a R\$ 77,00 – (SECRETARIA DA REPÚBLICA, 2010). Portanto, se considera extremamente pobre todo o indivíduo, de crianças a idosos, que tenha uma renda mensal domiciliar *per capita* inferior a R\$ 77,00. Cabe destacar que o porcentual de extrema pobreza do Brasil é de 9,0%, enquanto o do Maranhão de 25,8 com municípios que superam o 60% (ONU, 2015).

A fim de aferir uma métrica que permitisse consubstanciar o desenvolvimento humano foi criado o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), unidade de medida que abrange três quesitos que correspondem ao tripé dimensional que o compõe, sendo estes: a oportunidade de se levar uma vida longa e saudável – saúde, ter acesso ao conhecimento – educação, e poder desfrutar de um padrão de vida digno – renda (PNUD, 2013).

Em virtude da visão holística que proporciona com as dimensões longevidade, educação e renda, o IDH se tornou a principal referência para mensurar o desenvolvimento humano. Os dados do IDH, no que se refere à escala geográfica dos países, são publicados anualmente pelo PNUD no Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH).

No Brasil, a implantação do IDH à realidade nacional foi realizada a partir da consideração dos três indicadores acima referidos aplicados à esfera municipal, originando o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que é construído a partir dos dados obtidos dos censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Imesc, 2015).

Tabela 01: Ranking Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) 2010 – Região Nordeste.

Posição IDHM das Unidades Federativas	Ranking - Região Nordeste	Unidade da Federação	IDHM	IDHM Renda	IDHM Longevidad ^e	IDHM Educação
16°	1°	Rio Grande do Norte	0.684	0.678	0.792	0.597
17°	2°	Ceará	0.682	0.651	0.793	0.615
19°	3°	Pernambuco	0.673	0.673	0.789	0.574
20°	4°	Sergipe	0.665	0.672	0.781	0.560
22°	5°	Bahia	0.660	0.663	0.783	0.555
23°	6°	Paraíba	0.658	0.656	0.783	0.555
24°	7°	Piauí	0.646	0.635	0.777	0.547
26°	8°	Maranhão	0.639	0.612	0.757	0.562
27°	9°	Alagoas	0.631	0.641	0.755	0.520

Fonte: PNUD, 2013/IBGE, 2010. Elaboração do autor, 2017.

Se levadas em consideração as cinco regiões que compõem o território brasileiro, a Região Nordeste é a que apresenta um maior número de unidades federativas nas derradeiras posições do IDHM (PNUD, 2013/IBGE, 2010). Assim mesmo, o Maranhão ocupa o penúltimo lugar tanto no ranking dos estados da Federação como na Região Nordeste, atrás apenas de Alagoas (PNUD, 2013/IBGE, 2010). Este dado pondera a situação crítica do Maranhão no que se refere ao desenvolvimento humano.

Uma característica maranhense: a pobreza rural

De acordo com o último Censo Demográfico do IBGE (2010), a população rural brasileira está em torno de 15,6%. Dentre as grandes regiões do país, a Região Nordeste é a que possui um maior percentual de população morando no campo, com 26,9% do total de sua população, o que corresponde a 14.260.704 dos 53.081.95 habitantes; a Região Sudeste, por outro lado, é a que possui o menor número de habitantes na área rural, com 5.667.232 habitantes dos 80.364.41, o que corresponde a 7,1% do total (IBGE, 2010).

Tabela 02: População no Censo Demográfico segundo as Grandes Regiões – 2010.

Grandes Regiões	População total	População Urbana (%)		População Rural (%)	
Brasil	190.775.779	160.925.792	84.4%	29.830.007	15.6%
Região Norte	15.864.454	11.664.509	73.5%	4.199.945	26.5%
Região Nordeste	53.081.95	38.821.246	73.1%	14.260.704	26.9%
Região Sudeste	80.364.41	74.696.178	92.9%	5.668.232	7.1%
Região Sul	27.386.891	23.260.896	84.9%	4.125.995	15.1%
Região Centro-Oeste	14.058.094	12.482.963	88.8%	1.575.131	11.2%

Fonte: IBGE, 2010. Elaboração do autor, 2017.

Tabela 03: População das Unidades da Federação da Região Nordeste no Censo Demográfico – 2010.

Unidades da Federação	População total	População Urbana (%)		População Rural (%)	
		População Urbana (%)	População Urbana (%)	População Rural (%)	População Rural (%)
Maranhão	6.574.789	4.147.149	63.1%	2.427.640	36.9%
Piauí	3.118.360	2.050.959	65.8%	1.067.401	34.2%
Ceará	8.452.381	6.346.557	75.1%	2.105.824	24.9%
Rio Grande do Norte	3.168.027	2.464.991	77.8%	703.036	22.2%
Paraíba	3.766.528	2.838.678	75.4%	927.850	24.6%
Pernambuco	8.796.448	7.052.210	80.2%	1.744.238	19.8%
Alagoas	3.120.494	2.297.860	73.6%	822.634	26.4%
Sergipe	2.068.017	1.520.366	73.5%	547.651	26.5%
Bahia	14.016.906	10.102.476	72.1%	3.914.430	27.9%

Fonte: IBGE, 2010. Elaboração do autor, 2017.

O Maranhão é o estado da União que apresenta o maior percentual de população morando no contexto rural, ou seja, 36,9%, que corresponde a 2.427.640 habitantes.⁴ Esta preeminência de população no campo persiste apesar das décadas de descaso e da falta de políticas públicas que fomentem o desenvolvimento social e econômico do campo, mediante o bem-estar das pessoas. A Lei 2.979/69 é um exemplo desta falta de comprometimento do poder público, já que esta medida fundiária ocasionou a expulsão das famílias posseiras das terras onde viviam e trabalhavam; outro exemplo desta falta de compromisso é a assimetria quanto ao volume de recursos desprendidos por parte dos poderes públicos à agricultura de caráter familiar, produtora de alimentos, em relação ao

⁴ Ocupando uma área de 333.365,6 km² em uma estrutura geopolítica constituída por 217 municípios (IBGE, 2010).

agronegócio de monoculturas para a exportação (MESQUITA, 2011), que são escoadas através da Estrada de Ferro Carajás⁵ (EFC).

Os dados expostos anteriormente mostram que o Maranhão é um estado marcadamente rural, o que se explica em parte pela existência de 1.026 assentamentos rurais⁶. Destes, 737 estão vinculados ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), beneficiando 115.985 famílias (Incrá, 2017), enquanto 288 assentamentos estão relacionados ao Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (Iterma, 2015), onde vivem 40.828 famílias (Iterma, 2015). As áreas dos assentamentos maranhenses ocupam um total de 4.740.963,45 hectares (INCRA, 2017).

Outra expressão da situação de exclusão que acomete as pessoas do campo são as mais diversas formas de violência. Nas últimas décadas, o Maranhão vem apresentando alguns dos índices mais elevados de violência contra os trabalhadores rurais do Brasil, a exemplo do ano passado em que foi o estado com um maior número de conflitos no campo: 196, envolvendo 100.219 famílias⁷ (CPT, 2017).

A população rural maranhense convive com o cerceamento de boa parte dos seus direitos, dentre eles o direito à alfabetização. Quando o Plano Mais IDH foi idealizado não se observou como critério de seleção dos municípios a ruralidade destes, entretanto, existe uma parte expressiva da sua população total que reside em áreas rurais (consultar tabela 04). Apenas em um dos 30 municípios observados pelo Plano Mais IDH, Amapá do Maranhão, o grau de urbanização é superior à média estadual que é de 36,9% (IBGE, 2010); já os três municípios com os menores índices de desenvolvimento humano do estado, Fernando Falcão, Marajá do Sena e Jenipapo dos Vieiras, possuem mais de 80% da população morando no contexto rural (tabela 04).

⁵ Tanto de forma direta como indiretamente, mediante a Ferrovia Norte-Sul (FNS) que une as cidade de Porto Nacional/TO e Açailândia/MA, onde ela se interliga com a EFC. Ao longo do seu percurso, a FNS percorre importantes enclaves do agronegócio maranhense como Porto Franco e Imperatriz.

⁶ Cabe destacar o descaso existente em relação às necessidades que apresentam estas áreas, resultado de programas públicos que visam a desconcentração da propriedade rural, o acesso à terra e a regularização fundiária de posseiros e comunidades tradicionais.

⁷ O número de conflitos pode ser desmembrado da seguinte forma: conflitos por terra (180), trabalho (08) e água (08) (CPT, 2017).

O Plano Mais IDH e o analfabetismo

Se considerado o analfabetismo como uma das expressões mais evidentes da desigualdade social no Maranhão, poderá se entender o destaque concedido por parte do novo Governo ao seu combate através do Mais IDH, um Plano propositivo de políticas públicas que tem como principal objetivo a redução das desigualdades sociais através de ações que priorizam o desenvolvimento humano nos 30 municípios com mais baixo IDH, tendo como principal parâmetro a elevação do IDHM (MARANHÃO, 2015).

Dentre os 217 municípios que conformam o estado, o Plano tem sua abrangência delimitada aos 30 municípios com menor IDH. Ele é gerido pelo Comitê Gestor do Plano de Ações Mais IDH e as propostas deste são executadas por técnicos das Secretarias de Estado e autarquias (MARANHÃO, 2015). De acordo com o Artigo 1º do Decreto n. 30.612, de 02 de janeiro de 2015, publicado no Diário Oficial do Estado do Maranhão (DOEMA), os objetivos do Plano se definem da seguinte forma:

O Plano de Ações 'Mais IDH' terá por objetivo promover a superação da extrema pobreza e das desigualdades sociais no meio urbano e rural, por meio de estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, abrangendo: I – integração de políticas públicas com base no planejamento territorial; II – ampliação dos mecanismos de participação popular na gestão das políticas públicas de interesse do desenvolvimento dos municípios; III – ampliação da oferta dos programas básicos de cidadania; IV – inclusão e integração produtiva das populações pobres e dos segmentos sociais mais vulneráveis, tais como trabalhadores rurais, quilombolas, indígenas e populações tradicionais, calcado em um modelo de desenvolvimento que atenda às especificidades de cada um deles; V – valorização da diversidade social, cultural, econômica, política, institucional e ambiental das regiões e das populações (MARANHÃO, 2015).

Em definitivo, o Plano Mais IDH objetiva reduzir os índices que revelam as desigualdades socioeconômicas e a situação de extrema pobreza na sociedade maranhense – expressos nas dimensões: longevidade, educação e renda do IDHM – a partir da aplicação de políticas públicas que melhorem o desempenho escolar, a saúde pública e a renda.

A seleção dos municípios para compor o Plano observou a colocação destes em uma classificação geral do IDHM, fruto da composição aritmética do IDHM/Renda, IDHM/Longevidade e IDHM/Educação de cada um dos municípios do estado. Na tabela 04, a seguir, é possível observar e comparar os três eixos que compõem o IDHM dos 30 municípios do Plano; a tabela traz, também, a sua colocação no *ranking* do Mais IDH, bem como informações gerais sobre a população e os municípios.

Conforme se pode observar na mesma tabela, todos os municípios do Plano possuem menos de 45 mil habitantes.⁸ A população total dos 30 municípios é de 408.066 habitantes; destes, 137.478, um total de 33%, vivem em áreas consideradas urbanas, enquanto 267.344 vivem em áreas rurais. Portanto, nos 30 municípios que conformam o Plano Mais IDH, cerca de 65,5% da população mora no contexto rural. É importante frisar que este percentual é significativamente superior à média maranhense que é de 36,9%, a maior do Brasil (IBGE, 2010); portanto, uma das características da pobreza no Maranhão é sua ruralidade.

O Índice de Desenvolvimento Municipal da Educação (IDHM-E) atual foi calculado a partir dos dados do Censo do IBGE de 2010. Considerando as faixas de desenvolvimento do PNUD, o Maranhão se encontra com baixo desenvolvimento (0,499 a 0,599), na 19ª posição no ranking dos estados brasileiros, abaixo do indicador do plano nacional (0,637) (Imesc, 2015). O IDHM/Educação possui diversos indicadores, dentre eles o nível de instrução da população (taxa de analfabetismo e pessoas de 18 anos ou mais com Ensino Médio completo), demanda e oferta de ensino (número de matrículas, quantidade de escolas e de professores), infraestrutura das escolas (local de funcionamento e serviços básicos) e desempenho (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e Distorção Idade/Série) (Imesc, 2015).

De acordo com o Imesc (2015), um dos grandes gargalos da educação maranhense nos 30 municípios com menor IDH do estado é o analfabetismo e a baixa escolaridade da população adulta. O percentual de analfabetismo no Maranhão (20,9%) é mais que o dobro do que apresenta

⁸ Todos eles criados nos últimos 20 anos, desmembrados de outros já instituídos.

o Brasil (9,6%), destacando-se negativamente como o 4º estado com o pior posicionamento no ranking dos estados da Federação. Nos 30 municípios observados pelo Plano Mais IDH, todos detêm a taxa de analfabetismo acima da média estadual, e alguns deles possuem quase o dobro do percentual de analfabetos da média estadual.

Uma das ações para reduzir o analfabetismo que está sendo proposto pela Secretaria de Estado da Educação (Seduc) é a “Jornada de Alfabetização do Maranhão: *Sim, eu posso!* – Círculos de Cultura” que em sua primeira fase alfabetizou 7.119 pessoas nos oito municípios em que foi implementada (MST, 2017).

É evidente que a superação do analfabetismo é um dos principais desafios postos para os atuais gestores do estado, que pretendem mediante suas ações aumentar o grau de desenvolvimento humano. Neste cenário, o Plano Mais IDH e a proposta de alfabetização *Sim, eu posso!*, metodologia cubana implementada com a contribuição do MST, aparece como uma possibilidade para ultrapassar uma das principais características de pobreza no estado.

Considerações finais

Ao longo da sua história, o Maranhão transitou por diversos processos políticos, econômicos e sociais que levaram uma parte da sua população, significativamente do contexto rural, para situações de pobreza extrema, que se fazem presentes ainda hoje. Mediante o uso da violência e o apoio do poder público, o contexto rural foi o palco onde se materializaram grandes projetos econômicos que pretendiam modernizá-lo para torná-lo funcional aos interesses das elites locais e dos mercados internacionais.

O avanço das relações capitalistas no campo maranhense é resultado de um longo processo de expulsão e apropriação privada das terras públicas, propiciado pela estrutura oligárquica de um estado que sempre desconsiderou as posses e as práticas das populações camponesas. Uma territorialização do capital que está alinhada a uma lógica economicista que ao mesmo tempo em que se torna funcional aos

interesses dos mercados internacionais, restringe o desenvolvimento humano de uma parte da sua população.

Uma das expressões do desenvolvimento desigual no campo maranhense é o acesso à educação pública de qualidade. Segundo o Imesc (2015), as escolas das redes municipais, sobretudo no contexto rural, apresentam déficits quanto ao abastecimento de água, e também quanto à cobertura de esgotamento sanitário, coleta de lixo e energia elétrica. Observou-se que existe no contexto rural uma evidente deficiência no que se refere ao desenvolvimento humano, o que reflete a face rural da pobreza, pois dentre os 30 municípios que conformam o Mais IDH, apenas Amapá do Maranhão tem uma população urbana superior à média estadual que é de 63,1% (IBGE, 2010).

O analfabetismo maranhense emerge como expressão da extrema pobreza do estado. Com o intuito de reverter este quadro de desigualdade social histórica, o Governo do Estado lançou o Plano Mais IDH, um conjunto de políticas públicas que pretende aumentar os índices de desenvolvimento humano. É neste contexto que se inseriu a primeira fase da Jornada de Alfabetização do Maranhão: *Sim, eu posso!* – Círculos de Cultura que, ao longo dos meses de março de 2016 a março de 2017, implementou em oito dos 30 municípios que conformam o Mais IDH um método de ensino que ao mesmo tempo que propiciou a alfabetização e a valorização dos sujeitos, fomentou a construção da sua consciência.

Município	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação	Posição no ranking Mais IDH	População 2010			Área municipal	Área da sede Km ²	Densidade demográfica hab/km ²
					Urbana	Rural	Total			
Brasil	0,739	0,816	0,637							
Maranhão	0,612	0,757	0,562							
Afonso Cunha	0,471	0,725	0,434	30°	3.234	2.671	5.905	371,34	1,01	15,9
Água Doce do Maranhão	0,494	0,697	0,363	5°	3.133	8.448	11.581	443,27	1,88	26,1
Aldeias Altas	0,5	0,72	0,374	13°	13.634	10.318	23.952	1942,11	8,21	12,3
Amapá do Maranhão	0,503	0,688	0,406	23°	4.841	1.590	6.431	502,4	2,08	12,8
Araioses	0,497	0,709	0,402	24°	12.045	30.460	42.505	1782,6	3,64	23,8
Arame	0,525	0,701	0,365	10°	12.551	19.151	31.702	3008,69	4,46	10,5
Belágua	0,417	0,707	0,455	9°	3.263	3.261	6.524	499,43	1,73	13,1
Brejo de Areia	0,507	0,677	0,408	21°	2.853	2.724	5.577	362,46	1,7	15,4
Cajari	0,456	0,747	0,421	26°	4.284	14.054	18.338	662,07	1,3	27,7
Centro Novo do Maranhão	0,508	0,717	0,382	18°	5.522	12.100	17.622	8258,42	4,06	2,1
Conceição do Lago-Açu	0,492	0,738	0,37	12°	6.869	7.567	14.436	733,23	2,3	19,7
Fernando Falcão	0,417	0,728	0,286	1°	1.506	7.735	9.241	5086,58	1,89	1,8
Governador Newton Bello	0,509	0,718	0,387	25°	4.291	7.630	11.921	1160,49	3,18	10,3
Itaipava do Grajaú	0,456	0,726	0,419	19°	4.296	10.001	14.297	1238,82	1,42	11,5

Jenipapo dos Vieiras	0,445	0,766	0,346	3°	2.519	12.921	15.440	1962,9	4,34	7,9
Lagoa Grande do Maranhão	0,48	0,731	0,36	6°	5.499	5.018	10.517	744,3	3,48	14,1
Marajá do Sena	0,4	0,774	0,299	2°	1.158	6.893	8.051	1447,68	0,45	5,6
Milagres do Maranhão	0,465	0,764	0,413	28°	1.760	6.358	8.118	634,74	0,53	12,8
Pedro do Rosário	0,475	0,696	0,415	14°	5.890	16.842	22.732	1749,89	4,24	13
Primeira Cruz	0,448	0,722	0,414	9°	4.289	9.665	13.954	1367,68	0,82	10,2
Santa Filomena do Maranhão	0,461	0,722	0,435	27°	2.293	4.768	7.061	602,34	0,72	11,7
Santana do Maranhão	0,445	0,758	0,394	8°	1.842	9.819	11.661	932,02	0,72	12,5
Santo Amaro do Maranhão	0,454	0,738	0,416	20°	3.630	10.190	13.820	1601,18	2,35	8,6
São Francisco do Maranhão	0,503	0,733	0,4	29°	4.104	8.042	12.146	2347,2	2,11	5,2
São João do Caru	0,487	0,684	0,397	7°	6.323	5.986	12.319	615,7	1,79	20
São João do Soter	0,486	0,711	0,401	17°	6.646	10.592	17.238	1438,07	4,41	12
São Raimundo do Doca Bezerra	0,478	0,7	0,41	15°	1.731	4.359	6.090	419,35	2,29	14,5
São Roberto	0,475	0,738	0,391	16°	2.845	3.112	5.957	227,46	2,93	26,2
Satubinha	0,45	0,72	0,369	4°	3.634	8.356	11.990	441,81	2,2	27,1
Serrano do Maranhão	0,44	0,735	0,433	22°	4.227	6.713	10.940	1207,06	4,47	9,1

Fonte: IBGE, 2010. Elaboração do autor, 2017.

REFERÊNCIAS

ASSELIN, Victor. **Grilagem: corrupção e violência em terras de Carajás**. Imperatriz: Editora Ética, 2009.

BARBOSA, Zulene Muniz. O Maranhão “moderno”: uma contraditória lógica capitalista. In: BARBOSA, Zulene Muniz e CARDOSO, Franci Gomes (Org.). **Desenvolvimento socioespacial e regional no Maranhão. Novas e velhas questões**. São Luís: EDUEMA, 2015.

BURNETT, Carlos Frederico Lago. **O Plano MAIS IDH, do município à região? Globalização e planejamento no Maranhão**. 2015. Disponível em: <<http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/13325/2491>>. Acesso em: 24 set. 2015.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. **Terra, trabalho e poder. Conflitos e lutas sociais no Maranhão contemporâneo**. São Paulo: Annablume, 2013.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo – Brasil 2016**. Goiânia: CPT, 2017.

COSTA, Wagner Cabral da. **Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão**. 1997. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/images/stories/observanordeste/cabral2.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTADÍSTICA. **Censo Demográfico**. 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 18 set. 2017.

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E TERRAS DO MARANHÃO. **Identificação dos Projetos de Reforma Agrária - Tipo, distância, famílias e área**. 2015. <<http://www.iterma.ma.gov.br/files/2017/02/Rela%C3%A7%C3%A3o-dos-Assentamentos.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2017.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS. **Diagnóstico Preliminar – Plano de Ação Mais IDH**. 2015. Disponível em: <<http://www.imesc.ma.gov.br/index.php/publicacoes/132/view/74/Rel>>

at%C3%B3rios%20T%C3%A9cnicos/93/plano-de-acao-mais-idh-diagnostico-preliminar>. Acesso em: 11 set. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Incra nos Estados - Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária.** <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>>. 2017.

MARANHÃO. **Decreto n. 30.612, 02-01-2015.** Institui o Plano de Ações Mais IDH e seu respectivo Comitê Gestor e dá outras providências. D. São Luís/MA. 2015.

MESQUITA, Benjamim. **O desenvolvimento desigual da agricultura: a dinâmica do agronegócio e da agricultura familiar.** São Luís: EDUFMA, 2011.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Relatório Final da Jornada de Alfabetização do Maranhão: “Sim, eu posso!” – Círculos de Cultura. Primeira Fase – 2016 / 2017.** Mimeo. São Luís, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Atlas da extrema pobreza no Norte e Nordeste do Brasil.** 2015. Disponível em: <<http://www.ipc-undp.org/publication/27759>>. Acesso em: 8 set. 2017.

PEDROSA, Luís Antônio Câmara. **A questão agrária do Maranhão.** Disponível em: <<http://abda.com.br/texto/LuisACPedrosa.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2017.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do desenvolvimento Humano no Brasil.** 2013. Disponível em: <<http://atlasbrasil.Org.br/2013/>>. Acesso em: 10 set. 2017.

REIS, Flávio. **Grupos políticos e estruturas oligárquicas no Maranhão.** São Luís: Halley S.A., 2013.

SECRETARIA DA REPÚBLICA. **Plano Brasil Sem Miséria.** 2010. Disponível em: <<http://www.secretariadegoverno.gov.br/iniciativas/internacional/fsm/eixos/inclusao-social/brasil-sem-miseria>>. Acesso em: 18 set. 2017.



SEMINÁRIO INTERNACIONAL CARAJÁS 30 ANOS. **Carta de São Luís.** 2014. Disponível em: <<http://www.seminariocarajas30anos.org/index.php/apresentacao>>. Acesso em: 18 set. 2017.

DO LIMITE DO POSSÍVEL AO INÉDITO EM CONSTRUÇÃO: EXPERIÊNCIA DAS BRIGADAS DE ALFABETIZAÇÃO NO MST

Maria Divina Lopes e Maria Cristina Vargas¹

Partimos do princípio de que saber ler e escrever é necessidade humana e caminho para emancipação. Neste sentido, compreendemos que a luta pelo direito à educação pública, que interessa aos trabalhadores e trabalhadoras, crianças, jovens e adultos não está separada da luta pelo acesso à terra, da luta pelo direito ao trabalho como forma de produção e reprodução da existência, pelo direito de morar dignamente e de ter acesso aos bens materiais e culturais produzidos, sobretudo, pelas mãos de homens e mulheres que são explorados e expropriados. Portanto, o direito ao acesso ao conhecimento produzido historicamente faz parte das contradições das classes, reflexo do poder econômico e do poder político que constitui a sociedade. A desigualdade na educação é resultado e reforço da desigualdade social.

Neste sentido, a educação está entre as necessidades urgentes da classe trabalhadora e tem sido pautada pelos movimentos populares. No tocante ao Movimento Sem Terra, a matriz e a compreensão da educação como bandeira de luta têm produzido avanços significativos, tanto no que se refere à pressão pelo acesso, sobretudo, neste contexto de desmonte de direitos com o aprofundamento do neoliberalismo, quanto também à consistência de uma concepção que reforça a ideia de que educação e conhecimento não podem ser vistos como serviços, e sim como um direito de cada ser humano.

¹ Maria Divina Lopes é licenciada em pedagogia formada pela UFPA e mestre em Geografia pela UNESP e militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, é responsável pelo acompanhamento político à Jornada de Alfabetização do Maranhão. Maria Cristina Vargas é licenciada em pedagogia pela UNIJUI e militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

A luta popular precisa pautar as exigências desse tempo histórico e, para isso, é necessário entender que conhecimento, ciência e tecnologia devem ser disputados pela classe trabalhadora, pois poderão desempenhar um papel genuíno na construção de sociedades justas e igualitárias, nas quais, de fato, todas as pessoas tenham os mesmos direitos, as mesmas oportunidades, tendo assegurado o atendimento às necessidades básicas do ser humano, como o direito à alimentação, moradia digna, transporte, terra, trabalho e educação. A educação e a cultura podem ser potencializadas como uma forma de elevação do convívio humano e de suas relações sociais e com o meio ambiente.

Neste sentido, movimentos populares como o MST, inspirados por outras experiências de organização, formação e educação para a emancipação, no Brasil e no mundo, recuperaram o instrumento organizativo das brigadas de solidariedade nacionais e internacionalistas, com os princípios da luta popular e do compromisso militante para enfrentar as injustiças sociais que se expressam de diferentes formas e em distintos contextos locais e globais, dentre as quais está o analfabetismo nas áreas de reforma agrária e em outras diferentes realidades do nosso país. Porque este tempo histórico nos instiga a recuperar e atualizar os princípios da concepção de educação de Paulo Freire, o qual nos ensina que através de uma ação transformadora da realidade objetiva, os homens e mulheres, simultaneamente, criam e recriam suas histórias e se fazem seres histórico-sociais capazes de intervir na realidade e redirecionar o futuro.

O MST e as Brigadas de Alfabetização

As brigadas de alfabetização do MST fazem parte da recuperação de um processo de luta inspirado em outras experiências revolucionárias que realizaram a alfabetização como uma ação conjunta da sociedade alfabetizada e não alfabetizada e como forma de ampliar o processo de democratização. Cuba e Nicarágua podem ser identificados como países

que realizaram processos revolucionários na América Latina, que nos inspiram a pensar experiências de educação e alfabetização como ferramentas para libertar o oprimido e o colocar em reais condições e possibilidades de participar da construção de rupturas necessárias na história presente e projetar esperanças para o futuro. Existiram outras ações com características parecidas, mas traremos de elementos de socialização desses dois momentos que até hoje nos inspiram.

Em Cuba, a campanha foi lançada em 28 de janeiro de 1961. Nesse período, o país tinha um milhão de pessoas analfabetas. Organizou-se um processo a partir das brigadas de alfabetização com 100 mil jovens estudantes, que fizeram parte das “Brigadas Conrado Benítez”. Todo o processo foi pensado com o objetivo de ampliar o acesso aos direitos e fortalecer a construção revolucionária que estava em curso. Desta forma, cada ação, cada gesto tinha uma simbologia, como o nome da brigada, escolhido para homenagear um educador voluntário, o qual após o triunfo da Revolução, se colocou à disposição dos grupamentos de educadores que foram para as montanhas, com o objetivo de não deixar nenhuma criança sem frequentar a escola.

Escola, em Cuba, passou a ser compreendida como lugar de ensinar, pois estava presente em todos os lugares onde fosse possível desenvolver processos educativos, nas casas, nos quintais, embaixo de árvores... o importante era ter professores. Aliás, para essa nova Cuba em construção, que acabara de derrotar a ditadura e estava vivendo a efervescência de um processo revolucionário, a educação passou a se constituir como um pilar de sustentação dessa experiência que precisava, mais do que nunca, formar subjetividades humanas capazes de enfrentar a contrarrevolução. “A sociedade cubana se permitiu ser autodidata. Todos estavam aprendendo, todos juntos, trabalhando pela construção de uma possibilidade de futuro” (BARBIERI, 2010, p.11).

Conrado Benítez foi assassinado pelas forças antirrevolucionárias que perseguiram, em nome dos imperialistas, os educadores e todas as ações

de libertação do povo cubano. O que os imperialistas não poderiam imaginar é que já havia tanta solidez no processo, que a resposta à morte de Benítez foi a apresentação de 100 mil jovens, voluntariamente dispostos a doarem-se em prol da revolução, os quais com o nome e o legado de Conrado Benítez formariam, segundo Fidel Castro, um “exército armado de lápis e cartilhas para tornar Cuba o primeiro país a superar o analfabetismo”.

Os processos sempre marcados de significados, a Revolução foi somente um marco de uma ruptura necessária, um feito que abriu portas para um futuro, que não deveria reproduzir o presente. Dessa forma, tudo estava a ser construído. Fidel Castro expressava profunda compreensão de que sem educação não haveria possibilidade de construção de outras formas possíveis de sociabilidade humana. A mesma se fazia imprescindível na formação da resistência e consciência de cada um e cada uma.

Em 22 de dezembro de 1961, diante de milhares de pessoas que lotavam a Praça da Revolução, em Havana, Fidel Castro agradeceu aos 282.334 voluntários cubanos responsáveis pela redução do analfabetismo na ilha a quase zero. Em um ano e dois meses, a Campanha Nacional de Alfabetização fez o índice cair de 23,6% para 3,9%, o que levou o governo da Ilha a declarar Cuba um território livre do analfabetismo. Sem educação não há revolução nem socialismo possível, alegou Fidel na ocasião. Mais agradecidos ficaram os 707.212 cidadãos que, ao final desse período, aprenderam a ler e a escrever (BORTONI, 2007).

Na Nicarágua, a campanha foi também muito grandiosa. No dia 23 de março de 1980, reuniram-se quase 100 mil jovens para ensinar a ler e escrever a quase 500 mil pessoas em todo o país. A tarefa era chegar ao máximo de camponeses possível e, com um processo de vivência desses educadores nas comunidades, o ensinar e o aprender eram o objetivo da campanha. Esse legado, certamente, é lembrado ainda hoje pelos alfabetizados e por quem os alfabetizou. A experiência da Nicarágua nos inspira a compreender a educação como parte essencial de um processo de transformação e não como algo periférico. Havia clareza do que priorizar

para que houvesse transformações estruturais no país.

A educação e a reforma agrária nas terras dos latifundiários eram as prioridades. Uma campanha nacional de alfabetização, inspirada em Paulo Freire, levou milhares de jovens da cidade a encontrar uma outra face do país na zona rural. A guerra havia oficialmente terminado, mas os treinamentos continuavam. A paz ainda era precária. Jovens e adolescentes de ambos os sexos dividiam as mesmas unidades em defesa do país (PIVA, 2011).

As campanhas de alfabetização constituíram, tanto em Cuba quanto na Nicarágua, a história da construção revolucionária, não se pode ler o legado histórico desses dois países sem que as campanhas de alfabetização sejam consideradas a segunda grande vitória. Diante disso, podemos refletir sobre o tamanho do prejuízo de uma nação que nega a seu povo o direito de ler e escrever, e sobre como qualquer processo de transformação estrutural precisa enfrentar a negação de direitos, sobretudo à educação, pois, dentro de um projeto de mudança estrutural, os educadores e educadoras podem assumir a tarefa ímpar de forjar coletivamente a consciência revolucionária dos sujeitos.

Nesses dois países, os índices de analfabetismo eram altíssimos, o que significa que parte considerável da população era excluída não apenas do acesso aos meios de produção, mas também do acesso aos conhecimentos e tecnologias, o que visivelmente impunham limites a um processo de formação, organização e elevação da consciência cultural e política. As duas revoluções tinham como princípio desenvolver o país a partir da participação efetiva do povo, para exercer, de fato, o poder popular. Com a realidade do analfabetismo, isso era quase impossível, o que reforçou a importância dos países assumirem essa imprescindível tarefa.

As brigadas de alfabetização foram organizadas para avançar nesse propósito, mas é importante entender que cumpriram mais que a tarefa de alfabetizar, colocaram os países em condições mais efetivas de avançar

coletivamente em todas as frentes. As brigadas foram responsáveis pela formação da juventude envolvida e esta teve nas mãos a tarefa de contribuir com a formação de nações que experimentavam a solidariedade humana como caminho para a construção de uma real participação popular.

Essas experiências históricas contribuíram com a compreensão do MST em conceber a educação como parte do conjunto de reivindicações que um processo de luta agrega. A luta pela terra forjou o debate do projeto de reforma agrária e de sociedade, sendo assim, não se luta por um projeto sem considerar a totalidade das necessidades humanas. E desse modo, fomos nos inspirando em todos esses outros processos que tinham princípios e projeções da sociedade em que desejamos viver.

O Brasil, assim como outros países dominados pelo imperialismo, nutre desigualdades sociais, como a fome, a falta de condições de acesso à saúde e moradia e a baixa escolaridade. O analfabetismo é parte dessas desigualdades e tem sido expressão clara de exclusão social. Mesmo que tenhamos um país com condições objetivas de superar essas questões consideradas tão básicas, não se vislumbra nenhuma preocupação do Estado em enfrentá-las.

Existem diversos movimentos populares, dentre os quais se encontra o MST, que sempre estiveram engajados em iniciativas provocadas pela sociedade e em programas institucionais dos governos federal e local pensados para enfrentar o analfabetismo. Podemos destacar o Programa Brasil Alfabetizado e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. O fato é que pouco se tem avançado na construção de uma política que realmente alcance resultados no enfrentamento à raiz dos problemas que mantêm o Brasil na condição de um país com uma multidão de analfabetos. Manter o analfabetismo para dominar com maior facilidade pode ser considerado um dos fatores que leva a não alteração dessa realidade. Constata-se a falta de uma política que de fato atenda às necessidades da Educação de Jovens e Adultos. As que estão em curso não têm continuidade, os programas são desenvolvidos de forma precarizada e

sem uma ampla mobilização popular para conscientizar a sociedade sobre a importância dessa tarefa.

Partindo da compreensão de que não se consegue fazer educação de jovens e adultos sem organização, mobilização e participação popular, o MST buscou resgatar a experiência das brigadas de alfabetização em outras partes do mundo, como meio de colocar em movimento uma forma organizativa capaz de realizar ações efetivas de alfabetização, articuladas à mobilização e à participação popular e, ao mesmo tempo, denunciar e dar visibilidade a algo que o sistema tenta ignorar e naturalizar. Os legados históricos nos mostram que as brigadas de alfabetização de Cuba e Nicarágua aconteceram vinculadas a uma vontade política do país, originada pelo contexto revolucionário que estavam vivenciando. No Brasil, todos os processos mais avançados que foram experimentados, não foram resultados de uma vontade política do Estado, mas de uma reação dos movimentos populares diante de uma situação que precisa ser enfrentada por uma questão de humanidade: é desumano não saber ler e escrever em pleno século XXI.

Se antes a transformação social era entendida de forma simplista, fazendo-se com a mudança, primeiro das consciências, como se fosse a consciência, de fato, a transformadora do real, agora, a transformação social é percebida como processo histórico em que subjetividade e objetividade se prendem dialeticamente. Já não há como absolutizar nem uma nem outra (FREIRE, 1988, p.19).

A primeira brigada nacional de alfabetização foi organizada em 2010 no município de Fortaleza, no estado do Ceará. Contou com a solidariedade internacional do povo cubano, pois foi implementado o método de alfabetização *Sim, eu posso!*. A experiência nos exigiu um esforço para entender de que forma atuar como brigada, diante da ausência e da compreensão do Estado, e da própria sociedade, em relação à alfabetização como uma necessidade fundamental.

No Movimento, o exercício foi igualmente desafiador, pois exigia a disponibilidade e compromisso de militantes para assumir uma tarefa de caráter formador e político, que somente foi desenvolvida em processos e contextos totalmente diferentes. Isto nos ajudou a entender que, no Brasil, a tarefa de enfrentar o analfabetismo seria uma construção a longo prazo e, em boa parte do tempo, silenciosa.

A brigada de alfabetização em Fortaleza precisou de muita ousadia, criatividade, subversão e convicção de que seria possível desencadear um processo de alfabetização mesmo em um território bastante desacreditado, onde muitos programas tiveram poucos resultados positivos. O que levou os militantes a imprimir um ritmo de disciplina no trabalho para demonstrar que educação popular se faz com o povo e para o povo, com compromisso, acompanhamento permanente, dedicação e mobilização.

O percurso histórico das brigadas de solidariedade no Movimento Sem Terra está integrado à própria experiência de luta do MST, pela terra, pela reforma agrária e pela emancipação da classe trabalhadora. A clareza desses objetivos estratégicos fez com que o Movimento fosse beber na fonte das experiências históricas, assumido a bandeira da educação desde a sua gênese, pois não há necessidade de profundas análises para se identificar que no Brasil houve uma negação histórica do direito à educação e que o país sempre buscou oferecer um conhecimento que fosse útil e conveniente à classe dominante.

Parafraseando Chico de Oliveira, *“é uma sociedade que produz desigualdade e se alimenta dela”*. Construiu-se alicerçada numa minoria de privilegiados que concentra terra, renda em grandes fortunas, promove uma avassaladora expropriação da biodiversidade e impõe formas de exploração incomparáveis aos trabalhadores e trabalhadoras, impedindo-os, entre tantas coisas, de sonhar com o amanhã. O legado das brigadas de alfabetização tem sido uma porta aberta para questionar e enfrentar essa estrutura, acreditando que “a educação tem de acarretar a humanização,

tornando-se um ato de leitura crítica do mundo, que promove a autonomia, isto é, a capacidade de tomar a história nas mãos e para dela participar de maneira consciente e conscientizadora” (BARBIERI, 2010, p.11).

Brigada de alfabetização Salete Moreno: percurso histórico, aproximações com o método de alfabetização cubano e a educação popular

Salete está presente,

*pois a gente até sente
o pulsar do seu coração!*

O método de organização do MST, com base na participação e na direção coletiva, possibilitou que este continuasse existindo, resistindo e se recriando após 34 anos de existência. Todavia, compreendemos que a negação do conhecimento impossibilita o avanço político, econômico, cultural e organizativo dos sujeitos. Por essa razão, quando o MST define como uma de suas linhas políticas “toda e todo Sem Terra estudando”, e lança em 2007, durante o V Congresso Nacional realizado em Brasília, a Campanha Nacional de Alfabetização, objetivando superar o analfabetismo nas áreas de acampamentos e assentamentos de reforma agrária está dando mais um passo na luta pela democratização do acesso aos direitos que são fundamentais.

Sendo o Maranhão marcado pela desigualdade que se expressa de diversas formas, dentre as quais a saga do analfabetismo, o MST no estado, ainda em novembro de 2007, buscou potencializar a campanha, intensificando o trabalho de alfabetização utilizando o método cubano *Sim, eu posso!*. Contando com a contribuição de educadores cubanos, numa

articulação com a Secretaria de Estado da Educação, envolveu educandos e educandas dos diversos assentamentos e acampamentos.

O “Yo, si puedo!” é um método educacional cubano para a alfabetização de jovens e adultos desenvolvido pela doutora em Ciências Pedagógicas, Leonela Relys Díaz, do Instituto Pedagógico Latino-Americano e Caribenho (IPLAC). Foi e é utilizado em vários países do mundo: Haiti, Venezuela, Bolívia, Argentina, Equador, Colômbia, Guatemala, Jamaica, Nova Zelândia, México, Moçambique, Nigéria, Nicarágua, Guiné-Bissau, dentre outros. Entre 2001 e 2006, recebeu três distinções honoríficas e o prêmio “Rei Se Jong”, da UNESCO, pelo seu desenvolvimento em mais de 28 países.

A mística do enfrentamento ao analfabetismo impulsionou a militância do MST no Maranhão a ousar experimentando. Dentre os sujeitos que mais expressavam essa ousadia, por ser convicta e animada, estava nossa camarada Salete, mulher, negra, lutadora, assentada, desde 1996, no assentamento Nova Vitória, município Açailândia/MA. Pedagoga recém-formada pelo Curso Pedagogia da Terra, da Universidade Federal do Pará (UFPA), Maria Salete Ribeiro Moreno, *Saletinha*, participou da mística do lançamento da jornada de alfabetização no Congresso Nacional do MST, em junho de 2007. Em novembro foi nossa principal animadora da campanha de alfabetização no Maranhão, ajudando a preparar o exército que iria a campo. Todavia, em 4 de dezembro de 2007, a morte em um trágico acidente de moto nos roubou seu potencial físico deixando somente seu inconfundível legado.

Em 2008, o legado de Salete e de todos e todas que se doaram diuturnamente em prol da socialização dos direitos negados historicamente e das riquezas produzidas coletivamente, fez com que o enfrentamento ao analfabetismo fosse ganhando corpo no MST-MA. O trabalho foi ganhando impulso nas comunidades e nos municípios, através dos próprios sujeitos envolvidos, educandos/as, educadoras/es e coordenadoras/es, e na pressão e articulação com a Secretaria de Educação do Estado, por

estarmos vivendo no período uma brecha histórica, com o então governador Jacson Lago, do PDT. Houve também uma intensa pressão aos municípios, na tentativa de que garantissem a Educação de Jovens e Adultos a todas e todos que não tiveram acesso à escola em idade regular.

Processos como esse, evidenciam as imensas desigualdades produzidas pela forma opressora e excludente com a qual essa sociedade se estrutura, as imensuráveis potencialidades e criatividade que existem nos e nas trabalhadores(as) e reforçam a compreensão de que a educação é parte da disputa de classes, e de que é preciso aglutinar forças para garantir o direito ao seu acesso, com qualidade. As falas dos educandos e educandas que participaram da Campanha de Alfabetização em 2007-2008, demonstram que as oportunidades de viver plenamente as nossas capacidades humanas estão aprisionadas nas mãos de poucos.

Eu sou negociante, mexo com venda de gado, quando eu recebia um cheque era preciso eu pedir para alguém do meu lado ler para mim. Agora quando pego o cheque sei qual é o banco, quanto é o valor (ZÉ WILSON, PA Açai, Nova Conquista, Açailândia).

Antes eu só sabia desenhar meu nome, agora já escrevi até uma carta para a professora. Agora eu vejo que sem saber ler eu não enxergava o mundo direito (DONA DIÓ, PA Juçara, Governador Edson Lobão).

As falas expressam o produto de uma extrema negação de direitos na vida de sujeitos que foram forjados por uma realidade perversa de um estado que se constituiu a partir de um mandonismo oligárquico de herança colonial, que sempre garantiu os privilégios da minoria, através de um poder jurídico que legisla a partir dos interesses da classe política e economicamente dominante. As relações sociais estabelecidas no Maranhão demonstram a formação de um Estado e sociedade civil com características bastante peculiares. Temos um sistema político-jurídico estruturado com base na não garantia dos direitos sociais e uma frágil organização dos trabalhadores e trabalhadoras, na luta, mobilização e pressão pelo acesso a políticas públicas estruturantes.

No atual contexto, o Maranhão passa por uma nova administração do Poder Executivo. O atual governador Flávio Dino, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), se elegeu para o mandato de 2015-2018. Depois de Jackson Lago, que se elegeu em 2006, em oposição ao grupo Sarney e foi cassado em 2009, o atual governador foi o segundo a romper com a oligarquia que expropria o Maranhão há aproximadamente 50 anos. Trouxe como lema de campanha: “o Maranhão é de todos nós”, apresentando a proposta de um “Estado com desenvolvimento e justiça social”.

Mesmo com visíveis limitações, o governo vem apresentando um conjunto de iniciativas de políticas de combate à pobreza, programas de incentivo à agricultura familiar, acesso à moradia, auxílio através de bolsas e implementação do programa Mais IDH², em execução nos 30 municípios de IDHM mais baixos do estado. Todavia, há ainda bastante fragilidade nas ações que estão sendo desenvolvidas, pois as demandas prioritárias, apontadas como meio de desenvolver o estado são os grandes empreendimentos empresariais. Estes têm avançado cada vez mais, porém, pela sua própria característica de exploração e expropriação do estado, dificilmente alterarão a base da desigualdade.

Entende-se, que uma das bases da desigualdade é o analfabetismo. Desta forma, o Movimento Sem Terra no estado, mais uma vez, aposta na brecha histórica que se abre, para colocar em evidência quase um milhão de analfabetos que existe no Maranhão, considerando que este é parte dos reais motivos do profundo atraso e reivindicando a superação do analfabetismo como uma das possibilidades de avançar na democratização do acesso aos direitos.

²O Programa faz parte do Plano de Ações ‘Mais IDH’ – política de governo instituída pelo Decreto 30.612 de 2 de janeiro de 2015, com a finalidade de desenvolver ações para superar a pobreza extrema e as desigualdades sociais nos meios urbano e rural, nos 30 municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM do estado.

O Movimento construiu o entendimento de que um governo que apresenta como possibilidade diminuir minimamente os índices de desigualdade precisa encontrar meios de enfrentar o analfabetismo e essa compreensão nos levou a pautá-lo como uma das questões de primeira necessidade. Diante disso, durante a jornada de luta das mulheres, em março de 2015, desafiamos o governo a superar o analfabetismo, começando pelos 30 municípios de menor IDH. No mesmo contexto, houve a consulta ao MST, por parte do governo, se aceitaria uma parceria com a Secretaria de Estado da Educação, utilizando o método cubano *Sim, eu posso!*.

Compreendendo a urgência e a necessidade histórica, o MST aceitou essa tarefa política, sem deixar de destacar que seria uma ação que só teria êxito se fosse assumida com militância, compromisso e com uma metodologia embasada na educação popular, capaz de mobilizar, organizar, alfabetizar e politizar. Esse foi o contexto de nascimento da *Brigada Nacional de Alfabetização Salete Moreno*, que segue com os mesmos princípios políticos e organizativos das brigadas nacionais e internacionais do MST. Ter uma direção coletiva, ser capaz de dividir tarefas, exercitar o centralismo democrático, vivenciar a solidariedade, o companheirismo, o espírito de sacrifício, a mística e reforçar o internacionalismo como uma aprendizagem cotidiana nos diferentes espaços da vida, compreendo que a luta por um mundo digno não tem fronteiras, é internacional.

A primeira fase da Jornada aconteceu entre 2016 e 2017, quando foram organizadas 628 turmas, com 9.492 educandos inscritos, tendo sido alfabetizados 7.119. Entre educadores/as, coordenadores/as de turmas e brigadistas, tivemos 10.217 pessoas envolvidas no processo, nos oito municípios, onde a Jornada aconteceu: Água Doce do Maranhão, Aldeias Altas, Governador Newton Bello, Itaipava do Grajaú, Jenipapo dos Vieiras, Santana do Maranhão, São João do Caru e São Raimundo do Doca Bezerra.

Aventurar-se e esperar foi o que alimentou essa primeira fase da Jornada, que contou com militantes Sem Terra de diferentes estados do Brasil convencidos de que poderiam dentro do limite do possível, com método, concepção popular de educação e compromisso com o povo, iniciar um processo mais amplo de enfreamento ao analfabetismo no Maranhão, motivando as pessoas não apenas a ler e escrever, mas a voltar a sonhar e a imaginar possíveis caminhos de superação e transformação das suas realidades.

Em 2017/2018, está em curso a segunda fase da Jornada de Alfabetização que foi ampliada para quinze municípios: Água Doce do Maranhão, Aldeias Altas, Gov. Newton Bello, Itaipava do Grajaú, Jenipapo dos Vieiras, Santana do Maranhão, São João do Caru, São Raimundo do Doca Bezerra, Afonso Cunha, Belágua, Lagoa Grande do MA, Marajá do Sena, Milagres do MA, Santa Filomena do MA e São Roberto. Essa experiência mobiliza 20.075 alfabetizandos/as, 1.332 alfabetizadores/as, 190 coordenadores/as de turma, 40 mobilizadores/as, 37 brigadistas, militantes do MST dos estados do Maranhão, Pará, Tocantins, Piauí, Ceará, Paraíba, Bahia, Rondônia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná. Ao todo, serão envolvidas diretamente 21.674 pessoas.

Talvez daqui a algum tempo seja possível mensurar a dimensão e a importância desse processo massivo de alfabetização, num período tão adverso e de profunda desesperança dos trabalhadores e trabalhadoras, por estarem vendo se desintegrar todos os direitos que foram conquistados historicamente, à custa de sangue derramado e muita luta. Uma experiência como essa, feita com militância, crença e profundo amor pela causa da emancipação humana, nos devolve a esperança no futuro.

A *Brigada Nacional de Alfabetização Salete Moreno* nos coloca num lugar de profunda indignação, ao mesmo tempo em que nos tira do imobilismo e nos faz esperar fazendo, persistindo, insistindo, recriando, transformando. Herdamos dos legados de Cuba, Nicarágua e dos demais

processos de educação popular, a doação desmedida, corpo, mente, músculos e coração, a disciplina militante. A mística transformadora de sujeitos plenos em humanidade como *Salete* e tantos outros lutadores e lutadoras nos inspiram a persistir e insistir na experimentação de outras formas possíveis de sociabilidade, não como vir a ser, mas como uma ação cotidiana. Os limites impostos pela perversidade gananciosa dos que concentram riqueza e poder não deterão a capacidade criativa daqueles e daquelas que produzem toda a riqueza produzida materialmente e imaterialmente e que um dia, talvez em breve, haverá de ser socializada de forma igualitária!

REFERÊNCIAS

BARBIERI, Mariana de Castro. **A Campanha Nacional de Alfabetização Cubana como Pedagogia do Oprimido: Uma Canção Amiga**. Revista Augustus. Rio de Janeiro, v. 14, n. 28, agosto de 2010.

BORTONI, Stella. **Cuba, um país livre do analfabetismo**. Disponível em: <http://www.stellabortoni.com.br/index.php/artigos/1000-iuba-um-pais-livai-io-aoalfabitisimo>: acessado em: 22/04/2018, publicado em 2007.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

PIVA, Marco. **A história da Nicarágua recomeça**. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/a-historia-da-nicaragua-recomeca>: Acesso em 22/04/2018, publicado em 2011.

A ORGANIZAÇÃO DAS TURMAS E O PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO

Fábio Accardo de Freitas¹

Dizer que foi fácil seria mentira. Trabalhoso talvez. Gastamos muita sola de sapato. Comemos muita poeira. A pele ficou bronzeada com tanto sol maranhense. Para muitos era fim do verão e início de outono. Mas no Maranhão era meio do inverno. Tempo de calor e chuva. Tempo de hora marcada para sair de casa e voltar só depois das águas caírem do céu. Momento de plantar o milho, colher o feijão, quebrar o coco. Bons dias para banhar nos rios, de águas claras, caudalosas, refrescando um pouco a moleira esquentada pelo sol.

E ali, no meio das intempéries maranhenses vinte brigadistas assumiram a responsabilidade de dar início ao que viria a se constituir como uma jornada pela alfabetização. Vinte brigadistas divididos em oito municípios distantes uns dos outros, dentro do extenso território que é o estado do Maranhão. Vinte brigadistas com a tarefa de montar 702 turmas e alfabetizar 14 mil pessoas. A tarefa era grande. Embora houvesse frio na barriga com tamanha responsabilidade, o coração esquentava o corpo e a alma com a felicidade e solidariedade desses vinte educadores e educadoras pertencentes ao MST na luta pela alfabetização de outros tantos trabalhadores e trabalhadoras.

Cada dupla de coordenadores² chegou aos municípios como se chega à casa de um parente distante na família: sabe que alguém vai te

¹ Fábio Accardo de Freitas é formado em Ciências Sociais pela UNICAMP, especialista em Educação do Campo e Agroecologia pela USP e mestre em Educação pela UNICAMP e militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, integrou a Brigada Salete Moreno como Coordenador Municipal da Jornada de Alfabetização do Maranhão.

² A Brigada Salete Moreno foi composta por vinte brigadistas, divididos em Coordenação Político-Pedagógica (4), que faziam o acompanhamento geral da Jornada e a articulação

receber quando chegar, mas não (re)conhece ninguém, não conhece o lugar, não sabe onde vai dormir e se vai ter comida no dia seguinte. Tínhamos poucas informações sobre o município. Os primeiros dias foram de instalação das duplas – arrumar um teto, cama ou rede e o de comer.

No entanto, ainda que para nós a preocupação inicial fosse essa, para as pessoas do município a nossa presença já chamava atenção. Se primeiro chegamos com a vida dentro das malas e mochilas, depois eram as idas e vindas, de um canto a outro, que fizeram a nossa presença ser notada. Rostos distintos, roupas diferentes, brincos, barbas, bonés vermelhos, sotaques estranhos e palavras bonitas. Quem éramos nós ali?

Essa pergunta nunca se afastou dos brigadistas. Tendeu a crescer quando a vida foi se entrelaçando com a vida do povo, misturando os mundos, nos fazendo e nos refazendo tão iguais e tão diferentes. Reflexão que nos mobilizou a todo momento. Uns como caçadores de borboletas ou pesquisadores da cultura: a estranheza do diferente tornado algo a se contemplar. Outros como professores de bons propósitos, que participam da vida do povo, vão à roça, vão aos festejos, trabalham junto, ajudam, mas não adentram nas tristezas e dificuldades enfrentadas na vida cotidiana. Quem éramos e quem nos tornamos ali?

Talvez, a Jornada, para além da alfabetização de milhares de pessoas, nos tenha ensinado a ser aquilo que chamam de educadores do povo, educadores e educadoras populares. Aqueles e aquelas que notam a estranheza da cultura diferente, mas não só a contemplam – querem entender como se vive, por que se vive, quais as relações que tornaram possível a vida como ela é. Fomos tornados sujeitos que, participando da vida do povo local, com ele trabalhamos, festejamos, vamos à roça,

com o governo do estado, e os(as) Coordenações Municipais (16), que coordenavam o processo da Jornada em cada um dos oito municípios. Dois municípios tiveram diferença na coordenação: um município recebeu três coordenadores e outro ficou somente com uma coordenadora. Decisão tomada de acordo com a quantidade de turmas a serem formadas por município.

raspamos mandioca, mas, principalmente, com ele sofremos e lutamos, colocando a história em movimento e mudando o que por muito tempo se pensava “que as coisas são assim mesmo”. As lutas de outrora apareciam nas histórias: as migrações familiares, ocupações de terra, resistência à submissão dos coronéis locais. Elas existiram. No entanto, lutas que também foram se ajustando e, por vezes, até sendo esquecidas, conformando a vida como um *continuum* da mesma coisa, do que é, do presente tornado para sempre.

E como educadores e educadoras populares sujamos as mãos, arrancando do nosso trabalho uma arma na batalha cotidiana, ombro a ombro com as mulheres e homens, trabalhadoras e trabalhadores maranhenses, contra toda uma história de injustiça e opressão, contra “um bicho de quatrocentos anos”³, uma vida toda de analfabetização do povo. Aprendemos com o povo a lutar a luta necessária, cotidiana, em que nos transformamos à medida que se percebe a possibilidade de mudar também a nossa realidade.

Não tínhamos essa clareza nos primeiros passos. Talvez até nos chamássemos de educadores populares. Dar nomes às coisas não as torna o que elas devem ser. Por isso, queremos contar a todos e todas vocês como nos tornamos educadores e educadoras populares.

Mobilizar o povo: desconstruindo o Sísifo maranhense

Cada qual com suas especificidades, o que torna a história da Jornada em cada município mais bonita, todos demos passos na mesma direção. As mobilizações iniciais, organização das turmas e o trabalho cotidiano de mobilização das educandas e educandos, são aspectos que

³ Trecho do poema “Canções para os fonemas da alegria”, de Thiago de Mello, que se encontra ao final deste livro.

compartilhamos e que atravessam a nossa empreitada de aprendizado do trabalho junto ao povo.

Voltemos: chegados aos municípios, sem nada no bolso ou nas mãos, o trabalho tinha que iniciar. Sim, tínhamos algo no bolso – uma carta de apresentação assinada pela equipe de governo e uma bandeira vermelha do MST. Era o único papel que nos ligava ao trabalho a ser realizado. Com esse papel em mãos e a bandeira vermelha na mochila, saímos pelas ruas dos municípios a fim de divulgar a Jornada e estabelecer parcerias.

Caminhando ou pegando carona, esta, talvez, foi a primeira ação de reconhecimento de nós como algo distinto de outros programas que passaram pelos municípios. No geral, não tínhamos carro, moto ou qualquer relação com o poder público local, o qual poderia nos garantir um transporte. Nosso meio de transporte eram os pés maltratados e doloridos de tanto caminhar.

Tínhamos um plano. Coletivamente havíamos pensado por onde começar: apresentar a Jornada ao poder público local, sindicatos, igrejas, agentes comunitários de saúde, lideranças locais e nas escolas. Formalmente apresentada, o segundo passo era divulgar a Jornada nos diversos povoados, fazendo reuniões com a população local, no intuito de reconhecer possíveis interessados em serem educadores e educadoras, mas, e principalmente, conhecer aquelas pessoas que tinham interesse em voltar a estudar. Em um mês teríamos um mapa das forças políticas de cada município e um quadro da realidade local sobre o índice de analfabetismo e quem se prontificaria para a tarefa de alfabetizar o povo.

Como todo bom plano, ele não deu certo. Realizamos o que havíamos nos proposto a fazer. Primeiramente, a apresentação formal da Jornada foi temperada com os dissabores do ano eleitoral. Pudemos compreender um pouco da dinâmica política dos municípios do interior maranhense. Foi nessa corda bamba, de tratar com os grupos locais, que o trabalho das parcerias formais foi se estabelecendo.

Contudo, não fomos ao município com essa lógica. Nosso trabalho não levava bandeiras de partidos ou grupos políticos. Levava sim uma bandeira, a do povo. A nossa bandeira vermelha, dos trabalhadores rurais Sem Terra, na identidade com a luta do povo local. Interessava-nos alfabetizar aquelas pessoas como ato de luta, enfrentar a realidade local e contribuir para a organização do povo em transformar o contexto em que vive. Nem todos os poderes públicos locais compreenderam a nossa tarefa muito bem. E, nesses casos, o trabalho foi superando e subvertendo os interesses e expectativas (às vezes político-eleitoreiras) colocadas sobre o trabalho da Jornada.

Nos outros atores locais foi que pudemos encontrar parcerias que se construíram ao longo da Jornada. As igrejas católicas, adventistas, os templos evangélicos e os terreiros de umbanda e candomblé abriram as portas para *as boas novas* trazidas pelos brigadistas, contribuindo com espaço de divulgação da Jornada, estrutura para as reuniões iniciais e capacitações dos coordenadores(as) e educadores(as), e também como salas de aula. Do mesmo modo, os sindicatos rurais, os sindicatos e colônias de pescadores, os sindicatos dos professores foram parceiros importantes na convocação dos trabalhadores rurais e pescadores a voltarem à sala de aula para se alfabetizarem.

Foram as lideranças locais, dos povoados e os agentes comunitários de saúde, sujeitos principais no trabalho de mobilização inicial. Os dois sujeitos, como homens e mulheres do povo, se apresentavam com conhecimento territorial, das relações locais, das famílias que ali viviam e, principalmente, para o objetivo da Jornada, as casas onde residiam pessoas analfabetas. Era esse saber sobre a realidade local que os transformaram em parceiros imprescindíveis no trabalho que realizamos nas primeiras semanas. Tanto agentes comunitários de saúde como lideranças convocavam a população local para as nossas conversas à sombra das mangueiras, ou qualquer outro lugar possível de se reunir um número maior de pessoas. Mas, foi ao completar a primeira ficha de inscrição de educando para as aulas do *Sim, eu posso!*, junto a um morador de um

povoado do interior do município do interior do Maranhão, que pudemos ter certeza da importância da nossa Jornada.

As nossas conversas coletivas com o povo nos povoados, aldeias, comunidades eram o início desse processo de mobilização e construção das turmas de alfabetização do *Sim, eu posso!*. Realizadas em quase todos os povoados e sedes dos municípios em que atuamos, nós éramos sempre muito bem acolhidos(as) pelo povo.

Às vezes cantando músicas, tocando violão, projetando um pequeno vídeo na parede da escola, fazendo uma roda de cadeiras, as reuniões tinham cada qual o seu modo de acontecer, mas se pareciam em pelo menos um elemento: a presença da bandeira vermelha do Movimento Sem Terra. Era com ela que pedíamos licença; a estendíamos no centro da roda de conversa e dali podíamos nos apresentar e apresentar a Jornada de Alfabetização.

A mística, as canções populares e as simbologias foram tocando o povo que nos olhava – coordenadores municipais –, com outros olhos. Primeiro, nós não éramos alguém da prefeitura ou de algum grupo político local; depois, não éramos do governo estadual, apesar de estarmos num programa em parceria com ele; e, por último, pertencíamos ao MST. Movimento Sem Terra? Aqueles que invadem terra? Que fazem aqui e ainda falando de educação?

Nem todas as pessoas reconheciam o movimento social e quando lembravam era a partir do senso comum divulgado pela imprensa como criminosos, vagabundos, ladrões de terra. O fato é que esse elemento não atuou contra nós. A surpresa gerada levava a mais interesse, e nosso modo de fazer as conversas, as reuniões, as mobilizações, nosso modo de lidar com o povo, de entrar na casa e de viver a vida junto, nos foi aproximando ainda mais do povo, fomos deixando de ser “O” ou “A” coordenador(a) municipal. Fomos sendo reconhecidos como gente da gente.

Era coisa muito distinta, nós, coordenadores, nos deslocamos para todos os povoados. Ouvíamos que gestores de outros programas só ficavam na sede do município e que os educandos e educandas nem chegavam a conhecer o rosto dessas pessoas. E a cada viagem (porque a ida para muitos povoados eram viagens de vários quilômetros e muitas horas pelas estradas de terra ou areia) aproveitávamos para ir à casa das pessoas, tanto para conversar e convidar para voltarem a estudar, quanto para conhecer, pois muitas vezes éramos convidados (ou convocados) a entrar e “pelo menos tomar um café”.

Esse café compartilhado, o almoçar junto, se interessar pelas frutas, flores, plantações, experimentar as comidas e os doces caseiros, cozinhar junto, ajudar no trabalho doméstico, lavar a louça, raspar mandioca, debulhar o feijão, comer o milho, participar dos festejos locais, pegar carona de moto, carro ou caminhão, ir e vir de pau-de-arara, ou seja, esse mergulho na vida e na cultura do povo maranhense, em meio ao trabalho cotidiano, foi mudando aquela primeira impressão das *malas e mochilas grandes, bonés vermelhos, roupas diferentes, sotaque estranho e palavras bonitas*. Para nós era imprescindível estarmos ali, conhecer o povo, falar com aqueles e aquelas que queriam voltar a estudar. E a cada conversa, a cada reunião, mais pessoas queriam se inscrever.

Viver junto ao povo local e molhar-nos da cultura maranhense foram maneiras de construir laços com as pessoas, de contar e, principalmente, escutar histórias. Contamos nossas histórias, de nossas terras, de onde viemos e de como nos organizamos no movimento popular. Organização dos que não sabiam ler, dos que não tinham casa, não tinham terra, não tinham onde plantar e se organizaram para conquistar tudo isso. Eram histórias que às vezes soavam distantes da realidade dali, mas que foram compondo uma constelação de elementos de identificação das pessoas conosco. Nos entendiam mais próximos deles e delas, como gente da gente, como povo, às vezes de outro lugar, às vezes de bem ali.

E escutamos muitas delas: histórias da vida que iam contando os (des)caminhos de chegar até aquele momento da vida e ainda não terem aprendido a ler e escrever. Histórias que falavam de esperança e vontade de aprender, ao mesmo tempo que afirmavam a impossibilidade de conseguirem lograr essa empreitada. “A vida é assim mesmo!”, “Nunca precisei de ler, por que agora?”, “Papagaio véio não aprende mais, não sinhô!”, “Nóis semo bruto na vida. Bruto não aprende não...”, eram frases que ouvíamos todos os dias. Uma vida construída nos limites daquilo que deu para ser, na posição fatalista do mundo ser o que é, sem a possibilidade de sonhar.

Talvez o trabalho de maior dificuldade da mobilização inicial de inscrição dos educandos e educandas, e posteriormente da formação das turmas, tenha sido a árdua tarefa de ir desconstruindo a condição de Sísifo⁴ maranhense,

(...) do homem constringido a calcar durante a vida inteira a mesma estrada, de que ele é o único transeunte, trilha escurecida, estreitíssima e circulante, ao mesmo ponto de partida. Nesta empresa de Sísifo a rolar em vez de um bloco o seu próprio corpo – partindo, chegando e partindo – nas voltas constritoras de um círculo demoníaco, no seu eterno giro de encarcerado numa prisão sem muros, agravada por um ofício rudimentar que ele aprende em uma hora para exercê-lo toda a vida, automaticamente, por simples movimentos reflexos – se não o enrija uma sólida estrutura moral, vão-se-lhe, com a inteligência atrofiada, todas as esperanças e as ilusões ingênuas [...].⁵

⁴ Referência à história de Sísifo na mitologia grega. Sísifo foi considerado um grande rebelde por enganar os deuses e a morte. Por isso foi condenado a, por toda eternidade, rolar uma pedra de mármore com suas mãos até o cume de uma montanha, sendo que toda vez que estava quase alcançando o topo, a pedra rolava novamente montanha abaixo até o ponto de partida, invalidando o duro esforço despendido e forçando Sísifo a começar de novo sua empreitada.

⁵ CUNHA, Euclides. Um clima caluniado. Um paraíso perdido. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994, p.59.

As histórias de vida nos contavam essa história comum de trabalho, fome, pobreza, negação aos direitos básicos, de retirada das possibilidades e imposição a uma vida circular. Vidas de muitas Marias⁶ e muitos Josés que largam o estudo para trabalhar na roça ou cuidar de casa, ou que simplesmente não tiveram acesso à escola, legando aos filhos a mesma vida, sempre num mesmo ciclo.

Tratar as histórias particulares como uma questão mais geral, que foram tema de muitas das conversas e reuniões coletivas, geravam um sentimento de cumplicidade entre as pessoas, evidenciando, a partir do problema individual ou local, possibilidades de construção conjunta e coletiva de respostas e transformações da realidade.

Mobilizar os educandos e educandas para as turmas passou pela nossa capacidade de trabalhar com o povo, mas muito mais do povo ir se reconhecendo no processo que se iniciava, acreditando nas boas-novas que trazíamos e se prontificando a se inscrever para aprenderem a ler e escrever.

A necessidade de manter o povo mobilizado: Prometeu libertado

Entre a mobilização e formação das turmas ao início das aulas se passaram dois a três meses. O tempo da burocracia não acompanha o tempo da vida. Todo esse tempo trouxe algumas dificuldades. Muitos educandos e educandas animados com o início das aulas lá nas mobilizações iniciais, pela espera, foram desacreditando que a Jornada realmente aconteceria. Diziam aos educadores(as) que não iriam mais para a sala de aula, pois tinham mais coisas a fazer.

Além disso, tivemos que tratar com o ciclo da vida e do trabalho. Em alguns municípios, as aulas iniciaram em tempo de farinha: a

⁶ Ver curta de animação “Vida Maria”, de Márcio Ramos, 2006, Ceará (Duração: 9 min, Formato: 35mm): https://www.youtube.com/watch?v=yFpoG_htum4

colheita, a raspagem e todo o processo coletivo da produção da farinha de puba retiraram temporariamente muitos educandos(as) da sala de aula. Legada historicamente pelo fazer indígena e também da questão da fome do povo migrante que foi constituindo o povo do Maranhão, a cultura maranhense da farinha é quase um ritual comunitário que todo ano se atualiza, reorganizando as relações familiares e de vizinhança. Ritual também de trabalho e sobrevivência – é a farinha que se come o ano inteiro e que também se vende para levantar algum dinheiro.

A demora para o início das aulas, somada à época da farinha, festejos locais e aos trabalhos cotidianos, trouxeram desafios para dar prosseguimento ao processo da Jornada. Desafios que nos ensinaram que o trabalho de alfabetização não se faz somente em sala de aula e que a mobilização e motivação para que todos continuem a estudar é um processo permanente.

Mesmo com as dificuldades, as aulas com o método *Sim, eu posso!* seguiam muito bem. A dinâmica das vídeo-aulas e as atividades em sala prendia a atenção dos educandos(as), o que ia resultando em salas de aula cheias e poucas desistências. Se, por um lado, o método contribuía para a não desistência, o trabalho, o cansaço e a falta de costume de ir às aulas diariamente foram fatores que trouxeram algumas baixas.

A nossa experiência, enquanto militantes de um movimento popular, contou muito nesse momento. A prática de reunir o povo para momentos festivos e culturais coletivos sempre nos ensinou que são espaços em que reavivamos nossos laços, juntando forças para seguir em frente na luta e labuta diária. E também foram os próprios maranhenses que nos ensinaram seus modos coletivos de juntar o povo. Aprendemos com a vida local que as relações cotidianas também são construídas nesses momentos de partilha. Pudemos, então, retomar as nossas mobilizações com as turmas, primeiro com aquelas que precisavam de mais incentivo, mas também com todas as outras, para que pudessem ter o direito também ao lazer e à cultura, construindo outros espaços educativos da Jornada.

Tudo era motivo para mobilizar o povo: aulas inaugurais, consultas médicas para os óculos (e a entrega dos óculos), festinhas de aniversário nas turmas, festa junina, noite de música e poesia, bingo, cinema da terra, forró, etc. Tudo virava festa, motivo para compartilhar comida, sucos e boas risadas. Modos de lidar do povo, em que íamos compreendendo, conjuntamente, que o processo de aprender a ler e escrever vai muito além da sala de aula. Fomos formando, o que muitos chamaram a “família do *Sim, eu posso!*”.

Momentos coletivos que reavivavam uma chama de esperança. Eram momentos que reuniam não somente os educandos(as) e educadores(as), mas também gente da comunidade, dos povoados. Eventos que superavam os significados imediatos do seu acontecimento. Uma mera festa de aniversário tinha o peso de toda uma vida para quem nunca havia comemorado aniversário. E não foram poucas as histórias da primeira vela apagada, do primeiro bolo cortado, da primeira vez que aqueles homens e mulheres puderam parar um tempo da sua vida para comemorar o seu dia de nascimento.

Realizar uma sessão de cinema no interior dos povoados era motivo mais que de sobra para reunir todas as crianças do local. Não importava o filme, mas era a realização do evento que trazia a mística de querer fazer parte, de ver aquela imagem projetada nas paredes das casas de taipa. Comer pipoca e tomar um suco natural eram sinônimos de uma solidariedade comunitária, em que os laços comuns se apertavam ainda mais, para enfrentar as dificuldades cotidianas.

Tivemos a sorte de contar com a presença de um artista popular⁷ do MST integrando a Brigada e participando dos processos de mobilização nos municípios. Cantor desses de tirar o povo da cadeira, fazer cantar de pé e dançar ciranda. Nas idas aos municípios pudemos fazer diversas

⁷ Marquinhos Monteiro. Cantor e compositor capixaba que caminhou muito pelos cantos desse país e hoje vive no Piauí.

atividades culturais: brincadeiras de roda cantadas, lembrando cantorias da infância, fazendo os senhores e senhoras voltarem ao tempo de meninice, tendo a presença dos olhos curiosos das crianças, encantadas, brincando junto. Outras vezes, fizemos noite de música e poesia, com a mística da noite, da lua, ouvindo histórias, vivenciando uma prosa cantada, tocando o coração que se lembrava de tempos de outrora. Muitos sorrisos, lágrimas e alguns suspiros, e com as mãos no queixo e olhos perdidos nas lembranças do passado, íamos, poeticamente, avivando corações desanimados a continuarem estudando.

Todo o processo de consulta, escolha e entrega dos óculos, prometido pela equipe do governo da Jornada, foi, em muitos casos, a possibilidade de enxergar o mundo, aos modos de Miguilim⁸. O bonito é pensar que nem Miguilim, nem os homens e mulheres do povo maranhense, precisavam dos óculos para ler e saber as coisas do mundo, para compreender a poesia da vida. Enxergar mutum, como diria Miguilim, ou enxergar as letras no quadro ou no caderno, como diriam os educandos e educandas do *Sim, eu posso!*, foi abrir as possibilidades de enxergar o mundo que havia sido negado e escondido. “Agora posso ler aquela letra ‘A’ no quadro”, frase que juntam duas informações: que os problemas físicos da visão tinham sido sanados e que já tinham aprendido *aquela letra A*. E terem estudado sem quase enxergar, indo com lupa, com as vistas doendo, lacrimejando (coisas que deixaram de acontecer com a chegada dos óculos), mostram a força e a vontade que esse povo tinha de aprender e a capacidade que tem de fazer as coisas, mesmo nas dificuldades. Essas bonitezas do trabalho cotidiano também nos mobilizavam a continuar batalhando junto com o povo.

Ainda, foi num forró, no final do ano, que um senhor com a idade bem avançada, chegou com um sorriso, os braços abertos e a face suada de tanto dançar, deu um abraço num dos coordenadores e agradeceu

⁸ ROSA, João Guimarães. Manuelzão e Miguilim: Corpo de Baile. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 2001.

enormemente por aquele momento. “Faz trinta anos”, disse ele, “que não ouço essa música e, faz 25 anos que não saio de casa para dançar!”. E continuou: “Aqui já não se tem lugares para gente da nossa idade escutar e dançar esses forrós antigos. O que vocês fizeram já está marcado nos corações de todos que aqui vieram hoje”.

Daquelas palavras somente não concordamos com quatro delas: *o que vocês fizeram*. Não podemos negar que uma de nossas funções como Brigada Salete Moreno era compreender a necessidade de mobilizar o povo a continuar estudando e que fomos aprendendo formas de fazer isso. No entanto, nos enganamos se dissermos que fomos nós que fizemos a Jornada acontecer. Não fomos. E isso foi se evidenciando durante todo o processo.

O processo da Jornada foi nos ensinando que coordenar é construir possibilidades para que ele aconteça. Uma jornada da magnitude da construída no estado do Maranhão nunca poderia depender somente de vinte brigadistas. A necessidade de construir a Jornada com as pessoas, com a contribuição do povo, tornou-se óbvia. Aprendemos também com nossos antepassados indígenas que, para se educar uma criança, é preciso uma comunidade inteira. Para se alfabetizar muita gente é necessário que toda a comunidade, todo o povoado, todo o município se empenhe em tal tarefa.

Não era possível tomarmos para nós uma construção que é, em princípio, coletiva. Coletivizar tarefas, responsabilidades, decisões, foram ações necessárias para que o processo continuasse. Enquanto coordenadores-educadores tínhamos claro que nossa função concentrava um poder. Fomos aprendendo, com esse poder, a cavar espaços no meio dos povoados, para que se instalassem ali processos coletivos de educação, alfabetização, que cada vez menos dependiam de nós.

A dinâmica das reuniões coletivas entre nós e os coordenadores de turma, das reuniões de planejamento entre coordenadores de turma e os

alfabetizadores(as) de um núcleo⁹, e, principalmente, as aulas, como espaço coletivo de diálogo entre educador(a) e educandos(as), foi construindo as possibilidades dos rumos da Jornada saírem das nossas mãos. Os limites e dificuldades foram superados pelo próprio processo coletivo, quando educadores(as), coordenadores(as) de turma e educandos(as) tomaram para si as decisões e conduções da Jornada, constituindo uma verdadeira brigada de alfabetização.

Na grandeza da tarefa histórica de fazer homens e mulheres voltarem à sala de aula para aprender a ler e escrever, também aprendemos que não somos necessários. E isso é bonito. Saber que uma vez dada a possibilidade do povo se organizar, todos e todas tornam-se iguais na importância. Nossas contribuições podem ser valiosas, mas quando o processo se torna coletivo ele não depende mais de nós, pois o processo é maior que o indivíduo.

Lembro agora do livro “*Rebeldes sem Armas*”¹⁰, que recebemos no início da Jornada, que conta a história da Campanha Nacional de Alfabetização na Revolução Cubana pelos olhos de um menino de 14 anos. Ali, o pai do “Comandante Veneno” (apelido cunhado pelo próprio pai ao filho brigadista), na volta dos brigadistas para casa tenta, a todo momento, encontrar o seu filho. Em meio aos jovens que chegam aos montes na cidade, busca o rosto do seu filho, mas logo percebe que todos os rostos se parecem. Para ele, pai, que achava o seu filho o mais importante, ficou claro que todos aqueles jovens se tornavam iguais na grandeza da tarefa histórica que construíram.

Não concordamos com aquelas quatro palavras: *o que vocês fizeram*. Podemos hoje falar que todo o processo de mobilização, de alfabetização,

⁹ As turmas, educadores(as) e coordenadores(as) de turmas eram organizadas em núcleos ou polos. A cada dez turmas se constituía um núcleo, célula básica para os planejamentos coletivos e decisões locais para o prosseguimento da Jornada.

¹⁰ PEREIRA, Manuel. *Rebeldes Sem Armas: alfabetizadores cubanos em ação*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

de construção e realização da Jornada, foi uma construção coletiva em que, ao final, nós, enquanto brigadistas, nos tornamos parte do povo maranhense, como mais um entre aqueles homens e mulheres. Alfabetizar o povo é tarefa de todos. E também tarefa de cada um.

Assim, se o desafio das mobilizações iniciais para montagem das turmas foi o de desconstruir a condição de Sísifo maranhense, a necessidade cotidiana de manter o povo mobilizado nos trouxe a tarefa de ir desacorrentando o Prometeu sertanejo¹¹. O povo, enquanto homens e mulheres sábios da vida popular, vivia como diversos Prometeus acorrentados, cotidianamente explorados em sua condição cíclica de viverem a mesma vida sem a possibilidade de aprender a ler e escrever sua história no mundo.

O Prometeu sertanejo é o próprio povo que, reconhecendo que pode transformar o mundo com suas mãos pelo trabalho, compreende que pode também transformar a sua realidade, pode aprender a ler e escrever, pode exigir seus direitos arrancados, pode escrever uma nova história com suas próprias mãos. E se libertar da condição de acorrentado à realidade em que vivia a vida fatalista.

A Jornada de Alfabetização do Maranhão foi, então, esse processo coletivo de Sísifos e Prometeus, de Marias e Josés, de homens e mulheres, que se comprometeram com a transformação daquelas realidades. A necessidade de mobilizar o povo foi se constituindo na organização do próprio povo de tomar para si a condução do processo, fazendo sua a Jornada de Alfabetização.

¹¹ No mito grego, Prometeu é condenado a viver acorrentado sob a condição de diariamente uma águia comer parte do seu fígado (que se regenerava todos os dias) por roubar o fogo dos deuses e entregar aos homens, aos mortais. Temia-se que assim os mortais pudessem ficar tão poderosos quanto os próprios deuses.

Educadores e Educadoras Populares?

Ficou claro para todos nós, brigadistas, que o trabalho foi nos tornando educadores e educadoras populares. Compreendemos que só o método ou só o trabalho em sala de aula não modifica a realidade ou não faz de uma jornada um processo de educação popular.

Ainda que o método tenha sido a sistematização de uma experiência revolucionária dos trabalhadores e trabalhadoras, pensado para o trabalho com o povo, organizado e realizado por um movimento social popular, esses não são motivos que podem caracterizá-lo como um trabalho de educação popular.

Fomos compreendendo que foi o trabalho cotidiano com o povo, o viver a vida do povo local, ao lado dele, sofrendo, lutando e sorrindo, que foi dando os contornos à Jornada que aos poucos foi deixando de ser nossa para ser de todo o povo. Entendemos que sim, foi a nossa capacidade de coletivizar os processos, responsabilidades e decisões, de envolver a partir das mobilizações as pessoas a tomar em suas mãos o seu processo de aprender a ler e escrever, que possibilitou a transformação de um simples programa de alfabetização numa jornada coletiva de redução do analfabetismo do povo maranhense.

Esse conjunto de ações que se estende para além das burocracias do trabalho formal, mas que se molhou de militância, de vida do povo, da cultura maranhense, é que foi se conformando como um trabalho de educação popular. Aprendemos, assim, que como educadores, nosso papel é cavar os espaços para que os processos possam caminhar sozinhos, em que homens, mulheres e crianças se reconheçam como sujeitos do processo e tomem para si os rumos da história.

Fomos nos construindo junto ao povo como educadores que nunca cessam de se fazerem e refazerem educadores e aprendizes, sempre

incompletos. Ali fomos aprendendo um pouco como ser educadores populares.

Nos olhos de quem aprende a ler

Imagina como seria
se aparecesse um dia
a possibilidade louca
de alfabetizar o povo
transformando realidade em poesia.

Se em menos de um ano
mais de mil aprendessem a ler
e pudessem escrever
o que vida toda viveu
e tivesse muito mais a viver.

Imagina como seria
se por loucura ou por juízo
o povo resolvesse acabar com isso
que um dia foi problema
mas no hoje seria compromisso.

Ah! Imagina como seria
esse povo trabalhador
cheio de sabedoria
traduzir em palavras

toda a sua dor
e a sua alegria.

Podia também
sair escrevendo na rua
um monte de história
ou uma simples oração
pedindo que um dia
esse povo tão alegre e sofrido
não sem luta, muito menos poesia,
percorresse o caminho comprido
de um sonho de menino
que imaginou que sua vida escreveria.

Imagine se um dia
povo esse se alfabetizasse
e seu sonho se concretizasse
podendo agora
mais que escrever e ler
pedir a quem quer que seja
que sua vida melhorasse.

Feliz desse que descobriria
que a luta ainda ali não acabaria
pois pedir, pedir e pedir
sua moda não mais seria
Desde ali se aprenderia

que só a vida muda a luta
e só a luta muda a vida.

E percorrendo o caminho
ainda assim o povo imaginaria
que se aprendeu a ler e a escrever
mudar a vida agora fácil seria.
Não mais passos sem amor.
Não mais sonhos sem poesia.

E de letra em letra
de luta em luta
juntando todos e muita labuta
agora o sonho se arrochasse
realidade transformasse
pra que o povo não mais ficasse
um dia sequer
imaginando como seria.

Pois se concreto se tornasse
com as mãos o povo construiria
toda mudança escreveria
com pedras, lápis, noites e poesias
pra que nunca mais voltasse
aquela severa realidade
de cegar-se por um dia.

FORMAÇÃO DE EDUCADORAS E EDUCADORES COMO INSTRUMENTO DE EMANCIPAÇÃO E IDENTIDADE DE CLASSE NA JORNADA DE ALFABETIZAÇÃO DO MARANHÃO

Lenilde Alencar Araújo¹

Joaquim Bezerra Lima²

Simone Silva Pereira³

O conhecimento exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo

Requer uma ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção.

(Paulo Freire)

A Jornada de Alfabetização do Maranhão pode ser caracterizada como uma das ações históricas no campo da alfabetização de jovens, adultos e idosos no estado e marcará a história de muitas mulheres e homens que participaram desse processo nas suas mais diversas formas de inserção, como um espaço de formação política, pedagógica e também ideológica e que introduziu ou (re)alimentou a concepção de que é possível

¹ Lenilde Alencar Araújo é licenciada em Pedagogia pela UFPA e especialista em Educação e Trabalho pela FIOCRUZ e militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

² Joaquim Bezerra Lima é licenciado em Pedagogia da Terra pela UNIJUI e especialista em Educação do Campo pela UNB e militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, integra a Brigada Salete Moreno como Coordenador Político Pedagógico da Jornada de Alfabetização do Maranhão.

³ Simone Silva Pereira é licenciada em Pedagogia pela UFPA e mestre em Geografia pela UNESP e militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, integra a Brigada Salete Moreno como Coordenadora Político Pedagógica da Jornada de Alfabetização do Maranhão.

construir uma perspectiva de mudança. Esses sujeitos participaram da Jornada de Alfabetização, seja como educandos/as, seja como brigadistas, coordenadores/as de turmas e ou educadoras/es, mas o que marcará a todas e todos, será o processo de formação pelo qual passaram por um período de oito meses intensivos.

O coletivo do MST teve, neste programa, a tarefa de coordenação, orientação pedagógica e metodológica. Assim, ao construir o projeto da Jornada de Alfabetização, traçou um conjunto de estratégias de formação de educadores vinculado a uma formação permanente, dialógica e comprometida com uma prática política que possibilitou os bons resultados da sua primeira fase. Com tantas narrativas dos sujeitos envolvidos temos, neste breve texto, o objetivo de relatar e refletir sobre como foi e vem sendo diferente a formação de educadores na “Jornada de Alfabetização do Maranhão, *Sim, eu posso!* e Círculos de Cultura”.

Como estratégias de formação, destaca-se o fato de que todos os envolvidos tiveram seus momentos de estudo e análise do processo, desde as/os educandas/os, quando participaram de aula inaugural, seminários municipais e estadual, entre outras atividades que aconteceram, antes, durante e depois da primeira fase e envolveram as/os coordenadoras/es de turmas e educadoras/es.

Essa estratégia é objeto do presente artigo, e será detalhada no decorrer do texto que apresenta inicialmente alguns elementos da experiência de formação de educadores no MST, desde a concepção de educação e de formação, e a vinculação das práticas com a educação popular. Em seguida, apresenta o processo de formação de educadores e educadoras durante a primeira fase da Jornada de Alfabetização do Maranhão, desde a sua constituição até as dimensões políticas e culturais apreendidas ao longo do desenvolvimento do projeto. A elaboração do artigo se deu em diálogo com autores com Caldart (2000), Paludo (2012), Pizetta (2007) e Paulo Freire (1987), e na leitura de documentos do MST que tratam da educação no Movimento e suas matrizes pedagógicas, como

também, na relação desta com a formação política e ideológica da classe trabalhadora. Reflete ainda sobre a tarefa educativa do MST que compõe o conjunto de práticas que embasam a educação popular que vem sendo construída no Brasil desde a década de 1960, na perspectiva da elevação da consciência e da emancipação humana.

A formação de educadores e educadoras no MST

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) consolida-se como um movimento camponês no início da década de 1980, quando elegeu três objetivos que iriam orientar sua prática social e política: a luta pela terra, pela reforma agrária e por justiça social, compreendendo que não basta ter a terra, é preciso ter acesso aos direitos básicos e fundamentais, e caminhar na direção da transformação da sociedade, articulando os trabalhadores do campo e da cidade numa luta conjunta rumo a uma sociedade socialista, na qual todos e todas tenham os mesmos direitos.

Essa dimensão está relacionada à superação do atual projeto societário, que é o projeto do capital, excludente, no qual impera o acúmulo de riquezas em detrimento da pobreza e miséria de um grande contingente da população. Falar de superação significa falar de uma educação para a transformação, de um processo de formação política que tenha por objetivo a elevação do nível de consciência da classe trabalhadora.

Nesse intuito, o Movimento vai construindo a sua concepção de educação e define a formação política ideológica como necessária para o desvelamento e interpretação da realidade que está além das aparências, através de ações concretas, sempre à luz das teorias e do conhecimento construído historicamente pela humanidade. Por isso, o estudo, o movimento da ação, reflexão e sistematização das práticas são elementos imprescindíveis para a produção de novos conhecimentos e para a elevação da consciência.

A formação é compreendida como parte da luta de classes, como um instrumento que deve estar relacionado a um projeto de sociedade, e tem como tarefa principal “motivar para que os silenciados saiam de seu silêncio, que os dominados aceitem sair da dominação através da luta” (PIZETTA, 2007, p.87).

A educação para o MST é “uma das dimensões da formação, entendida tanto no sentido amplo da formação humana, quanto no sentido mais restrito da formação de quadros para a nossa organização e para o conjunto da luta dos trabalhadores” (MST, 1996, p.6). Está para além dos muros da escola, e diretamente relacionada às matrizes constitutivas de uma pedagogia que tem por sujeito educativo o próprio Movimento: a história, a cultura, a luta política e social, a organização, o trabalho, o que lhe dá um caráter de educação popular, considerando que esta “nasce e constitui-se como *pedagogia do oprimido*, vinculada ao processo de organização e protagonismo dos trabalhadores do campo e da cidade, visando à transformação social” (PALUDO, 212, p.281).

Para dar conta desse projeto educativo, dessa pedagogia, faz-se necessário pensar intencionalmente a formação de educadores e educadoras, levando em consideração que o processo de formação humana não se encerra na escola, embora, no atual estágio, ela cumpra um papel fundamental. Entretanto, o primeiro movimento é o de reflexão sobre de qual escola estamos falando, que é a escola capitalista, pensada desde e a partir das necessidades da sociedade capitalista, e o segundo movimento é o de lutar, ocupá-la e transformá-la numa escola socialista. Ou seja, devemos construí-la como um espaço de formação de consciência, de um fazer pedagógico numa perspectiva de transformação da realidade e de libertação da classe trabalhadora.

Nesse sentido, há necessidade de um trabalho permanente de formação para que possamos ter um quadro de educadores comprometidos com a emancipação dos sujeitos, garantido a vinculação direta entre os

processos educativos e a luta política e social, considerando a educação pública e popular:

[...] como resistência e, portanto, como contra-hegemonia, ela demanda que, além da atuação no interior das escolas, a inserção dos educadores seja também ativa nas lutas dos trabalhadores, ou seja, há uma opção política de “fazer com”. A resistência exige “um pé na escola e um na sociedade”, nos espaços de organização dos trabalhadores (PALUDO, 2012, p.284).

Esse tem se constituído um desafio ainda para o movimento da educação em áreas de acampamentos, assentamentos, ou em projetos mais amplos que dialogam com a sociedade, como os das jornadas de alfabetização, às quais nos lançamos Brasil afora.

Assim, para o MST, todas as suas ações são formativas, desde a vivência coletiva no assentamento e nos coletivos de trabalho, a organização da escola, o estudo e planejamento para a superação de limites apresentados pela realidade local, as mobilizações, as marchas e as ações de intencionalidade formativa para tarefas específicas. No caso dos sujeitos educadores estas se desenvolvem nos Encontros de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária, que acontecem anualmente, em nível de estado e de regiões, que permitem fomentar o debate sobre temas relevantes, e incidir no planejamento do trabalho pedagógico com sugestões de ações que vão além da sala de aula e que são imprescindíveis para a formação integral dos educandos. Vamos citar algumas destas ações para que, juntos, visualizemos essa materialidade:

> a Jornada dos Sem Terrinha, em outubro, quando é realizado um trabalho de formação com as crianças, através do estudo de temas como: Identidade Sem Terrinha, Estatuto da Criança e Adolescente, em preparação para a luta por direitos;

> a Jornada da Juventude, em agosto, por ocasião da semana do estudante, quando se discute o papel da juventude na luta política, e se desenvolve um planejamento de atividades de luta;

> a Semana da Solidariedade, em outubro, por ocasião do aniversário do Che Guevara, quando são estudados os valores socialistas e humanistas e organizadas atividades de solidariedade nos territórios dos assentamentos e acampamentos;

> a Jornada Cultural Nacional “Alimentação Saudável, um Direito de Todos”, quando os setores de educação, saúde e produção propõem um amplo debate sobre soberania alimentar, agroecologia e produção de alimentos saudáveis, divulgando e fortalecendo práticas que já existem nas áreas de assentamentos, e que caminham na direção do projeto de agricultura camponesa, contrapondo o projeto do agronegócio, que vem a cada dia se expandindo no campo e que tem por objetivo a acumulação de riquezas, a manutenção do capital de forma danosa à natureza e sua biodiversidade, inclusive ao homem.

São temáticas que se materializam em práticas educativas diretamente relacionadas à construção da reforma agrária popular, seja quando Sem Terrinha e Juventude Sem Terra marcham ou ocupam os órgãos do governo reivindicando seus direitos, seja quando, em seus territórios, desenvolvem práticas agroecológicas, ações de solidariedade como a doação de sangue, plantio de árvores na cidade, embelezamento dos assentamentos, construção do parque infantil, resgate e memória da história de conquista da terra, como acontece no assentamento Vila Diamante, com a chamada “noite do acampamento”⁴.

⁴ Prática pedagógica desenvolvida na Vila Diamante, município Igarapé do Meio, através da qual a escola no período do aniversário do assentamento, mês de junho, faz uma semana de estudo e pesquisa sobre a história da luta e resistência dos trabalhadores e trabalhadoras para a conquista da terra, e os educandos reproduzem através do teatro, tudo o que aconteceu no dia 30 de junho, dia em que a terra foi ocupada, como uma forma

Destacamos os cursos formais de Licenciatura em Educação do Campo e de Pedagogia da Terra que têm, em princípio, caráter de formação inicial, mas por funcionarem através da Pedagogia da Alternância possibilitam uma ação continuada, planejada intencionalmente de acordo com a necessidade das áreas e das escolas, sendo priorizada a qualificação dos sujeitos para atuar no planejamento, na gestão e docência das escolas do campo, dos movimentos sociais e entidades afins às questões camponesas.

Exemplo disso foi o amplo debate sobre a educação do campo realizado pelos educandos do Curso Pedagogia da Terra nos municípios, através da realização de seminários envolvendo secretários de educação municipais, educadores, gestores e comunidades, considerando que ainda há um desconhecimento da política pública de educação do campo.

Em nível local, o processo de formação se dá através dos coletivos de educação que se reúnem com frequência para estudar e planejar as atividades, dentre as quais, as oficinas pedagógicas, realizadas de acordo com o interesse e a necessidade dos educadores e educadoras no cotidiano do trabalho com as escolas.

No entanto, permanece o grande desafio da construção e implementação de um plano estadual de formação de educadores, articulado com o protagonismo dos sujeitos do campo que contemple todas as escolas e que seja absorvido de maneira oficializada pelas secretarias municipais e estadual de educação para que seja garantida a educação como um direito dos povos do campo, na direção da emancipação humana.

de manter viva a história, e fazer com que as novas gerações conheçam e valorizem o processo de luta e a história do acampamento até a conquista do assentamento.

A formação de educadores e educadoras na Jornada de Alfabetização: dimensões políticas e culturais

O processo de formação de coordenadoras/es e alfabetizadoras/es, ocorrido nos oito municípios de atuação da Jornada na primeira fase, em 2016, teve como estratégias, a apropriação de conhecimentos e técnicas para o trabalho com o método de alfabetização cubano *Sim, eu posso!* e com a concepção de educação freiriana dos Círculos de Cultura, no processo de alfabetização de jovens adultos e idosos. No entanto, como praxe da dinâmica de formação desenvolvida pelo MST, foram inseridos temas de cunho político e ideológico, para demarcar o campo da concepção política e pedagógica que sustenta as práticas e as lutas dos movimentos populares ao longo destas últimas quatro décadas, e preparar os sujeitos para um processo de construção e desconstrução de conceitos, práticas e ações pedagógicas no chão da sala de aula.

Muitos depoimentos, após a realização da primeira fase da Jornada, apontam o processo de formação como um dos elementos-chave para os resultados que foram alcançados, sendo que alguns desses relatos indicam que a formação de educadores com esse caráter mais político e pedagógico na perspectiva da classe trabalhadora, com debates sobre uma concepção de educação popular, tenha sido a primeira experiência realizada em alguns desses municípios.

Queremos destacar, do ponto de vista quantitativo, que tomando como base somente os momentos oficiais de formações coletivas durante a Jornada, que conta de uma formação inicial com carga horária de 40 horas sobre o método *Sim eu posso!* e de uma formação sobre os Círculos de Cultura com carga horária de 20 horas, ela envolveu diretamente 628 alfabetizadoras/es e 71 coordenadoras/es nos oito municípios na primeira fase, ou seja, muito significativo desde esse ponto de vista, se considerarmos proporcionalmente, o contingente populacional de cada um dos municípios.

A formação de educadoras/es⁵ de que estamos tratando neste texto, apesar de fazer parte de uma ação governamental do estado do Maranhão, teve sua metodologia construída a partir da prática, da teoria e da experiência do MST no trato e na lida da educação em sua trajetória de mais de três décadas de lutas. O que vem sendo realizado no Maranhão por meio da Jornada de Alfabetização, nos remete ao que destacou Caldart (2000, p.30-31):

Penso que nada fortalecerá mais o Movimento hoje do que saber-se, pensar-se como parte de um processo histórico mais longo, amplo e complexo, e como embalado em uma cultura que projeta um mundo, ou um tipo de organização da sociedade que ainda não existe, mas cuja ideia, resiste no imaginário de um povo [...]. A abordagem que talvez permita compreender com maior profundidade qual é o desafio educacional em que está envolvido o Movimento e, portanto, que questões ele projeta para a discussão de *futuro* [grifo da autora] sobre a educação como um todo, e sobre as práticas e as concepções de escola que se produzem neste ou deste contexto.

Essa reflexão nos remete a pensar quais questões o movimento da própria Jornada também projeta para as discussões de futuro, adquirindo um princípio de materialidade no processo de formação de educadoras/es nesse desafio no Maranhão. Materialidade, pois, talvez seja essa uma experiência impar até o momento, na qual o MST imprime sua autonomia político-pedagógica na formação de sujeitos que não fazem parte de sua base organizada, atuando em territórios em que esses sujeitos são, na sua maioria, educadores, educadoras da rede pública municipal e que passaram a ter nessa oportunidade o seu primeiro contato com o debate da educação popular sob a ótica do movimento popular.

⁵ Educadoras/es – refere-se ao grupo de sujeitos envolvidos nas formações que atuaram na Jornada, tanto na função de coordenadoras/es de turmas, quanto na função de alfabetizadoras/es.

Parece-nos oportuno, mesmo não sendo o ponto central deste texto, destacar que seis dos oito municípios envolvidos na primeira fase, tiveram contato, ou ouviram falar do MST pela primeira vez, com a chegada da Brigada Salete Moreno para a articulação da Jornada, pois somente em dois desses o Movimento tem base, acampamento ou assentamento organizado. Mesmo considerando a veiculação negativa da grande mídia sobre as ações do MST, para muitas pessoas, a referência do Movimento era quase inexistente.

Dada essas peculiaridades, as atividades de formação cumpriram um papel crucial no que tange à construção de novas práticas pedagógicas das educadoras e educadores nesses municípios, seja na atuação nas turmas de alfabetização, seja na sua ação pedagógica de ofício na escola convencional em que atuam. Não são raros os depoimentos que dizem ter mudado suas práticas pedagógicas a partir de sua inserção na Jornada, e que as atividades de formação foram o ponto de partida para essa reflexão sobre o fazer pedagógico. Esse processo formativo, que ocorreu durante o tempo de realização da Jornada, pode ser observado em vários momentos e etapas, conforme detalharemos a seguir.

O processo se deu seguindo três estratégias básicas: a) a formação inicial sobre o método *Sim, eu posso!*; b) a formação sobre os Círculos de Cultura; c) os plantões pedagógicos, considerando que o ponto de partida e de chegada das formações foi a concepção filosófica e uma educação popular vinculada à luta de classes e como *prática de liberdade*, tendo como centralidade os sujeitos e suas necessidades. Essas três estratégias são detalhadas a seguir.

a) A formação inicial sobre o método *Sim, eu posso!*: realizada com o conjunto de educadoras/es ocorreu após o processo de composição das turmas e da assinatura dos termos de compromisso, com duração de 40 horas presenciais. Teve como temas gerais política e educação e um debate e reflexão sobre a conjuntura, apontando elementos da história da educação brasileira e da cultura de negação do direito à educação aos

trabalhadores, como um dos elementos que contribui para a produção do analfabetismo. Com isso se fez o contraponto com as estratégias políticas do Estado, a partir do estudo da educação popular na perspectiva da construção de um novo jeito de fazer a educação, valorizando saberes construídos pelas práticas cotidianas de cada grupo social.

No entanto, o maior tempo nessa formação foi dedicado ao processo de estudo para o conhecimento do método *Sim, eu posso!*, passando por elementos da história, com destaque para a solidariedade e internacionalismo de Cuba ao criar um método de alfabetização para contribuir com a redução do analfabetismo no mundo. Cuba erradicou o analfabetismo em seu território no início dos anos de 1960 e o método *Sim, eu posso!*, a pedido do líder Fidel Castro, foi produzido em 2001 e vem sendo desenvolvido em países em que o analfabetismo ainda se constitui num problema no campo do desenvolvimento social, como é o caso específico do Brasil e, mais absurdo ainda, o estado do Maranhão, que conforme dados recentes da consultoria Macroplan, em 2015, o percentual de população analfabeta era de 18,8%, constituindo-se no segundo pior do país.

Após situar historicamente os/as educadoras/es sobre os elementos que levaram à construção do *Sim, eu posso!*, o trabalho de formação adentra o método, destacando a concepção pedagógica que o sustenta e os elementos da técnica que tem como base o seu caráter analítico-sintético, em que a ação de alfabetização parte de uma contextualização geral, que permite a abordagem de diferentes áreas (saúde, educação, meio ambiente etc.). Nessa contextualização destaca-se uma palavra, a partir da qual se estabelece as técnicas que permitem o processo de apreensão da leitura e da escrita da língua. Esse processo de conhecimento do método aborda ainda as três etapas que o constituem, sendo estas: *preparação, construção da leitura e da escrita e consolidação do método* e é mediado durante a formação pelo contato direto com o material que o compõe (cartilha dos alfabetizandas/os, caderno de orientações

pedagógicas de educadoras/es e os roteiros audiovisuais) e culmina com atividades práticas de planejamento coletivo, que orienta a prática didática em sala de aula, por meio de tempos educativos, conforme quadro a seguir.

Tempo Educativo		Duração	Detalhamento
1ª Acolhida/Motivação e Memória da Aula Anterior.		20 minutos	Realização de atividade(s) para a motivação da permanência dos educandos em sala de aula. Trabalhar as principais dificuldades dos educandos em relação ao que foi estudado na aula anterior.
2ª Retomando o Estudo de Novos Conhecimentos	Dialogando com a Palavra Integradora	15 minutos	Prática do diálogo em torno da palavra a ser estudada, aqui identificada como palavra integradora.
	Momento Videoaula	30 minutos	Momento videoaula - Assistir a videoaula.
	Momento Intervenção com a Turma	45 minutos	Retomar as questões trabalhadas na videoaula (explicações e atividades), debater com a turma o que não foi discutido suficientemente.
3ª Avaliação		10 minutos	Identificar os avanços, dificuldades e as necessidades da aprendizagem dos educandos. Avaliação da aula, tomando o registro.

b) A formação de educadoras/es sobre os Círculos de Cultura ocorreu após o término das 16 semanas de realização do método *Sim, eu posso!*, e além do aprofundamento teórico da educação popular, buscou ajudar na orientação do trabalho para a continuidade do processo de alfabetização em que os instrumentos utilizados em sala de aula deixam de ser os roteiros audiovisuais e agora são a realidade sociopolítica e cultural dos sujeitos envolvidos na Jornada. Como forma de contribuir no planejamento e dar unidade ao trabalho, antes mesmo da formação de educadoras/es nos municípios, a Brigada Saete Moreno construiu algumas linhas orientadoras, com temas que norteariam a construção dos temas geradores em cada um dos municípios. Esses temas orientadores foram:

História, Cultura e Identidade	Trabalho
História e vida História e memória local Etnia Classe social Práticas culturais Família	Direitos trabalhistas Emprego e geração de renda Trabalho como princípio educativo Produção cultural e artística com trabalho
Terra e Território	Direito e Democracia
Meio ambiente Concentração fundiária Desmatamento Seca Saúde Alimentação saudável e produção	Educação (EJA – continuidade; práticas educativas informais) Cidadania Participação Transporte Meios de comunicação

Fonte: Resultado da sistematização da Capacitação da Brigada Salete Moreno para os Círculos de Cultura. Elaborado pelo MST.

c) A formação continuada realizada nos plantões pedagógicos, a cada quinze dias, pode ser considerada com um dos elementos-base que garantiu o processo sistemático e assegurou a apropriação prática do domínio dos métodos de alfabetização utilizados na Jornada de Alfabetização do Maranhão. Esse processo ocorreu durante todo o período de realização da Jornada, pois dada a necessidade do acompanhamento e orientações pedagógicas às turmas, a Brigada Salete Moreno organizou em cada município um cronograma de estudo com as/os coordenadoras/es de turmas e esses, por sua vez, um calendário com o núcleo de alfabetizadoras/es que acompanhavam e, periodicamente, se encontravam

para discutir o trabalho em sala de aulas, as dificuldades, os avanços e os limites e, a partir de uma reflexão orientada, realizavam o planejamento das ações cotidianas da Jornada.

A experiência de formação de educadoras e educadores na Jornada de Alfabetização teve como base teórica e prática a experiência político-pedagógica acumulada durante a trajetória do MST, em que o exercício de novas formas de organização do trabalho pedagógico se inaugura sempre que o coletivo de educadores se coloca na condição de refletir essa prática e de criar ações motivadoras no processo de ensino e aprendizado. Como nos dizia o poeta “navegar é preciso; viver não é preciso”, podemos sentir neste relato de experiência o espírito deste poema na palavra da coordenadora de turmas Viviane Conceição Lobato, do município de Água Doce do Maranhão:

As formações pedagógicas no meu ponto de vista, durante a Jornada de Alfabetização *Sim eu posso!* foi um dos fatores principais do processo. Nela encontramos as ferramentas para nos apropriarmos do método e, principalmente, o lado humano de como nosso público era diferente e cada dia, sem dúvida nem uma, foi uma conquista. Tinha algo diferente nas formações não só o pedagógico, percebia-se que nos sentíamos envolvidos por todo aquele desafio. Enfim, a formação nos deu suporte necessário para o sucesso do programa. A sensação que tenho é que quando você termina uma jornada você está preparado para tudo porque seu aprendizado é construído a cada dia, a cada situação que aparecia, e o processo sendo construído, as formações aconteciam para fazer os ajustes que possibilitaram a apropriação do método e como executá-lo. Saio uma pessoa melhor não só porque ajudei, mas porque aprendi muita coisa que levarei para o resto da minha vida.

O processo de formação alterou a rotina e o olhar pedagógico de profissionais da educação nos oito municípios de sua abrangência. São muitas as narrativas que apontam para uma ação que introduz novos conteúdos e conceitos, mesmo para os que já tinham uma larga experiência com educação, e o depoimento de um dos coordenadores de turmas

também do município de Água Doce do Maranhão, o professor Ildegarde Lima de Sousa, expressa isso:

Sou educador há vários anos, sou pedagogo, trabalhei em várias etapas da educação no Ensino Fundamental menor de primeiro ao quinto e no Ensino Fundamental maior sexto ao nono. Tenho uma boa experiência em alguns programas de alfabetização de jovens e adultos. Em todos tivemos formações, mas te afirmo: nenhuma dessas formações me trouxe tanto conhecimento e me chamou a atenção como as que tive na primeira etapa do programa *Sim, eu posso!*. Além de ter sido uma formação pedagógica que eu já tinha uma certa bagagem na área, me ensinou uma forma totalmente diferente das formações da escola regular que já tinha participado. Agora, a parte que chamou bastante minha atenção, foi o modo como foi trabalhado as questões das políticas sociais, dando oportunidade para as pessoas exporem suas ideias e conclusões; isso fez abrir um grande leque de questionamentos com soluções, para as questões políticas, sociais e deixou claro que esse tipo de formação tem que ser mais explorada nas escolas regulares, não só na pedagogia da alternância; esse tipo de formação é bastante comum, que é essa que vocês do MST tanto defendem, que eu passo a também defender nas escolas regulares da minha cidade. Esse tipo de formação é mais humanizada e busca mais a política das questões sociais e as suas soluções.

Foram as referências das páginas da *Pedagogia do Oprimido* que nos orientaram para a valorização da realidade vivida, como assim nos indica a autora a seguir:

Uma fonte dessa formulação específica, mas no MST anterior à discussão sobre a escola, foi a *Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire e seus desdobramentos em determinadas práticas e reflexões da educação popular [...]. Para nosso Movimento de formulações pedagógicas, essa matriz nos forneceu elementos críticos, a forma de escola baseada em uma concepção 'bancária' de educação, e a necessidade de valorização da realidade vivida pelos sujeitos Sem Terra no trabalho educativo. Mas talvez, a maior inspiração tenha sido encontrar argumentos para uma postura ao mesmo tempo ativa e humilde na construção assumida, tendo como pressuposto o necessário protagonismo dos trabalhadores, do povo, nos processos de transformação social: não vamos construir sozinhos nosso projeto educativo, precisamos do diálogo com outros

companheiros de projeto histórico, mas queremos ser protagonista dessa construção. A pedagogia não é para o oprimido, mas sim do oprimido, não é para o MST e sim do MST. (CALDART, 2015, p.24).

A formação de educadores teve três dimensões marcantes nesta experiência: uma primeira é a da *organização coletiva do trabalho pedagógico*, que se materializava nos plantões pedagógicos com a reflexão da prática docente e do repensar as formas de manter esse educando motivado a aprender a ler e escrever e, até, a voltar a sonhar em mudar o mundo ou mesmo alguns pequenos detalhes da realidade local, o ajuntamento das turmas de uma mesma comunidade para participar em mobilização local, comemoração ou mesmo festas de autoestima, que chamavam de “Forró do *Sim, eu posso!*”.

Uma segunda dimensão é a *cultural*, abordada na formação que tem seu ponto alto no trabalho coletivo, mas também no planejar o resgate da memória histórica destes educadores sobre o lugar, a vida de educador e instigar neste o modo de alfabetizar não reduzido ao modo sintético e analítico, mas do alfabetizar como atividade criativa,

O trabalho pedagógico com essa matriz implica em atividades que demarquem uma crítica à cultura hegemônica na sociedade capitalista (indústria cultural) e um cultivo/projeção de parâmetros de relações sociais, de valores, de afetividade saudável, de criatividade e de hábitos cotidianos que expressem e consolidem nossos objetivos sociais, políticos, humanos. É cultivo prioritário ajudar a guardar a raiz do Movimento, cultivando sua memória coletiva e ajudando na formação de sua consciência histórica (CALDART, 2015).

O terceiro aspecto era o de ter o sujeito como centralidade desta proposta, *uma educação dos trabalhadores*. Nesta, os educadores são estimulados a perceber e a entender como é a realidade dos educandos no aspecto do trabalho, suas vivências sociais e culturais e provocados a colocar em diálogo esses saberes. Todos os educadores são organizados em núcleos pedagógicos de dez educadores e um coordenador local nos quais

o estudo permanente, a organização do trabalho pedagógico, a reflexão para superação dos problemas que vão surgindo se faz uma constante, e o que poderia vir a ser um desafio solitário, em que são exigidos resultados só do professor, passa a ser um trabalho coletivo, espaço de construção de identidade e socialização de experiência e saberes.

Tecendo algumas conclusões

A formação de educadoras e educadores na primeira fase da Jornada de Alfabetização do Maranhão, tornou-se um elemento de formação político-pedagógica que ganhou notoriedade pela intencionalidade em contribuir para o despertar do olhar pedagógico para as questões de cunho político e de interesse social, sustentadas como base para a construção de uma educação emancipadora e propulsora da reflexão e das práticas de liberdade. Destaca-se, ainda, a formação no seu sentido estético, vivenciado no estudo e na preparação do ambiente alfabetizador dos espaços, das salas de aula para o processo de ensinar e aprender a ler e a escrever, mas igualmente nos momentos das noites culturais, e do sentido político que, como Paulo Freire sempre nos convocou, para o necessário exercício da ação, reflexão e do diálogo na perspectiva da luta contra todas as formas de dominação e pela transformação das pessoas.

Segundo os depoimentos e a experiência vivida no processo de acompanhamento pedagógico, aqui intitulado como formação de educadores, ela nos possibilitou um diálogo permanente e motivador a uma educação comprometida com a superação do analfabetismo, e mobilizadora de saberes, preocupando-se com um subsídio teórico e prático para ressignificar o ato de aprender e de ensinar, embora seja muito cedo para falar de engajamento político dos educadores ao MST, mas podemos, sim, falar de um compromisso ético com a superação do analfabetismo assumido pela coletividade, compartilhado por educadoras, educadores e por educandas e educandos.

Foram plantadas sementes de uma educação libertadora, e podemos afirmar que a contribuição desta vivência política, cultural e pedagógica não se limitou ao programa *Sim, eu posso!*, mas foi mediador da apropriação de uma filosofia educacional estudada e, uma exigência prática por inteiro vinculada ao lugar, à leitura de mundo, aos sonhos e a luta dos oprimidos, analfabetos desses oito municípios, sendo marcante e notável a dedicação e superação de limites em suas práticas pedagógicas como um imperativo desta experiência. Pois, como nos diz a música composta nessa primeira fase da Jornada: “*Analfabeto tem cor, território e classe*”.

REFERÊNCIAS

CALDART, R. S., STEDILE, M. E. e DAROS, D. (Org.) **Caminhos para transformação da escola 2: agricultura camponesa, educação politécnica e escolas do campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2015, p.115-138.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento do Sem Terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis: Vozes. 2ª ed., 2000, p.30-31.

CALDART, R. S. *et al.* (Org.) **Caminhos para transformação da escola 3: a Organização do Trabalho Pedagógico sobre as escolas do campo: ensaios sobre complexos de estudo**. São Paulo: Expressão Popular, 2015, p.19-67.

MOVIMENTO SEM TERRA. **Princípios da Educação no MST**. Porto Alegre: Setor de Educação do MST, 1996. (Caderno de Educação n. 8)

PALUDO, Conceição. **Educação Popular**. In: CALDART, Roseli S. *et al.* (Orgs.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

PIZETTA, Adelar J. A formação de quadros políticos: elaboração teórica, experiências e atualidade. In: ENFF. **A política de formação de quadros**. São Paulo: ENFF, 2007. (Cadernos de estudo, n. 1).

UM ENCONTRO NA HISTÓRIA DE EMANCIPAÇÃO: SIM, EU POSSO! E CÍRCULOS DE CULTURA

Maria Raimunda César e Júlia Iara de Alencar Araújo¹

*Ele trocou os tênis de estudante pelas botas de alfabetizador,
tão semelhantes às dos guerrilheiros,
que o deslumbraram com o seu cheiro de pólvora*

(PEREIRA, 1989, p.5).

A Jornada de Alfabetização no Maranhão moveu os pés de brigadistas, militantes, que saíram de seu cotidiano, de suas casas, famílias e conforto para se engajarem, comprometidamente, na luta do povo, nas descobertas históricas, com as curvas e estradas que compõem os caminhos dessa gente de tambores, festejos, rezas e sinas.

Este artigo trata de registrar a grandeza de um encontro entre dois métodos surgidos da organização política numa perspectiva revolucionária e popular, que, apesar da distância geográfica entre Brasil e Cuba, têm em comum a luta contra o colonialismo, a expropriação, a opressão e suas mazelas, ambas nascidas de um período histórico que não deve ser esquecido.

A profundidade deste encontro está na ressonância dos processos como ação direta na vida da classe trabalhadora, no ato político de criar as possibilidades para que homens e mulheres superem as condições objetivas

¹ Maria Raimunda César é licenciada em Letras pela UFPA e especialista em Educação do Campo pela UNB e militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, integra a Brigada Salete Moreno como Coordenadora Político Pedagógica da Jornada de Alfabetização do Maranhão (fase 2 – 2017/2018). Julia Iara de Alencar Araújo é bacharel em Serviço Social pela UFRJ e militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, integra a Brigada Salete Moreno como Coordenadora Político Pedagógica da Jornada de Alfabetização do Maranhão (fase 2 - 2017/2018).

de negação da vida, no aspecto amplo da cultura, econômica e social, bem como na construção e acesso do direito à educação, na consolidação do método dos Círculos de Cultura e *Sim, eu posso!*, no que Paulo Freire chamava de ação cultural para liberdade.

“A Educação será libertadora na medida em que incentivar a reflexão e ação consciente e criativa das classes oprimidas em relação ao seu próprio processo de libertação” (FREIRE, 1986, p.20). Na ação política — organização e condução — de ambos os métodos está reconhecido o protagonismo da classe trabalhadora, através da mobilização dos estudantes, operários, mulheres, professores, camponeses, das organizações de trabalhadoras e trabalhadores, dos movimentos sociais e dos legados históricos que os precederam.

Olhar o mundo envolto em conflitos e tensões provocadas pela cobiça e se deparar com a sagacidade de um projeto histórico de vidas entrelaçadas num fazer educativo capaz de alterar as condições de subjetividade e objetividade dos sujeitos, é um convite para acreditarmos, como nos desejos de Eduardo Galeano:

Oxalá possamos ser capazes de seguir caminhando os caminhos do vento, apesar das quedas, das traições e derrotas, porque a história continua para além de nós, e quando ela diz adeus, está dizendo: até logo. Oxalá possamos manter viva a certeza de que é possível ser compatriota e contemporâneo de todo aquele que vive animado pela vontade de justiça e a vontade de beleza, nasça onde nasça, viva quando viva, porque não têm fronteiras os mapas da alma e nem do tempo.

Os legados históricos que constroem o presente

*Haveremos de ver qualquer dia chegando a vitória,
o povo nas ruas fazendo a história,
crianças sorrindo em toda nação.*

(Zé Vicente)

É tarefa das revoluções destruir do cotidiano as velhas marcas da opressão e dos meios de produção privatizados, seja os meios materiais, seja os meios abstratos que compõem o campo de acesso ao conhecimento, ao simbólico e bens culturais produzidos pela humanidade. Em todas as experiências revolucionárias, o acesso à distribuição de riqueza está vinculado, também, à coletivização do conhecimento e ao acesso às condições de existência, desde a Revolução Francesa, sobretudo a experiência curta, porém, bastante significativa, no que concerne à ampliação grandiosa e horizontal de direitos, conduzida pela necessidade e voz do povo, da Comuna de Paris, da Revolução Russa e das revoluções latinas.

A Revolução Russa, por exemplo, para sobreviver à contrarrevolução e contrainformação necessitou dialogar com uma massa gigantesca de camponeses e operários analfabetos, postos historicamente numa condição de absurda miserabilidade. Para além de feita a disputa material, política e econômica com a burguesia, os revolucionários vitoriosos encontraram nas múltiplas linguagens o modo de informar, educar e organizar o povo. Fortemente a poesia, as artes plásticas, o cinema e a comunicação compuseram as estratégias, de modo imediato ao povo, dos conteúdos e informações inerentes ao processo revolucionário. Dentro disso, a alfabetização se torna uma necessidade premente na correlação de forças entre emancipação humana e retrocesso social – ou manutenção da hegemonia dominante anterior, no caso da Rússia. Na experiência russa, a incidência através da linguagem foi necessariamente uma frente de batalha tão árdua e urgente quanto a guerra e a insurreição armadas.

Porém, é na Revolução Cubana onde o *front* na batalha pela dignidade humana, num cenário em que a linguagem simbólica, letrada, havia sido negada com uma violência colonizadora de imensa carga para o povo, que a força do legado histórico – atravessando o tempo do fim das revoluções e resistindo ainda hoje – demonstra uma imensa capacidade de

superar a ignorância designada aos pobres, pautando a socialização do conhecimento e a possibilidade de acesso à alfabetização e escolarização de todo o povo cubano, reunindo, sobretudo, um grande exército educador movido a um forte sentimento humanizador: a solidariedade. Solidariedade conjugada a um projeto de libertação.

Em 1961, vitoriosa a luta revolucionária encampada pelos jovens guerrilheiros da ilha caribenha, e diante do alto índice de analfabetismo, a revolução realiza uma segunda revolução: a Campanha Nacional de Alfabetização, e, em dezembro de 1961, Cuba é declarada livre do analfabetismo, num processo que considerava os sujeitos e a vida.

(...) os novos dirigentes criaram a Comissão Nacional de Alfabetização, além de Comissões Municipais e Provinciais. Estas seriam as instâncias responsáveis por levar adiante o projeto de educação daquela sociedade e cuja primeira medida foi a convocação de mestres voluntários, pessoas que se dispusessem a ir para as entranhas da Sierra Maestra desbravar as inteligências das cabeças camponesas. Duas mil oitocentas e trinta e duas pessoas atenderam a esse primeiro chamado de Fidel e rumaram para as montanhas, onde lhes seria dado o treinamento. Este consistia em aulas de didática, matemática, agricultura e psicologia, as quais tinham o intuito de preparar os mestres para ensinar tanto a crianças quanto a adultos e de instruí-los acerca de como lidar com o trabalhador rural e sua família. Ademais, os mestres recebiam treinamento militar (caso fosse necessário que defendessem a *pátria* de um ataque da contrarrevolução) e foram submetidos à exigência de extremas disciplina e responsabilidade para com o grupo (BARBIERI, 2010, p.4).

A Campanha Nacional de Alfabetização envolvia mais que o letramento formal, exigia tanto uma ação humana de conscientização sobre o direito à educação, quanto também envolvia uma dimensão de conscientização política determinada pela necessidade de defender a Revolução da correlação de forças opositoras, a contrarrevolução. Pelo caráter guerrilheiro que foi atribuído à grande Brigada de Alfabetização em Cuba, a campanha ganhou um forte sentido patriótico e foi fundamental para estabelecer entre os camponeses um forte amor pela Revolução. Os

educadores envolvidos no projeto estavam preparados para ação humana e pedagógica, mas também para pegar em armas e defender o país das garras e da ofensiva imperialista, se assim fosse necessário – e foi.

A vanguarda revolucionária havia experimentado um modelo de organização e conduta durante a guerrilha e era esse o modelo que se tentava ensinar aos mestres voluntários, uma “ascese” baseada em cooperação, coletivização e disciplina. Nesse sentido, o arquétipo do guerrilheiro (tal como ele foi construído ao longo do processo revolucionário) estava associado ao tipo de homem que o projeto educacional cubano queria formar, um indivíduo que, além de possuir ‘a capacidade indispensável de interpretar adequadamente o meio econômico/político/social em que vivia e o momento histórico pelo qual atravessava a pátria, tivesse desenvolvidos os seus sentimentos de solidariedade, de compreensão de seu papel histórico e que fosse dono de sua própria vida’. Era esse o Revolucionário, era assim que deveriam ser os cidadãos da nova sociedade (BARBIERI, 2010).

A atuação da brigada cubana se desenvolveu também na perspectiva de mudança no modo de vida, com orientações sobre saúde e meio ambiente. Essa atuação, tendo a revolução e a libertação como norte, se aproxima das concepções freirianas de educação como prática de liberdade, muito repercutidas no Brasil a partir da década de 1960. É importante dizer que este período histórico, quando experiências de organização popular, de práticas culturais e pedagógicas despontavam por toda a América Latina, parte de situações revolucionárias que aglomeram condições para um levante da classe trabalhadora com ampla possibilidade de ruptura com o poder hegemônico, com vistas a transformações sociais.

O trabalho dos brigadistas não foi exclusivamente de educação “escolar”, tendo-se desdobrado, paralelamente, em uma atividade de assistência social. A eles foi distribuída uma cartilha de saúde pública, que discutia noções de higiene e de cuidado com o meio ambiente. Nesse sentido, cada alfabetizador acabou por converter-se em um funcionário do Ministério da Saúde, trabalhando essa cartilha com os camponeses e aconselhando-os acerca de medidas de prevenção de doenças. Mais ainda: durante o processo de alfabetização foram realizados exames

oftalmológicos na população, que diagnosticaram diversos problemas de visão. (BARBIERI, 2010, p.7).

As sementes da libertação já tinham sido plantadas também no Brasil. A cultura popular se tornava o campo de um movimento político intenso e realizava, em especial no Nordeste, laboratórios de práticas pedagógicas que tinham como base sustentadora a emancipação e a libertação, tomando o futuro como caminho possível e não uma casualidade fatalista, como desejo e sonho a ser construído. A experiência do Movimento de Cultura Popular, com aporte fundamental na teoria e prática freirianas, marcou com os Círculos de Cultura uma importante página da formação política no Brasil, pois tomou o sujeito e a sua história como elementos fundantes do ato de educar, e não um elemento distanciador, como na educação formal hegemônica, que aparta o sujeito dos conhecimentos e vivências proporcionados pela sua inserção nas relações sociais, criando uma fenda na percepção do real. Os Círculos de Cultura também proporcionam uma suspensão do real, a diferença fundamental é que partem da projeção de um cotidiano emancipado, se inter-relacionando à realidade dos sujeitos para questioná-la. Trata-se da projeção do futuro pela sociabilidade presente.

A combinação da leitura do mundo com a leitura da palavra escrita evita a fragmentação do sujeito e seu conhecimento real. Possibilita, de forma integral, a compreensão de si e de sua realidade, bem como as condições para transformar. Realiza a politização.

Durante o período de Ditadura Militar, a prática política crítica foi impedida no país. A ideia de construir um pensamento crítico levou muitos ao exílio e até à morte. A resistência, a ousadia e a criatividade gestadas nos enfrentamentos ao poder da morte, forjaram novas lutas e encorajaram a vida com canções de liberdade.

As Jornadas de Alfabetização experimentadas pelo Movimento Sem Terra (MST) são construídas a partir dos legados das situações e

práticas revolucionárias vividas pela Campanha de Alfabetização Cubana e o método freiriano dos Círculos de Cultura. Em meados da década de 1990, Cuba desenvolve um método de alfabetização baseado na campanha de 1961, com metodologia preparada para que o processo de alfabetização pudesse ser massivo e em curtos períodos de tempo. O método fora utilizado em mais de 30 países², primeiro com roteiros radiofônicos intermediados pela presença do educador e auxílio das cartilhas; depois, adaptado para 65 roteiros de vídeo-aulas, o método “Yo, si puedo” (*Sim, eu posso!*) é, assim, implementado em três meses de alfabetização básica³ – possibilitando que cada alfabetizando conclua o processo escrevendo textos simples, como uma carta. A escrita da carta é o resultado prático esperado por educadores e educandos ao longo da alfabetização, um momento importante para a conclusão da primeira fase e, sobretudo, para a subjetividade dos alfabetizados é um importante exercício de independência e libertação.

A segunda fase do processo de alfabetização na experiência da Jornada no Maranhão conta com mais quatro meses de aprofundamento da leitura escrita, bem como de intervenção e inserção mais direta na realidade dos educandos, nas histórias de vida, nos conhecimentos coletivos produzidos no seio da cultura local. É no encontro entre os dois métodos, cubano e brasileiro, ambos fundados num claro projeto de sociedade e compromisso emancipatório, que se desenvolve a experiência das Jornadas de Alfabetização no MST e a experiência maranhense, atravessados por um acúmulo com as práticas pedagógicas de um movimento social camponês, com mais de trinta anos de experiências com

² Tais como: África do Sul, Argentina, Bahamas, Bolívia, Brasil, Canadá, China, Colômbia, Equador, Espanha, Granada, Guatemala, Guiné Bissau, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Moçambique, Nicarágua, Nigéria, Nova Zelândia, Paraguai, Peru, República Dominicana, Timor Leste, Venezuela.

³ Na Jornada de Alfabetização do Maranhão o método foi desdobrado em quatro meses de aula, já que um dia por semana é dedicado a Plantões Pedagógicos, onde educadores e coordenadores de turma planejam coletivamente as aulas, a partir da avaliação das aulas anteriores.

espaços de sociabilidade, situados entre a luta e a construção de ações culturais com horizonte libertário, combativo e socialista – tendo, portanto, aporte ideológico comprometido com o acesso direto a direitos e políticas públicas, mas também, e principalmente, na luta pela emancipação humana.

Círculo de Cultura e Sim, eu posso! – o encontro de métodos num projeto de emancipação da vida

Em relato concedido às autoras, Gabriela Mello afirma: “O nosso ponto de partida foi: aprender a perguntar. Mostramos e nos questionamos sobre o fato da educação formal preocupar-se tanto em dar respostas em vez de ensinar a perguntar e, a partir disso, surgiram momentos belíssimos, onde as reuniões que deveriam durar uma ou duas horas iam horas adentro”.

Enfileirados e determinados a enfrentar o silêncio da opressão, do medo e da violência, o desejo de libertação da classe trabalhadora colocou em marcha homens e mulheres, entrincheirados pela vida verdadeira realizando as revoluções necessárias.

A sociedade capitalista, na sua produção e reprodução, entende que para seu domínio e sustentação é necessário aprisionar a base material e imaterial de um povo. A concentração da terra, dos bens da natureza, das riquezas produzidas pela humanidade pela exploração do trabalho, tem gerado muitas desigualdades e pobreza. Segundo relatório da Oxfam (set. 2017), a pobreza é realidade de mais de 700 milhões de pessoas no mundo, hoje. As contradições desse modelo gestam disputas, disputas que levam ao caminho – e necessidade – das rupturas.

O ser humano deve ser o sujeito de sua própria libertação, entendendo que na forma de vida, nas relações sociais, econômicas, políticas e culturais em que vive estão as possibilidades de mudança.

Diante disso, as ações do capital e de suas formas de desenvolvimento agem sobre as pessoas com total crueldade. Combinada com a exploração da força de trabalho vem a negação de direitos básicos fundamentais, dentre eles, a educação, o acesso à leitura e à escrita. Corpo e mente, depositários de uma estratégia de dominação de todas as formas de vida. Prisão do corpo e da imaginação.

Romper os laços de submissão e relações de opressão tem sido uma construção permanente de trabalhadoras e trabalhadores, das mais variadas formas. Como em Cuba, quando jovens, inconformados com a situação de exploração, tomaram as montanhas, as ruas e o poder em 1959. E no Brasil, quando os processos revolucionários se espalharam pelo país, com um movimento coeso e politicamente forte em torno da emancipação, ganham vida nas ações a partir de uma perspectiva de revolução cultural, popular, aliada à mudança na superestrutura.

Nesta perspectiva, o Círculo de Cultura, afastado do projeto de transformação da sociedade, é serviço para a hegemonia. Descolar o ato político de estudar dos enfrentamentos reais que demandam as necessidades do povo é desconsiderar todas as relações estabelecidas na construção da existência, na criação e reinvenção da vida.

O Círculo de Cultura não é uma técnica, não pode ser compreendido como um grupo para desenvolver tarefas ou uma roda de conversa sem consequências na vida das pessoas. Temos que cuidar para que o termo não entre em defasagem e confusão generalizada que o desqualifique, desviando-o de sua construção real, que é implementar ações culturais em diálogo com os sujeitos, na disposição de envolvimento nas lutas por direitos. Ação cultural para a liberdade, como nos ensinou Paulo Freire.

MEMÓRIA DA ESPERANÇA

*Na fogueira do que faço
por amor me queimo inteiro.*

*Mas simultâneo renasço
para ser barro do sonho
e artesão do que serei.*

*Do tempo que me devora
me nasce a fome de ser.*

*Minha força vem da frágil
flor ferida que se entreatre
resgatada pelo orvalho
da vida que já vivi.*

*Qual a flama que darei
para acender o caminho
da criança que vai chegar?*

*Não sei. Mas sei que já dança
canção de luz e sombra,
Na memória da esperança.*

(Thiago de Mello)

O Círculo de Cultura é como uma fogueira, junta, alegre e anima as pessoas que a circulam, reflete o brilho dos olhos dos que não se enxergam mais capazes de ser e de saber, revela as subjetividades (negadas, oprimidas), aquece o corpo e as vontades. A fogueira não faz sombra, é luz por todos os lados. Vozes, risos, silêncio, gestos, pensamentos em pleno voo, brotam e bailam como mariposas.

As fogueiras compõem as celebrações, o imaginário e as tradições da humanidade, por exemplo, “os rituais que originaram as festas juninas já foram praticados pelas mais diferentes culturas, em todos os tempos e em todas as partes do Planeta. (...) Elas se originaram nas sociedades pagãs da Europa, antes de Cristo” explica Bárbara Semerene (2007), que salienta ainda que:

[...] as festas ocorrem em junho porque na Europa este é o mês do Solstício de Verão (época em que o sol passa pela sua maior declinação boreal – dias 22 ou 23 de junho), e os povos pagãos comemoravam a chegada desta estação com rituais que invocavam a fertilidade para garantir o crescimento da vegetação, na fartura, na colheita e clamar por mais chuvas. Eles achavam que dependiam dessas manifestações para evitar uma calamidade. Costumavam acender fogueiras e tochas por acreditarem que assim livrariam as plantas e colheitas dos espíritos maus que poderiam impedir a fertilidade. O fogo também representa criação, nascimento, luz original, alegria e elemento que foi divinizado pelo homem. O princípio de vida, revelação, iluminação, purificação.⁴

Elas, as fogueiras, têm motivos e, assim como os Círculos de Cultura, carecem de preparação, seleção de material — da boa seleção depende o fogo —, organização do espaço, mobilização dos participantes, compromissos e desejos com o que se quer celebrar. É preciso organização, método, técnica e conhecimento. A fogueira constrói laços de amizade e camaradagem. Mesmo quando se apaga ainda existe em redemoinho de histórias, suas cinzas se espalham. Deixa marcas na vida dos que se permitem aquecer e participam. Traz lembranças das coisas vividas e “saudades... sei lá de quê!”, como diria Florbela Espanca.

As fogueiras, sinal que se acende, não apenas deixam lembranças, elas também reavivam memórias de histórias, de tempos, causos, dos amores e paixões, dos sujeitos, dos feitos e dos (des)feitos da humanidade.

⁴ Disponível em: <http://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2007/06/18/424137/omo-surgiram.html>>).

Humanidade que, desde sua tenra idade, enfrenta as contradições e experimenta com imaginação o inventar da construção da vida.

Quando trezentos mil trabalhadores na Cuba revolucionária acenderam as primeiras fogueiras, melhor dizendo os lampiões, além da importante tarefa de ensinar a ler e escrever, os 979.207 cubanos não alfabetizados, dos quais 707 mil foram alfabetizados (em 1961), eles construiriam as trincheiras de sustentação da revolução socialista. Os diálogos, as vivências dos alfabetizadores nas comunidades, com as famílias foram processos legítimos de Círculos de Cultura, foram de trocas e imensos aprendizados, de descobertas das humanidades aprisionadas. Na Jornada de Alfabetização do Maranhão:

Entre experiências, desejos, encantos e desencantos, fomos fazendo uma trajetória que nos aproximava cada vez mais dos educandos, educadores e coordenadores e de seus enigmas, suas manifestações culturais, suas produções e socializações. É assim que surge o círculo de cultura em Aldeias Altas. (GABRIELA MELO, em relato concedido às autoras).

Sim, eu posso! e Círculos de Cultura selam um encontro de projetos de sociedade imaginado e realizado no seio da luta de classes, desafiando anos de negação do conhecimento, na formação de sujeitos capazes de se revoltar contra a opressão e exploração, decretar livre a sua vontade.

O princípio de solidariedade e os métodos mediados pela atuação do MST

O Movimento Sem Terra nasce do chão da luta. Dos acampamentos, assentamentos, massacres, anos de espera, os sujeitos da ação política têm, através da resistência, o aprendizado direto com princípios e valores humanizadores que se relacionam aos legados históricos, cultivados pela militância, pelos espaços que se desenvolveram pela organização das mulheres, homens, juventude e crianças camponeses,

gerando uma pedagogia muito própria, vinculada às germinações, às festas e crenças de um povo que tem fé, que acredita e planta o tempo de viver a plenitude da liberdade.

Da necessidade surge a voz do povo.

E aprendemos com a história o valor fundamental da solidariedade. E este valor permeia e rega nossas experiências, os espaços de formação política, as nossas escolas do campo, as nossas cirandas infantis, as nossas brigadas internacionais. A solidariedade nos fortalece em dias de lágrimas. A capacidade de mobilização em favor da urgência do povo move esse espírito coletivo. Por esta razão, o encontro entre os métodos vem permeado das práticas do Movimento: a coletivização da vida, das responsabilidades, das dores e delícias e dos conhecimentos.

Os tempos educativos no método *Sim, eu posso!* e Círculos de Cultura são atravessados por elementos vivenciados pela Pedagogia do MST, como a mística. A mística é um legado histórico dos movimentos populares, é o lugar onde definimos um projeto de sociedade que queremos construir, onde fazemos a crítica da estrutura social. É um espaço sensível de questionamento do mundo, de uma determinada atuação política ou um comportamento que seja prejudicial ao coletivo e assume o lugar sensível da fala como projeção educativa. A mística, na perspectiva da cultura política e popular, é uma forma de aproximação com a arte popular, arte que dialoga com o modo de vida e fala, arte feita pelo povo, para ser apreciada pelo povo, por isso foge dos padrões estilísticos dos grandes teatros, e também por isso, é um instrumento à mão de todos. Ela é humanizadora na medida em que possibilita que todos sejam fazedores de arte, na medida em que possibilita que todos sejam declamadores, poetas, atores da própria vida. Fundamental para o processo de alfabetização e elevação da estima coletiva, considerando a história. Ela nos anima a construir um projeto de libertação da classe trabalhadora.

Para os movimentos sociais especificamente, é possível articular a mística como um elemento constitutivo da Educação Popular, na trajetória

do MST, bem como articular junto ao sentido histórico de “brigada” e “jornada”. Ela é um espaço pedagógico que utiliza linguagens e instrumentos sensíveis conjugados a temas e momentos conjunturais importantes para a formação nos diferentes processos da organização da classe. No caso da jornada, para os tempos/espços educativos e Círculos de Cultura. É um tempo educativo importante, cujo surgimento no campo da organização popular, demarca um caráter social. Pode ser trabalhada também como a formação, ou seja, a possibilidade de um aprofundamento sobre um tema de aula. Sobre um dilema da turma. É usar mais que o discurso formal para comunicar.

Por todos os legados que convocam o MST a se integrar em ações como as Jornadas de Alfabetização, é que resgatamos e nos valem de termos que estiveram presentes nas organizações das frentes de trabalho e atuação de outros coletivos, em muitos outros períodos da história. Por isso, o coletivo empenhado em coordenar o projeto *Sim, eu posso!* e Círculos de Cultura é reconhecido como Brigada, tal como em Cuba. Por isso, o processo de alfabetização nos quinze municípios de menor IDH do Maranhão é chamado de jornada e entendido pela militância e pelo conjunto do Movimento Sem Terra como tarefa militante, movida pela solidariedade – internacional.

Os Círculos de Cultura nessa experiência repõem a potencialidade de mobilização, organização e formação das ações, pois proporciona a vivência não apenas humanizadora, de integração, mas crítica. Não apenas baseada na realidade, mas com abertura para imaginação de outras realidades. Não apenas de construção de novos saberes, mas de vínculos solidários e sensíveis entre sujeitos, pois a solidariedade, a cooperação e emancipação são valores inerentes à educação e ao processo de ensino-aprendizagem quando esta é pensada num processo dialético de formação do sujeito, ser social, diferenciando-se da educação formal puramente técnica. Os Círculos de Cultura quando se vinculam à mística, permitem que os sujeitos se percebam numa condição criadora que até aquele momento lhes havia sido negada, e a nossa timidez histórica, ensinada pela

chibata como forma de subserviência, vai sendo questionada e burlada pela força da cultura – uma cultura política, com posicionamento claro. Ter um movimento social como mediador dessa experiência é interessante pela força popular de ação transformadora, de incidência, de interferência num cotidiano que, ao longo de anos muitos da história de um povo escravizado e marginalizado, se manteve inquestionado e se travestiu de imutável. A experiência da primeira fase nos mostrou que força uma Jornada de Alfabetização pode ter na vida social de um município quando o compromisso assumido é com o povo, quando o compromisso assumido recorda as revoluções e vitórias da classe trabalhadora. Para nós, sem ação transformadora, os Círculos de Cultura não cumprem sua função primordial – a educação como prática de liberdade.

Essas intervenções permitiram-nos questionar a nossa própria prática de se reinventar, onde nos foi feito uma leitura de mundo que nos cerca, e das práticas educacionais que antes nos foram oferecidos, uma vez que nosso coletivo era formado por profissionais da área educacional formal e alguns que tinham apenas saído da escola (GABRIELA MELO, em relato concedido às autoras).

Círculo de Cultura – experiências e vivências na Jornada de Alfabetização no Maranhão

As inquietações tomaram conta do processo de formação dos brigadistas, sobre como fazer a passagem do trabalho com o método *Sim, eu posso!*, que tem os tempos educativos definidos, com as vídeo-aulas que orientam o trabalho. A segurança do método cubano pela eficiência e sucesso, abria lugar para as incertezas no desafio dos Círculos de Cultura. Estávamos saindo da área de conforto e entrando no mundo dos conflitos. Conflitos gerados pela ação pedagógica transformadora.

O Círculo de Cultura, como parte integrante da Jornada de Alfabetização do Maranhão, tem como principais objetivos, dar continuidade ao processo de alfabetização dos jovens, adultos e idosos

iniciados no método *Sim, eu posso!* consolidando, aprimorando e motivando o gosto pela leitura e pela escrita; estimular o educando para a reflexão da realidade com vista na formação da consciência para ação.

Entendemos os Círculos de Cultura como um importante espaço de diálogo com as comunidades, no sentido de consolidar uma prática política reflexiva. Como mobilização que envolve os educandos em torno dos debates de problemas de sua realidade, de reflexões sobre o sentido da vida e de suas criações.

A relação dialógica entre educadores e educandos significou um processo educativo de valorização dos sujeitos, de suas histórias, valores, necessidades e desejos. Transforma o ato de educar numa guerra contra a negação e a subordinação dos saberes. Instrumentaliza as ações do tempo presente e as coloca em condições de transcendência.

Uma das questões bem bacanas, tipo assim no São Raimundo, se descobriu a partir do Círculo de Cultura lá, que teve luta pela terra fortíssima, muito assassinato, essas coisas todas assim, as pessoas, na medida que chegou o Círculo de Cultura e começaram a discutir assunto das comunidades, e as falarem que tinha reuniões clandestinas nas casas dos pais, os pais faziam parte daquelas reuniões secretas, discutiam, veio muito na memória das pessoas as lutas anteriores da terra, você conseguiu mexer nessa questão (MARQUINHOS MONTEIRO, em relato concedido às autoras).

Entrincheirados em oito municípios na primeira fase, e em quinze na segunda, brigadistas militantes têm muito a dizer:

A vivência na comunidade, o Círculo de Cultura tem um papel fundamental, no sentido, no despertar das pessoas. As pessoas saberem de onde vem, porque vieram, questões interessantes que nós discutimos. Muita gente lá de São Raimundo é do Ceará, foram buscar lá na lembrança das pessoas, fizeram até um trabalho nas comunidades, ir atrás das pessoas mais vividas ou mais velhas das comunidades pra eles contarem histórias da comunidade, Isso foi bem bacana. Outra coisa bem interessante é a questão do conhecimento empírico das pessoas e o

conhecimento na questão dos artesanatos que não se valorizava tanto mais... Na medida em que as pessoas começaram a construir isso, no seminário final deu pra perceber a grandeza do conhecimento das pessoas, o despertar pra valorização do ser humano. Que você saia de aluno e vai ser professor, as pessoas ensinarem a fazer cofos, diversas coisas de artesanato. Isso foi muito interessante. Que a comunidade começou a valorizar aquelas pessoas que viviam ali e que parece que estavam meio que esquecidas. A questão das músicas, das danças, foi uma questão bem bacana onde consegui discutir o *Sim, eu posso!* nessa questão freiriana [...]. Um despertar para não parar de estudar, pra voltar a discutir a questão da educação no campo. Você saiu do *Sim, eu posso!*, o que que vou fazer agora? Vai ser a EJA, você ir lá pra discutir com a prefeitura, isso tudo foi discutido onde eu acompanhei (MARCOS MONTEIRO, em relato concedido às autoras).

E ainda:

Lembro de um texto que lemos de Paulo Freire, que nos levou a um debate lindo onde ele dizia: “em lugar do professor, com tradições fortemente doadoras, está o coordenador de debates, em lugar da aula discursiva, o diálogo; em lugar do aluno, com tradições passivas, o participante do grupo; em lugar dos pontos e de programas alienados, a programação compacta, reduzida e codificada em unidade de aprendizado”. Nos círculos eram atendidas as dinâmicas onde os educadores organizavam os saberes, as coisas e a aprendizagem em relação aos conhecimentos prévios. Esse processo de aprendizagem onde a reflexão é parte fundamental nos assustava no início, pois tínhamos o receio de não sabermos dar a resposta e ao longo do processo aprendemos que não tínhamos que dar a resposta e sim refletirmos e coordenar os debates, a arte, a criatividade foram sempre presentes, sem falar da participação de cada educando, que com o passar do tempo sentia-se cada vez mais empoderado. Claro que íamos pros debates preparados, onde estudos e planejamentos prévios eram feitos, para que em sala de aula conduzíssemos da melhor forma possível cada debate. Compreender a diversidade de aprendizagem e de intervenção era outro fator que nos preocupava, mas com o passar das aulas tornava-se um evento e sempre quando os participantes com voz e autoria se faziam presentes era uma festa, desde uma receita de bolo a um poema, de como plantar usando as fases da lua até de como sentar-se corretamente (GABRIELA MELO, em relato concedido às autoras).

Então, dado ao povo o direito à fala, à leitura e à escrita, dada a vivência coletiva proporcionada pela prática cultural emancipadora, reafirmamos: libertação é luta pela felicidade.

Considerações Finais

A Jornada de Alfabetização, *Sim, eu posso!* e “Círculos de Cultura” vem se configurando como força política quantitativa e qualitativa nos oito municípios de sua atuação, tendo em vista o compromisso efetivo estabelecido no ato de aprender e ensinar, na superação da dispersão pedagógica, presente em muitos programas, e pela ação coletiva das políticas de governo e movimentos populares.

Sempre que nossos algozes tentam nos destruir e nos golpeiam a ferro e fogo, somos interrogados:

— Por que vocês cantam?

— Por que vocês dançam?

E os poetas, o próprio povo, dizem:

(...) porque o rio está soando

e quando soa o rio / soa o rio

(...) porque o cruel não tem nome

embora tenha nome seu destino

cantamos pela infância e porque tudo

e porque algum futuro e porque o povo

cantamos porque os sobreviventes

e nossos mortos querem que cantemos

— ¿Por qué no te callas?⁵
(...) porque o grito só não basta
e já não basta o pranto nem a raiva
(...) porque cremos nessa gente
e porque venceremos a derrota

(...) porque o sol nos reconhece
e porque o campo cheira a primavera
e porque nesse talo e lá no fruto
cada pergunta tem a sua resposta

(...) porque chove sobre o sulco
e somos militantes desta vida
e porque não podemos nem queremos
deixar que a canção se torne cinzas.

(Mario Benedetti)

A Jornada de Alfabetização no Maranhão acontece, a despeito de todo ódio, retrocesso e expropriação de direitos, como ação contra-hegemônica, na conspiração coletiva de uma prática emancipatória. “Todo homem tem direito à educação e em troca deve ensinar os demais” (José Martí).

Pra cantar, pra dizer, pra versar, pra gritar...

Alfabetizar! Alfabetizar!

⁵ Frase dita pelo Rei da Espanha durante a XVII Conferência Ibero-Americana, realizada na cidade de Santiago do Chile, no final de 2007, ao Presidente da Revolução Bolivariana, Hugo Chávez.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, Mariana de Castro. **A Campanha Nacional de Alfabetização Cubana como Pedagogia do Oprimido: uma canção amiga**. Disponível em: <http://apl.unisuam.edu.br/augustus/pdf/rev_augustus_n28_2010___CULTURAL_Texto_04.pdf>. Acesso em: 17 set. 2017.

PEREIRA, Manuel. **Rebeldes Sem Armas: alfabetizadores cubanos em ação**. São Paulo: Editora Ática, 1989, p.5, 6, 28.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural como prática de liberdade e outros escritos** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2015.

SEMERENE, Bárbara. **“Como Surgiram?”**. Disponível em: <<http://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2007/06/18/424137/omo-surgiram.htm>>. Acesso em: 1 out. 2017.

FREIRE, Paulo. Educação: o sonho possível. In: BRANDÃO, C. E. (Org.). **Educador: vida e morte**. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p.20.

DO QUE PODEM NOS DIZER OS NÚMEROS DA PRIMEIRA FASE DA JORNADA DE ALFABETIZAÇÃO DO MARANHÃO

Lizandra Guedes, Maria Inez Pinheiro e Ronaldo Batista¹

“Nem tudo nesta vida e modelar,
mas tudo é exemplar”

(Marcel Proust)

A Jornada de Alfabetização do Maranhão teve início efetivo em março de 2016, mas já era acalentada em nossos sonhos, luta e conspiração muito antes de se concretizar. No canto triste e esperançoso de escravos sob as chibatadas, nas greves de imigrantes que traziam em sua bagagem os ideais de igualdade, nos manifestos de educadores que ousaram proclamar a educação para todos, nas revoluções populares de nossos irmãos franceses, russos, espanhóis, cubanos, nicaraguenses e outros tantos que a proclamaram como pilar de um novo mundo, o Movimento Sem Terra se inspirou e se entrincheirou no combate ao analfabetismo em assentamentos e acampamentos da reforma agrária, se dispondo a partilhar este sonho com todo o povo pobre.

Aproveitar a brecha histórica de um governo como o de Flávio Dino (2014-2018), que assumiu o compromisso de diminuir a desigualdade social no Maranhão, foi o que o Movimento Sem Terra fez ao embarcar nesta jornada. O convite do Governo do Estado coadunou com reivindicações antigas do MST-MA, calcado na convicção de que reduzir a

¹ Lizandra Guedes é pedagoga, mestre em Psicologia e doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP) e militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, integra a Brigada Nacional de Alfabetização Saleté Moreno como Coordenadora Político Pedagógica da Jornada de Alfabetização do Maranhão. Maria Inez Pinheiro é bacharel em Direito pela UFG e militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, integra a Brigada Saleté Moreno como Coordenadora Político Pedagógica da Jornada de Alfabetização do Maranhão. Ronaldo Batista é bacharel em Serviço Social pela UFRJ e militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, integra a Brigada Saleté Moreno como Coordenador Político Pedagógico da Jornada de Alfabetização do Maranhão (fase 2).

enorme taxa de analfabetismo no estado, que atinge 20,5% de sua população (IBGE, 2010), é condição essencial para avançarmos na luta por justiça social e na efetiva participação popular. Assim se estabelece a parceria entre Governo do Estado, representado pela SEDIHPOP e SEDUC², e o MST, ao qual caberia a coordenação política e pedagógica da Jornada, enquanto o governo garantiria suas condições políticas e financeiras. Foram meses de intenso debate e estudo para que definíssemos a abrangência e as estratégias de atuação para esta primeira fase de Jornada, que partiu da compreensão de que o território de atuação seria justamente aquele compreendido pelo Plano Mais IDH.

Em linhas gerais, este Plano pretende atuar nos 30 municípios maranhenses de menor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), nas áreas de saúde, educação, renda e participação popular, no sentido de elevar estes índices, sendo a Jornada de Alfabetização uma das 13 ações da área educacional a integrá-lo. Restava-nos definir, dentre estes municípios³, em que a taxa de analfabetismo varia de 20,5% (Cajari) e 40% (Marajá do Sena), quais seriam foco de nossa atuação, ficando definidos os seguintes municípios: Água Doce do Maranhão, Aldeias Altas, Governador Newton Bello, Itaipava do Grajaú, Jenipapo dos Vieiras, Santana do Maranhão, São João do Caru e São Raimundo do Doca Bezerra.

A seleção dos municípios a serem contemplados pela 1ª fase Jornada de Alfabetização do Maranhão partiu de uma análise da conjuntura política local, tendo sidos priorizados os municípios em que a Jornada poderia contar com maior apoio, seja do poder público local, seja de demais lideranças sociais, já que a tarefa da alfabetização, para ser bem sucedida, precisa ser assumida como uma tarefa do conjunto da sociedade. Desta feita, estes municípios estavam localizados geograficamente em diferentes regiões no território maranhense e em posições bastante díspares no ranking do IDHM, mas todos carregavam a triste marca de um

² Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular e Secretaria Estadual de Educação, respectivamente.

³ O Plano Mais IDH e os 30 municípios que abrange estão descritos em artigo desta publicação: BERNAT, Isaac Giribet. Maranhão e o desafio da alfabetização.

exacerbado índice de analfabetismo. Segundo o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (Imesc), citando dados do censo do IBGE de 2010, estes têm populações variando entre 6.090 e 23.952 e taxas de analfabetismo entre 34,2% e 38,1%, todas bem acima do percentual do estado (IBGE, 2010).

Tabela 01: Municípios, população e porcentagem de analfabetos abrangidos pela Jornada.

MUNICÍPIOS DE ATUAÇÃO	POSIÇÃO NO RANKING IDHM	POPULAÇÃO EM 2010	POPULAÇÃO ANALFABETA MAIOR DE 15 ANOS	% ANALFABETISMO
Água Doce do Maranhão	5º	11.581	2.836	36,1
Aldeias Altas	13º	23.957	5.771	37,7
Governador Newton Bello	25º	11.921	2.771	36,2
Itaipava do Grajau	19º	14.297	3.071	34,2
Jenipapo dos Vieiras	3º	15.440	3.291	34,2
Santana do Maranhão	8º	11.661	2.629	34,4
São João do Caru	7º	12.309	2.635	34,9
São Raimundo do Doca Bezerra	15º	6.090	1.523	38,1
TOTAL DE POPULAÇÃO		106.530	24.340	

Fonte: IMESC, 2016. Elaboração Coordenação Político Pedagógica da Jornada. 2016.

A partir desta definição passou-se ao estabelecimento das metas de mobilização e alfabetização pretendidas para cada município, visando a organização das turmas, quantificando também o número de educadores e coordenadores de turmas necessários para a condução da Jornada, para além da Brigada Nacional Salete Moreno, responsável pela Coordenação

Municipal e Estadual da Jornada. Antes de passarmos às metas, vale retomar como ficou estabelecida a organicidade da Jornada:

- cada turma seria constituída por 20 educandos e um educador
- cada conjunto de 10 turmas formaria um Núcleo de Turmas, sob responsabilidade de um Coordenador de Turmas
- cada cinco Núcleos de Turmas (até 50 turmas), seria acompanhado pela 1 Coordenação Municipal
- cada Coordenador Estadual acompanharia 2 municípios.

Após o estabelecimento das metas, chegamos a este desenho para desenvolver as ações da 1ª fase da Jornada:

Tabela 02: Municípios, população e porcentagem de analfabetos abrangidos pela Jornada.

MUNICÍPIOS DE ATUAÇÃO	POPULAÇÃO ANAFABE-TA MAIOR DE 15 ANOS	META DE EDUCANDOS	IMPACTO	Nº DE TURMAS / EDUCADORES	Nº DE COORDENADORES DE TURMAS	Nº DE COORDENADORES MUNICIPAIS
Água Doce do Maranhão	2.836	1.520	54%	76	8	2
Aldeias Altas	5.771	2.820	49%	141	14	3
Governador Newton Bello	2.771	1.520	55%	76	8	2
Itaipava do Grajau	3.071	2.000	65%	100	10	2
Jenipapo dos Vieiras	3.291	1.800	54%	90	9	2
Santana do Maranhão	2.629	2.000	76%	100	10	2
São João do Caru	2.635	1.580	60%	79	8	2
São Raimundo do Doca Bezerra	1.523	800	52%	40	4	1
TOTAL	24.340	14.040	--	702	71	16

Fonte: IMESC, 2016 e MST, 2016. Elaboração Coordenação Político Pedagógica da Jornada. 2016.

Desta feita, após o processo de preparação da Brigada do MST, fomos para os municípios para realizar o trabalho de mobilização de educadores e coordenadores de turma, que foram selecionados por edital, prioritariamente entre os habitantes de cada município e, o mais importante, convencer jovens, adultos e idosos analfabetos a ingressarem conosco nesta jornada.

Convencer uma trabalhadora ou trabalhador a voltar a estudar não é tarefa fácil, ainda mais no curto tempo de que dispúnhamos para realizar a mobilização. São inúmeras as desculpas e impedimentos reais colocados pelos futuros educandos e que expressam as marcas de quem passou muito tempo submetido à negação de direitos fundamentais: “meu filho, meu tempo já passou”, “papagaio velho não aprende a falar”, “já tô velho pra ir pra escola”, “tenho muita coisa pra fazer na minha roça”, “meu marido não vai gostar”, “minha vista é ruim”, “sou ‘rudo’ e não presto pra isso”, “se não aprendi quando menina, imagina agora”... e tantos outros argumentos que tiveram que ser refutados um a um, até que depois de muita prosa finalmente se decidiam por fazer a inscrição. Além, das questões referentes à lida da vida cotidiana – idade avançada, pouca saúde, dificuldade de visão, trabalho na roça, machismo, etc. – também havia uma enorme descrença do povo em relação a programas governamentais desta natureza, pois não foram poucas as vezes que se inscreveu num projeto que simplesmente não aconteceu. Após a fase de mobilização atingimos o seguinte resultado:

Como demonstrado na tabela acima, poucos municípios atingiram sua meta de mobilização, que variou entre 47% (Jenipapo dos Vieiras) e 76% (São Raimundo do Doca Bezerra) de educandos mobilizados, tendo apenas Aldeias Altas superado sua meta. Entre os fatores que colaboraram para este resultado encontra-se o pouco tempo e reduzida equipe para a mobilização, a resistência de muitos potenciais educandos a voltarem aos estudos, o período de chuvas em que esta ação foi realizada, que dificultou muito o acesso a povoados distantes e o fato de existirem outros programas, como o Brasil Alfabetizado, implantados nos municípios, que embora não estivessem em funcionamento naquele momento absorviam

parte de nosso público alvo. Outro fator que vale ser destacado como entrave à abertura de turmas foi o número de educandos necessário para sua abertura (20 educandos), número muito alto se considerarmos o tamanho de diversas comunidades rurais.

Tabela 03: Municípios, metas e quantidade de educandos mobilizados e turmas formadas.

MUNICÍPIOS DE ATUAÇÃO	META DE EDUCANDOS	META DE TURMAS	Nº DE EDUCANDOS	Nº DE TURMAS
Água Doce do Maranhão	1.520	76	853	62
Aldeias Altas	2.820	141	3.010	141
Governador Newton Bello	1.520	76	948	54
Itaipava do Grajau	2.000	100	1.485	91
Jenipapo dos Vieiras	1.800	90	852	74
Santana do Maranhão	2.000	100	1.508	92
São João do Caru	1.580	79	1.200	76
São Raimundo do Doca Bezerra	800	40	610	38
TOTAL	14.040	702	10.466	628

Fonte: MST, 2017. Elaborado pela Coordenação Político Pedagógica da Jornada. Abril de 2016.

Feita a mobilização, a previsão para o início das aulas era de um mês, contudo a Jornada sofre um grande atraso no processo seletivo e entrega de materiais e as aulas vão começar quase três meses após o previsto, implicando em uma nova quebra no número de educandos mobilizados. O fantasma da pouca seriedade de programas de alfabetização e o risco de aumento do índice de evasão volta a rondar os educandos. Muitos desses sujeitos já estiveram matriculados em programas de alfabetização e muitas são as narrativas de desistência no meio do

caminho, principalmente pela fragilidade de alguns programas em não conseguirem alcançar o objetivo de ensinar o povo a ler e escrever.

Quando anunciamos o início das aulas, não foram raras as narrativas que apontavam esta fragilidade: “quero só ver, isso aí é igual a todos os outros que já passaram por aqui, inicia, e com pouco tempo as turmas serão fechadas e esse pessoal da coordenação vai embora”, ou ainda, “eu já frequentei outras turmas, mas não consegui aprender nada, não aprendo mais, estou velho” e, outras vezes para encurtarem conversa, diziam, “vai, deixem meu nome, me matriculei para ajudar a minha vizinha, que é educadora, mas não vou não”. E de fato, uma parte daqueles que se inscreveram não chegou a frequentar as aulas ou as abandonou em um curto espaço de tempo.

Tabela 04: Municípios, metas, quantidade de educandos mobilizados e frequentes.

MUNICIPIOS DE ATUAÇÃO	META DE EDUCANDOS	Nº DE EDUCANDOS INSCRITOS	Nº DE EDUCANDOS FREQUENTES
Água Doce do Maranhão	1.520	853	665
Aldeias Altas	2.820	3.010	2.930
Governador Newton Bello	1.520	948	873
Itaipava do Grajau	2.000	1.485	1.319
Jenipapo dos Vieiras	1.800	852	720
Santana do Maranhão	2.000	1.508	1.336
São João do Caru	1.580	1.200	1.140
São Raimundo do Doca Bezerra	800	610	509
TOTAL	14.040	10.466	9.492

Fonte: Balanço elaborado pela Coordenação Político Pedagógica da Jornada. Junho de 2016.

A tabela 4 nos indica que houve uma perda de quase 10 % do público inscrito (974 educandos) entre a mobilização (março/abril de 2016) e o início das aulas (junho de 2016). No entanto, aqueles que persistiram e frequentaram as aulas nos trouxeram belos relatos de como puderam ter uma experiência distinta com a Jornada, em que se sentiram respeitados pela equipe pedagógica, sempre presente e compromissada, e de que de fato tinham tido a oportunidade de aprender a ler e escrever.

Foram doze meses de Jornada, de março de 2016 a fevereiro de 2017, onde tivemos quatro meses entre mobilizações, formações e seminários e oito meses de aulas. Durante este período, mais de 10 mil pessoas foram diretamente envolvidas na Jornada, seja como educandos/as, ou como membros da equipe pedagógica.

Tabela 05: Sujeitos envolvidos diretamente na Jornada de Alfabetização.

SUJEITOS ENVOLVIDOS NA JORNADA	Nº DE ENVOLVIDOS
Educandos/as	9.492
Educadores/as	628
Coordenadores/as de Turmas	71
Coordenadores/as Municipais	16
Coordenadores Estaduais	4
Orientadores pedagógicos voluntários	6
TOTAL	10.217

Fonte: MST, 2017. Balanço elaborado pela Coordenação Político Pedagógica da Jornada. Fevereiro de 2017.

O fazer pedagógico da Jornada, vinculado às práticas da educação popular, acabou por mobilizar muitos outros sujeitos, do poder público local e lideranças comunitárias, que se uniram a nós apoiando nossas ações com infraestrutura e politicamente, à população em geral, que participou de nossas atividades político-culturais e contribuiu com o que podia para que as aulas acontecessem, às vezes cedendo o quintal de sua casa para que uma turma funcionasse, um bolo para comemorar o aniversário de um educando que nunca havia tido uma festa, ou estimulando um parente ou

vizinho a seguir estudando. Os frutos deste amplo processo de mobilização popular se expressam nos resultados finais da Jornada:

Tabela 06: Resultado final de alfabetizados pela 1ª fase da Jornada de Alfabetização do Maranhão.

MUNICÍPIOS DE ATUAÇÃO	POPULAÇÃO ANALFABETA MAIOR DE 15 ANOS	META DE EDUCANDOS	Nº DE EDUCAN-DOS INSCRITOS	Nº DE EDUCANDOS FREQUENTES	Nº DE EDUCANDOS ALFABETIZADOS	IMPACTO NO Nº DE ANALFABETOS
Água Doce do Maranhão	2.836	1.520	853	665	499	17,6%
Aldeias Altas	5.771	2.820	3.010	2.930	2.197	38%
Governador Newton Bello	2.771	1.520	948	873	655	23,64%
Itaipava do Grajau	3.071	2.000	1.485	1.319	989	32,2%
Jenipapo dos Vieiras	3.291	1.800	852	720	540	16,4%
Santana do Maranhão	2.629	2.000	1.508	1.336	1.002	38,11%
São João do Caru	2.635	1.000	1.200	1.140	855	32,44%
São Raimundo do Doca Bezerra	1.523	800	610	509	382	25%
TOTAL	24.340	14.040	10.466	9.492	7.119	

Fonte: MST, 2017. Balanço elaborado pela Coordenação Político Pedagógica da Jornada. Fevereiro de 2017.

Como aponta a tabela 6, dos 9.492 educandos que concluíram a Jornada, 7.119 foram alfabetizados, indicando que em média 75% dos

matriculados conseguiram aprender a ler e escrever. Certamente este é um percentual de alfabetização bastante elevado, que revela a eficiência pedagógica do método *Sim, eu posso!* e dos Círculos de Cultura, no entanto, a avaliação realizada pela Brigada de Alfabetização Saete Moreno, em seu relatório final (2017) aponta que estes resultados poderiam ser ainda melhores, inclusive do ponto de vista da ampliação dos índices de mobilização de educandos e queda no índice de evasão, caso alguns entraves fossem superados.

O principal entrave foi a demora nas ações oftalmológicas, realização de consultas e fornecimentos dos óculos, que não estavam no escopo do projeto, mas que foram assumidas de serem realizadas conjuntamente pelas Secretarias Estaduais de Saúde e de Educação. De antemão a Brigada de Alfabetização do MST alertava que o sucesso da Jornada dependeria destas ações, pois cerca de 80% dos educandos/as matriculados tinham algum problema de visão, tanto que das 6.332 consultadas realizadas foram fornecidos 5.620 óculos. Estas ações estavam previstas para acontecerem logo no início das aulas, no entanto, foram realizadas integralmente somente na primeira quinzena de dezembro de 2016, após quase seis meses de aula. Este fato comprometeu consideravelmente a aprendizagem dos educandos e impulsionou a evasão, pois, com dificuldades em enxergar, tinham maior dificuldade em assimilar o conteúdo e realizar as tarefas, acabando por se desestimular a permanecer em sala de aula. Os demais entraves, como o curto tempo de mobilização com reduzida equipe e a demora para o início das aulas após a mobilização já foram tratados neste artigo, entraves estes que numa próxima fase da Jornada devem ser tratados com bastante atenção para que alcancemos resultados ainda mais satisfatórios.

Mas os números não nos revelam tudo, neles não se expressam resultados de outra natureza, talvez imensuráveis por sua sutileza, sentidas e vistas a olho nu por todos aqueles que participaram da Jornada, mas incaptável pela frieza estatística. Como medir a alegria da descoberta das letras, da leitura das primeiras placas, do bilhete enviado pela professora do filho? Como quantificar o fim da subjugação a favores, nem sempre gratuitos, para resolver as burocracias da vida? Com qual equação se

calcula o quanto se recobrou de dignidade ao poder trocar o documento de identidade? É possível colocar em porcentagem o quanto de sonho e de esperança no futuro a Jornada alimentou em seus educandos, educadores e em nós?

Considerações finais

“A emoção de escrever o meu nome pela primeira vez foi de ter renascido”.

(Paulina Pereira da Silva, 74 anos,
educanda da Jornada de Alfabetização
do Maranhão).

A Jornada de Alfabetização do Maranhão foi muito mais do que ensinar a ler e escrever, foi um belíssimo processo de mobilização popular, que pôs os municípios em movimento com atividades políticas, de formação e culturais, que elevaram o nível de consciência de nosso povo, sua capacidade de refletir sobre a realidade, de se saberem sujeitos da história. Muitos passos foram dados no processo de emancipação humana, alimentando no povo a capacidade de projetar outro futuro, de cobrar a dignidade há tanto tempo negada, a capacidade de sonhar com uma vida melhor, justa e igualitária.

Os resultados aqui apresentados repõem em nós a convicção de que possível e viável a implantação de políticas públicas de combate ao analfabetismo, visto que em apenas um ano de trabalho, dos quais oito meses foram de aulas, conseguimos reduzir em até 38% o número de analfabetos nos municípios de atuação. Para ter-se uma ideia, segundo o Imesc (2016), Santana do Maranhão demorou dez anos para reduzir o analfabetismo em 16,6% (2000-2010) e apenas um ano para reduzi-lo em mais de 38%. No entanto, não se trata de um milagre, trata-se de compromisso. E ainda mais, para que isso aconteça é preciso reafirmar que o analfabetismo não é uma sina de desvalidos, mas está engendrado nos mecanismos mais cruéis de dominação social, e que para combatê-lo ensinar a ler e escrever não são ferramentas suficientes. É preciso organizar

uma leitura coletiva sobre a própria história e do mundo, reconhecer-se como pertencente a uma classe, a classe trabalhadora, e instigar a possibilidade de mudança da realidade social. É preciso ainda que toda a sociedade se convença de que negar o direito a ler e escrever a qualquer ser humano é um crime, uma desumanidade que não pode mais ser admitida.

Muitas histórias de solidariedade, superação e lutas se misturam para formar esta Jornada, que tal qual o Elefante, de Carlos Drummond de Andrade (2002), segue pelos municípios “à procura de amigos, num mundo enfasiado, que já não crê em bichos e duvida das coisas”, mas nossa Jornada, ao contrário do melancólico paquiderme do poeta, é acolhida pelo povo e fortalecida por ele, resultando num belo processo que vai para muito além da alfabetização. Após os oito meses de aula, 9.492 maranhenses puderam coletivamente revisitar sua história e a história de onde vivem, formando a convicção de que ela está nas nossas mãos e pode ser transformada e 7.119 maranhenses podem por no papel sua história, seus sonhos e ampliar sua leitura do mundo com a leitura de livros. Ainda há muito por fazer, sabemos disso, e nos dispomos a seguir nas trincheiras, combatendo com firmeza e doçura por um mundo justo, igualitário e humano, pois como afirma o poeta: “amanhã recomeço”.

REFERÊNCIAS

DRUMMOND, Carlos de Andrade. O Elefante. In: **A rosa do povo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTADÍSTICA. **Censo Demográfico**. 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 18 set. 2017.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS. **Diagnóstico Preliminar – Plano de Ação Mais IDH**. 2015. Disponível em: <<http://www.imesc.ma.gov.br/index.php/publicacoes/132/view/74/Relat%C3%B3rios%20T%C3%A9cnicos/93/plano-de-acao-mais-idh-iagnostico-preliminar>>. Acesso em: 11 set. 2017.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA.
**Relatório final da 1ª fase da Jornada de Alfabetização do Maranhão –
2016/2017.** Mimeo. São Luís, 2017.

SIM! PODEMOS!

Carlos Rodrigues Brandão

Podemos alfabetizar mulheres e homens dizendo “Eva viu a uva”. E podemos alfabetizar dizendo “Eva vive a luta”.

Assim, podemos ajudar pessoas a se autoalfabetizarem aprendendo a ler e a escrever apenas as palavras de sua língua natal. E podemos. Sim, nós podemos! Ensinar pessoas a que aprendam a ler as palavras de seus mundos de vida e de destino.

Isto porque além de habitarmos mundos feitos de palavras, de frases, de mensagens faladas e escritas, de gramáticas, de livros e de literaturas, nós vivemos também em mundos sociais e culturais com outras gramáticas.

Existem duas maneiras de alfabetizar. Uma é a alfabetização que ensina. Outra, a alfabetização que educa. Uma a que transforma o “analfabeto” em um “alfabetizado”. Outra a que transforma uma pessoa muitas vezes sábia, desde os saberes de sua cultura, em uma pessoa que agora lê e escreve não apenas o que ela sabe, mas também o que pensa.

O trabalho de educação popular através da alfabetização, tal como foi praticada no Maranhão de agora, e tal como foi descrito aqui em seus vários momentos e suas dimensões, foi realizado como uma verdadeira “cruzada de encontros e diálogos” com esta vocação: ensinar para que se aprenda não apenas a saber ler e escrever, mas para saber ler criticamente a vida social, o mundo em que se vive; é necessário saber para agir de modo a transformar o mundo em que se vive no mundo em que se deseja e se merece viver.

Uma alfabetização destinada a ensinar de modo que quem aprende aprenda a saber ler as ideias e as palavras de outros. E aprenda também a escrever as suas próprias ideias. Pois alfabetizar-se por inteiro é isto. Aprender a tornar-se uma pessoa criativamente crítica, ativa e participativa. Uma mulher ou um homem que se une aos outros para fazer a sua parte naquilo que, juntas e juntos, nós podemos fazer para

mudar a nossa sociedade e construir “um outro mundo possível”.

Um ponto importante em uma experiência de alfabetização crítica e conscientizadora está em que nela quem ensina, como uma alfabetizadora, como um monitor, como um educador, enfim, é uma pessoa que não está acima de seus alunos, como na “educação bancária” de que falava Paulo Freire. Pois cada pessoa que chega a um ciclo de alfabetização para aprender, é considerada como uma fonte original de seu saber.

Cada pessoa possui um valor em si mesma, e não deve ser comparada com as outras. Eu não sei o que sabe uma cozinheira que faz a comida de que me alimento. Pouca coisa sei do trabalho da família camponesa que semeou, cuidou e colheu os frutos da terra que agora estão na mesa diante de mim. Pouco sei dos saberes do carpinteiro que fez a mesa. Eu não poderia morar numa casa se não fosse o pedreiro que soube construí-la, o saber dele é um saber popular.

E o que ele sabe como um operário é um conhecimento que não vale menos do que o meu, que é um saber de um professor. Todos os diferentes saberes possuem qualidades diferentes.

E talvez o lavrador da terra viva sem mim, mas eu não viveria sem ele.

Boa parte do que está sendo praticado no Maranhão é construído a partir da ideia de que eu não sou uma pessoa que sabe mais do que outras, e que vai ensinar a quem não sabe. Eu vou interagir os meus saberes, valores, emoções com os de outras pessoas. E a partir daí constituiremos entre nós uma comunidade de sabedores. Um conjunto de pessoas que vão aprender entre trocas de afetos e de saberes.

Uma das bases do trabalho descrito aqui está na ideia de que ninguém educa ninguém, e ninguém se educa sozinho. A educação deve ser um ato coletivo e solidário, e não pode ser imposta. Porque educar é uma tarefa de trocas entre pessoas. E não pode ser nunca feita por um sujeito isolado, mas entre pessoas que vivem juntas o que entre elas todas “se ensinam-e-aprendem”.

A experiência maranhense de alfabetização descrita neste livro deve ser lida como uma lição de esperança. No Maranhão, algumas alfabetizadoras e alfabetizadores do MST não estão apenas alfabetizando. Estão educando como alfabetizadores. E, como bons educadores, não vieram ao Maranhão apenas para ensinar. Vieram para aprender enquanto ensinam pessoas que os ensinam enquanto aprendem.

Certa feita um poeta alemão, chamado Bertold Brecht, cuja vida foi dedicada ao povo, escreveu isto:

Se não morre aquele que planta uma árvore, e nem morre aquele que escreve um livro, com mais razões não deve morrer um educador, pois ele semeia nas almas e planta nos espíritos.

Entre as pessoas do campo e da cidade no Maranhão e os “militantes da alfabetização” que vieram de longe e de perto o que se está fazendo é bem um “semear nas almas e nos espíritos”. E também nas mentes que pensam e nos corações que sentem. E nas mãos que se unem para mudar vidas e mundos.

Sim, eu posso! Sim! Nós podemos!

CANÇÃO PARA OS FONEMAS DA ALEGRIA

Thiago de Mello*

Peço licença para algumas coisas. Primeiramente para desfraldar este canto de amor publicamente.

Sucedede que só seu dizer amor

quando reparto o ramo azul de estrelas que em meu peito floresce de menino.

Peço licença para soletrar

no alfabeto do sol de Pernambuco a palavra *ti-jo-lo*, por exemplo.

E poder ver que dentro dela vivem paredes, aconchegos e janelas, e descobrir que todos os fonemas são mágicos sinais que vão abrindo constelações de girassóis girando em círculos de amor que de repente estalam como flor no chão da casa. Às vezes, nem há casa; é só o chão. Mas sobre o chão quem reina agora

é um homem diferente que acaba de nascer.

Porque unindo pedaços de palavras aos poucos vai unindo argila e orvalho tristeza e pão, cambão e beija-flor.

E acaba por unir a própria vida no seu peito partida e repartida quando afinal descobre num clarão

Que o mundo é seu também.

Que o seu trabalho não é pena que ele paga por ser homem, mas um modo de amar

e de ajudar o mundo a ser melhor.

Peço licença para avisar, ao gosto de Jesus: este homem renascido é um homem novo.

Ele atravessa os campos espalhando a Boa Nova,

e chama os companheiros a pelear no limpo, frente a frente contra
o bicho de quatrocentos anos cujo fel espesso não resiste
a quarenta horas de total ternura**.

Peço licença para terminar soletrando a canção de rebeldia que
existe nos fonemas da alegria:

Canção do amor geral que eu vi nascer nos olhos do homem que
aprendeu a ler.

** Thiago de Mello é um poeta da Amazônia. Ele foi exilado no Chile junto com Paulo Freire e outras pessoas, em 1966. Lá ele escreveu esta “canção” que faz referência ao Método de Alfabetização Paulo Freire e à experiência pioneira em Angicos, no Rio Grande do Norte.*

*** “Quarenta horas” porque originalmente o Método Paulo Freire pretendia alfabetizar homens e mulheres adultas em 40 horas. Uma alfabetização elementar que se complementaria com uma sequência de estudos prevista no Sistema Paulo Freire de Educação.*

Posfácio por Roseli Salete Caldart

Alguém já afirmou que a fusão dos *sujeitos do dizer* com os *sujeitos do fazer* é uma das chaves revolucionárias da educação que visa à emancipação. Na forma de sociedade que temos essa fusão não é óbvia. Nem fácil. Menos ainda quando o dizer se faz pela escrita, ainda vista como tarefa de poucos. Este livro assume o desafio. Trata disso. Seu objeto, a alfabetização de adultos, é uma questão tão importante quanto vergonhosamente negligenciada pelas políticas educacionais em nosso país.

Estamos diante de textos que nos contam a história de uma grande *Jornada de Alfabetização de Adultos* que acontece no interior do estado do Maranhão, envolvendo jovens, adultos e idosos de comunidades trabalhadoras do campo e da cidade. E integram a memória da *Brigada Nacional Salete Moreno*, organizada pelo MST para ajudar nesta obra social, humana. Os autores, as autoras do livro são os diferentes sujeitos que fazem esta Jornada.

Educadoras, educadores, educandas, educandos, gestores, brigadistas, contam e refletem, de diferentes formas, sobre como mobilizam, organizam, articulam diferentes parceiros, se formam como educadores e, sobretudo, sobre como alfabetizam as pessoas, no tempo necessário de um ato verdadeiramente educativo. Dos primeiros encontros com o lápis, com a ajuda do método “Sim, eu posso!”, aos círculos de cultura, experiência forte de nossa história popular de educação, refeita agora pelo povo do Maranhão. A alfabetização é reafirmada como uma ferramenta de emancipação. Não é primeiro passo. Muito menos o último. É passo fundamental. E direito de todas as pessoas.

Bela obra esta. Foi apresentada com um “sentimento de construção” política, social, pedagógica. E é mesmo disso que se trata. A sistematização que está sendo feita ajuda a inspirar e a preparar novas experiências de jornadas de alfabetização deste tipo. Em muitos lugares. E nos provoca a pensar sobre uma questão muito repetida, parecendo quase óbvia, mas ainda tão pouco

efetivamente enfrentada: por que no Brasil existem tantas pessoas analfabetas se sua alfabetização é possível e necessária? O que cada um/uma de nós tem a dizer e a fazer sobre isso?

